

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

15 a 21 de outubro de 2012



www.mcti.gov.br
<http://semanaact.mcti.gov.br>
Tel: (61) 2033-7826 ou (21) 2555-0736

Coordenação Nacional:
Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia



ANAIS do V Fórum Científico FEMA

<http://www.fema.edu.br/index.php/forumcientifico.html>



Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA

Outubro/2012

Dirigentes

Presidente do Conselho Curador
Flávio Herivelto Moretoni Eugenio

Diretor Executivo
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Diretor do IMESA
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Vice Diretora do IMESA
Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Coordenadores de Curso

Ciências Gerenciais
Prof. Me. João Carlos da Silva

Comunicação Social
Profa. Me. Maria Lidia de Maio Bignotto

Direito
Prof. Me. Gerson José Beneli

Enfermagem
Profa. Esp. Rosângela Gonçalves da Silva

Informática
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

Matemática
Profa. Me. Leonor Farcic Fic Menk

Química
Profa. Dra. Mary Leiva de Faria

Comissão Organizadora

Presidente

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

Coordenação Geral

Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Profa. Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Setor de Eventos

Elisângela Aparecida Congiu

Cepein

Centro de Pesquisas em Informática

Artes Gráficas

Agência Geração Propaganda/FEMA
Ministério da Ciência e Tecnologia

Revisão Textual e Diagramação

Profa. Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Av. Getúlio Vargas, 1200 - Vl. Nova Santana - Assis/SP - 19807-634
Fone: (18) 3302-1055 - www.fema.edu.br

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

**A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES: APRIMORANDO
RELAÇÕES.....17**

Ana Luiza FERNANDES

Maria Beatriz A. NASCIMENTO

**A VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO CRÉDITO DE CARBONO: LUCRO PARA
EMPRESAS.....19**

Danilo Assunção FERREIRA

João Carlos da SILVA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA VISÃO DA GESTÃO EMPRESARIAL....21

Ana Carolina Silva de Paula MENDES

Maria Beatriz A. NASCIMENTO

**EMPREENDEDORISMO: A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO E SUAS
INFLUÊNCIAS NO SISTEMA ECONÔMICO.....23**

Pedro Ferreira SCARABELO

Reynaldo CAMPANATTI

**EMPREENDEDORISMO: UM DIAGNÓSTICO CONCEITUAL E OPERACIONAL NO
MUNICÍPIO DE ASSIS/SP.....25**

Pedro Ferreira SCARABELO

Reynaldo CAMPANATTI

RESPONSABILIDADE SOCIAL: “BALANÇOS SOCIAIS E SELOS VERDES”.....27

Ana Carolina Silva de Paula MENDES

Maria Beatriz A. NASCIMENTO

COMUNICAÇÃO

- A REPRESENTAÇÃO DA VAIDADE EM GÊNEROS DISTINTOS.....30**
 Tatiele Novais SILVA
 Luciane de PAULA
- A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA PUBLICIDADE.....32**
 Anne Caroline PLANK
 Márcia Valéria Seródio CARBONE
- A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA PUBLICIDADE BRASILEIRA.....34**
 Alan Pereira ALVES
 Márcia Valéria Seródio CARBONE
- “ÁGUA TAMBÉM É MAR”: UMA CRIAÇÃO TRIBALISTA.....36**
 Bruna de Souza SILVA
 Luciane de PAULA
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM TEMA TRANSVERSAL DA HISTÓRIA.....38**
 Aline de Jesus NASCIMENTO
- FOTOGRAFIA: O RETRATO DA CIDADANIA.....40**
 Marcos Vinicius dos Santos SMANIA
 Silvana PAIVA
- IDENTIDADE BRASIL – A MARCA COMO PATRIMÔNIO DO PAÍS.....43**
 Guilherme dos Santos VENTURINI
 Gisele Maria SILVEIRA
- MARKETING NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DO
 ROCK IN RIO.....45**
 Renan Augusto RORATO
 Rafael Garcia de LIMA
 Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA

O FANTASMAGÓRICO NA OBRA CINEMATOGRAFICA *CORALINE*.....47
 Nátalie Ferreira Carvalho SILVA

OS GIBIS E A CRIANÇA: ESTUDO DA RELAÇÃO COMUNICATIVA E PUBLICITÁRIA DOS GIBIS DA TURMA DA MÔNICA COM A CRIANÇA.....50
 Jaqueline Proença de OLIVEIRA
 Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA

PUBLICIDADE E CONSUMISMO INFANTIL.....52
 Fernanda Cappellesso Bello de PAULA
 Maria Lúcia de Maio BIGNOTTO

DIREITO

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS TABAGISTAS.....55
 Eduardo Carlos de CAMPOS
 Jesualdo Eduardo de ALMEIDA JUNIOR

DIREITO E CIDADANIA: DENÚNCIA SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA OBRA DE ARIANO SUASSUNA.....57
 Patrícia Irina Loose de MORAES
 Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA

ENTRE O ESTATUTO DO IDOSO E A LITERATURA: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA HUMANIZADORA NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ASSIS.....59
 Aurora LIMA
 Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA

FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS PÚBLICAS REGIDAS PELO DIREITO PRIVADO: CONFLITOS EXISTENTES DIANTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.....61
 Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI
 Eduardo Augusto VELLA GONÇALVES

HOMOFOBIA NA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS.....64

Marcela Monteiro BEVILAQUA

Maria Angélica Lacerda Marin DASSI

O CONDOMÍNIO EDILÍCIO E O USO DA ÁREA COMUM: LEGALIDADE DE RESTRIÇÕES AO CONDÔMINO INADIMPLENTE.....66

Cleonice Maria Alves GONZALEZ

Gerson José BENELI

A LEITURA E SEUS IMPASSES: REPRESENTAÇÕES DA MARGINALIDADE E JOVENS LEITORES ASSISENSES.....69

Cecília Barchi DOMINGUES

Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA

O ESTADO BRASILEIRO NA ECONOMIA: UM PARALELO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL SOBRE INTERVENÇÃO DIRETA E INDIRETA.....71

Nayara Morais OLIVEIRA

Reynaldo Campanatti PEREIRA

DIREITO À VIDA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ABORTO E DA EUTANÁSIA.....74

Kerlly Barbara Mariano dos SANTOS

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS NOVAS REGRAS PARA A PRISÃO PREVENTIVA PREVISTAS NA LEI 12403/2011.....76

Isabela Ferreira BARBOSA

O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR DE PLATINA NESTE MUNICÍPIO SOB A ÓTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....78

Maria Rosana TERRA BERNINI

Gerson José BENELI

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS VISANDO À EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA.....80

Carmen de Matos BENTO

Jacqueline Cristina Pianoschi de Matos BENTO

A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: FUNDAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.....82

Josiane Cristina Ferreira Barros RIBEIRO

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM PESSOAS INDEVIDAMENTE ENCARCERADAS.....84

Simone Terossi CARRER

Elizete Mello da SILVA

A FUNÇÃO SOCIAL DA OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....86

Vanessa de Oliveira Paulo EUGÊNIO

Elizete Mello da SILVA

ENFERMAGEM

ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS AÇÕES DA ENFERMAGEM.....89

Amanda RESINO

Ana Carolina G. CASSEMIRO

Bruna FRANCIELE

Carlos Eduardo PAES

Carla Tavares GOMES

Cassia NASCIMENTO

Grazieli Casado LANDIOSI

Josiane CAVANHA

Josiane SANTANA

Mariana GONÇALVES

Kainan Assis CRUZ

Larissa BARCHI

Patrícia TAFELLI

Ricardo A. GONÇALVES

Renan LACERDA

Vanessa RAMOS

Caroline LOURENÇO

ADESÃO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NA SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE SAÚDE - ESTRATÉGIA MULTIMODAL PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS).....92

Joel Junior de MORAES

Paula Fernandes CHADI

ASSISTÊNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DE UNIDADES MATERNO-INFANTIS FRENTE AOS DISTÚRBIOS GENÉTICOS.....94

Ana Paula Carvalho CASSIANO

Luciana Pereira SILVA

CÂNCER DE PROSTATA: UM ESTUDO DE CASO.....96

Grazieli Casado LANDIOSI

Caroline LOURENÇO

Maria Jose CAETANO

CORRELAÇÃO DO STATUS NUTRICIONAL ASSOCIADO À INFECÇÃO COM *GIARDIA LAMBLIA* EM CRIANÇAS.....99

Luciana Pereira SILVA

Jessiana da Costa Mascareli

Julio César LOPES

ESTUDO DA PREVALÊNCIA E TITULAÇÃO DE ANTICORPOS IgG ANTI-TOXOPLASMA GONDII EM ALUNOS DO SEXO FEMININO E MASCULINO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS (FEMA).....101

Luciano Lobo Gatti

Vanessa Ramos da Silva Lopes

INVESTIGAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO CONTRA H1N1 EM GESTANTES.....103

Patrícia Roxo SILVA

Luciana Pereira SILVA

O USO DE INDICADORES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NOS PROCESSOS GERENCIAIS DE ENFERMAGEM.....106

Joel Junior de MORAES

Paula Fernandes CHADI

QUALIDADE DE VIDA NA PERCEÇÃO DE IDOSOS DO PROGRAMA AGITA ASSIS.....109

Camilla FERNANDES

Caroline Lourenço de ALMEIDA

INFORMÁTICA

A APRENDIZAGEM DE PROGRAMAÇÃO A PARTIR DE UM AMBIENTE COGNITIVO E MOTIVADOR.....112

Priscila Rodrigues da SILVA

Luiz Carlos BEGOSSO

A IMPORTÂNCIA DAS FORMAS NORMAIS PARA O ENSINO DE MODELAGEM DE DADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO.....114

Erik Correa SANTOS

Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO

APLICABILIDADE DO FIREWALL DE BORDA CISCO PIX SECURITY APPLIANCES NO CONTEXTO CORPORATIVO.....117

Thiago Marco da Silva ARTERO

Fábio Eder CARDOSO

APLICAÇÕES REFLEXIVAS EM ARDUINO E GOOGLE ANDROID PARA CONSTRUÇÃO SIMPLIFICADA DE PROJETOS BASEADOS EM COMPUTAÇÃO FÍSICA E MOBILIDADE.....120

Guilherme de Cleve FARTE

APLICATIVO PARA RECONHECIMENTO DE FACES HUMANAS.....123

Patrick Francis Gomes ROCHA

Marisa Atsuko NITTO

BOAS PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES COM SEGURANÇA.....125

Bruno Yokio TATSUMI

Fábio Eder CARDOSO

CONCEITO DE JOGOS DIGITAIS: SIMULADORES PARA FUTUROS MOTORISTAS.....128

Sergio Massahiro TANIKAWA

Renato Soares da SILVA

CRIMES VIRTUAIS: UTILIZANDO OS RECURSOS DA INTERNET COM SEGURANÇA.....130

Eliézer Rafael Ferreira BENINI

Edio Roberto MANFIO

CURSOS DE INFORMÁTICA PARA JOVENS E O PROJETO INTEGR@ASSIS.....133

Gleice JUSTE

Almir Rogério CAMOLESI

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO PARA ENSINO DE INFORMÁTICA EM TV DIGITAL.....135

Luis Gustavo de Oliveira MAZZO

Almir Rogério CAMOLESI

DESENVOLVIMENTO DE JOGO *BLOCK MAN* USANDO *ALLEGRO*.....137

Matheus Mattioli MORO

Almir Rogério CAMOLESI

DETECÇÃO DE ANOMALIAS EM REDES DE COMPUTADORES UTILIZANDO MINERAÇÃO DE DADOS.....140

Atair Alves CAMARGO JUNIOR

Victor Vavalle ROSSI

Patricia Bellin RIBEIRO

Renato Pereira IMAISUMI

Fábio Eder CARDOSO

Miguel José das NEVES

Kelton Augusto Pontara da COSTA

ESTUDO DA METODOLOGIA DE TUNING EM BANCO DE DADOS ORACLE.....143

Vagner Freitas RIGO

Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO

GREENFOOT: UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS.....146

Ariane de Oliveira SILVA

Luiz Carlos BEGOSSO

O EMPREGO DE MAPAS MENTAIS NA ENGENHARIA DE REQUISITOS.....148

Danielle Matias MATUDA

Luiz Carlos BEGOSSO

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE FOCADO NA QUALIDADE PESSOAL.....151

Denis Mendonça LADEIRA

Luiz Ricardo BEGOSSO

PERÍCIA FORENSE COMPUTACIONAL.....154

Sérgio Rosa da SILVA JUNIOR

Fábio Eder CARDOSO

PESQUISA SOBRE MONGODB, UMA BASE DE DADOS ORIENTADA À DOCUMENTOS QUE UTILIZA ORIENTAÇÃO À OBJETOS.....156

Érion Ricardo BARASUOL

PREVENÇÃO DO ATAQUE *MAN IN THE MIDDLE* ASSOCIADO AO MÉTODO ARP SPOOFING EM REDES LOCAIS.....159

Fábio Eder CARDOSO

Regiane Aparecida Rodrigues dos SANTOS

UMA ARQUITETURA DE SOFTWARE BASEADA EM WEB SERVICES.....162

Marisa Atsuko NITTO

Daniel Paulo de ASSIS

UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE ANDROID PARA O DIMENSIONAMENTO DE BIODIGESTORES PARA TRATAMENTO DE DEJETOS DE ANIMAIS E GERAÇÃO DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTE.....165

Riccardo Barbosa BERTO

Paulo Henrique Mendonça PINTO

WEB SEMÂNTICA, ONTOLOGIAS E LINGUAGEM OWL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FERRAMENTA *PROTÉGÉ*.....168

Julio LÍVERO JUNIOR

Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO

QUÍMICA

ALTERAÇÃO DA SUPERFÍCIE DE NANOPARTÍCULAS DE MAGNETITA EM FERROFLUIDO.....172

Gabriela Aparecida de Araújo PEREIRA

Idélcio Nogueira da SILVA

ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E QUANTIFICAÇÃO DE FENÓLICOS E FLAVONÓIDES TOTAIS EM DIFERENTES EXTRATOS DE *MYRCIARIA CAULIFORA*.....175

Jéssica T. D. RIBEIRO

Myrceia A. TILGER

Luciana P. SILVA

Regildo M. SILVA

DESENVOLVIMENTO DE NANOCÁPSULAS PARA INCOPORAÇÃO DO FÁRMACO.....178

Adrienne Francisca JAEGER

Silvia Maria Batista de SOUZA

FÁRMACOS NO AMBIENTE AQUÁTICO: PREVISÕES DO SEU DESTINO AMBIENTAL.....181

Patrícia Cavani Martins de MELLO

Mary Rosa Rodrigues de MARCHI

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA NO BALNEÁRIO MUNICIPAL DE QUATÁ/SP.....183

Danieli Gonçalves de ANDRADE

Patrícia Cavani Martins de MELLO

PREPARAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS LUMINESCENTES DE SILÍCIO.....185

Raphael Oliveira dos SANTOS

Idélcio Nogueira da SILVA

**UTILIZAÇÃO DE BIOFERTILIZANTE DE ESTERCO DE BOI E RESÍDUOS
INDUSTRIAIS NO CULTIVO DE ALFACE E COUVE.....187**

Dyonathan Santos FRANCISCO

Gilcelene BRUZON



• ADMINISTRAÇÃO

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES: APRIMORANDO RELAÇÕES

Ana Luiza FERNANDES¹

Maria Beatriz A. NASCIMENTO²

Este trabalho tem por objetivos mostrar a importância de se desenvolver a inteligência emocional nas organizações e como o domínio de tal capacidade humana contribui para estabelecer um clima organizacional agradável, favorecendo o trabalho em equipe e, desta maneira, gerar resultados positivos.

As organizações enfrentam dificuldades no que se refere a estabelecer bons relacionamentos interpessoais devido à complexidade em compreender o comportamento dos indivíduos que nelas atuam. O papel das pessoas nas organizações é de extrema importância, visto que seus desempenhos e motivações afetam diretamente a produção e a lucratividade das mesmas.

Inteligência emocional é a capacidade de direcionar e moldar o comportamento humano de acordo com as emoções vivenciadas, fazendo destas um diferencial competitivo, bem como auxiliar para que bons relacionamentos interpessoais sejam estabelecidos e para melhor solucionar possíveis conflitos que possam surgir no cotidiano e afetar negativamente o clima organizacional.

As emoções afetam diretamente o comportamento aderido por cada indivíduo e este por sua vez é influenciado conforme a intensidade com que cada um vivencia as mesmas, por esta razão é equivocado afirmar que todos se comportarão da mesma maneira quando manifestarem determinada emoção.

Através do desenvolvimento desta inteligência, o indivíduo consegue compreender e respeitar melhor as diferenças humanas e identificar quais emoções domina o comportamento de seus semelhantes de modo individual.

¹ Graduação em Administração - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/ SP – Brasil. Contato: luiza_fern@hotmail.com.

² Mestre em Psicologia – Professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP – Brasil. Contato: bia@femanet.com.br.

REFERÊNCIAS

- [1] GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- [2] GOLEMAN, Daniel. **Trabalhando com a inteligência emocional.** Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=3apNHetdvnsC&printsec=frontcover&dq=trabalhando+com+a+inteligencia+emocional&hl=pt-BR&ei=NiziTvGRJ-Xv0gH499XJBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDgQ6AEwAA#v=onepage&q=trabalhando%20com%20a%20inteligencia%20emocional&f=false. Acesso em: 14 jan. 2012.
- [3] MARTINELLI, Dante P. **Negociação e solução de conflitos:** do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 1998.

A VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO CRÉDITO DE CARBONO: LUCRO PARA EMPRESAS

Danilo Assunção FERREIRA³

João Carlos da SILVA⁴

O presente trabalho tem por objetivo observar, analisar e demonstrar a aplicabilidade do Crédito de Carbono como fonte de lucro para as empresas que deixam de emitir gases na atmosfera. Nesse caso, a cada tonelada de CO₂ que deixou de ser emitida, a empresa ganha um crédito, que pode ser negociado diretamente com outras empresas ou por meio da bolsa de valores. A pesquisa visa a analisar dados secundários, de como essas empresas utilizam seus créditos, contribuindo para a redução da emissão de gases poluentes.

O crédito de carbono teve início a partir de um Tratado que ocorreu em Quioto, no Japão, no ano de 1997, onde cerca de 190 países membros das Nações Unidas se reuniram e assinaram um acordo em que se comprometiam a reduzir a emissão de gases poluentes. O Tratado estabelece metas para redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE). Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o protocolo não prevê compromissos de redução na emissão de gases poluentes. Os países em desenvolvimento realizam as vendas de créditos para um país já desenvolvido. O papel de um país que faz a venda é justamente diminuir as emissões a partir de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Para empresas que demonstrarem interesse é necessário desenvolver um projeto que será submetido à avaliação, se aprovado, pode realizar a comercialização do crédito de carbono. O procedimento não é simples, são percorridos diversos setores para avaliação, conforme explica Luís Nassif (2006):

Há um risco inicial, de preparar o projeto e submeter à Comissão. O projeto tem que ser validado por uma empresa certificadora. Depois de validado, é apresentado à Comissão. Aprovado, é registrado na Organização das Nações Unidas (ONU). Depois de um ano, se aprovado, permite negociar os créditos no mercado internacional. [1].

³ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: daniiloassuncao@globocom.com, jc@femanet.com.br.

⁴ Coordenadoria da área de Ciências Gerenciais - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil – Orientador.

Hoje, muitas empresas se preocupam em ajudar o meio ambiente, mas não estão interessadas em mudar o modo como trabalham, seja na área industrial, comercial ou de serviços. Dependendo do ramo da empresa, são ações que fazem diferença para o ar que respiramos. Jordana Viotto (2008) cita como as indústrias precisam agir:

Impulsionadas pelo desejo de salvar o planeta ou de fazer bonito junto a seus clientes, empresas do mundo todo e de todos os setores, têm anunciado maciçamente iniciativas para ‘neutralizar’ suas emissões de carbono. Mas talvez tivessem também que pensar em reformar seu modelo de trabalho. Suas práticas e sua cultura. Além de observar com mais critério o mercado de venda de créditos de carbono – em tempos de *Sarbannes-Oxley*, a transparência deve ser o critério número um na adoção de novas práticas. [2]

O crédito de carbono visa a oferecer perspectiva de criação de projetos para a redução dos gases poluentes, cria-se também um diferencial para o mercado, pois mostrará que a empresa está preocupada com a situação atual do meio ambiente. Um projeto voltado para estes fins apresentará a viabilidade socioeconômica do crédito de carbono para as indústrias, representando com isso uma grande conquista para o ambiente externo. Essa parcela de contribuição tem sido relevante e oportuna para os desafios impostos pela sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

- [1] NASSIF, Luis. **O Mercado de Crédito de Carbono**. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/agosto-2007/o-mercado-de-credito-de-carbono/>>. Acesso em: 13 dez. 2011.
- [2] VIOTTO, Jordana. **TI Verde: Créditos de Carbono são Mitos ou Solução?** Disponível em: <<http://itweb.com.br/31630/ti-verde-creditos-de-carbono-sao-mito-ou-solucao/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- [3] SCHERMERHORN, John R. **Administração**. 5. ed. Trad. Cecília Mattoso. Rio de Janeiro: Editora LTC-Livros Técnicos e Científicos S.A, 1999.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA VISÃO DA GESTÃO EMPRESARIAL

Ana Carolina Silva de Paula MENDES⁵

Maria Beatriz A. NASCIMENTO⁶

Este trabalho tem por objetivo mostrar o desenvolvimento sustentável como uma importante ferramenta empresarial, dando a oportunidade das organizações empreendedoras de adquirirem respeito no mercado socioeconômico.

Desenvolvimento sustentável é a preservação do Planeta para a população que nele vive e para populações futuras, com direito ao crescimento socioeconômico e à qualidade de vida.

Todos os aspectos envolvendo o desenvolvimento sustentável empresarial são fontes de grandes discussões e reflexão dos empresários, governos e de toda a sociedade.

A cada dia se tem visto o papel importante das organizações nas tomadas de decisões e na formação de opinião, aquelas que já vivenciam esta realidade se tornam empreendedoras e exemplos de gestão consciente e responsável.

O compromisso com a sustentabilidade empresarial implica em reduzir impactos ambientais paralelos ao aumento da rentabilidade, fazendo com que cada vez mais os colaboradores tenham de lidar com as implicações ambientais de suas atividades. Este conceito sugere uma significativa relação entre eficiência dos recursos (que levam à produtividade e lucratividade) e responsabilidade ambiental. Diante disso, define-se ecoeficiência como o uso mais eficiente de materiais e energia, a fim de reduzir os custos econômicos e os impactos ambientais, usando racionalmente matérias-primas e energia, reduzindo os riscos de acidentes e melhorando a relação da organização com as partes interessadas (*stakeholders*).

Empresas incorporadas em uma cultura de ecoeficiência e com seus objetivos voltados para o desenvolvimento sustentável estabelecem grandes mudanças no mundo corporativo e na sociedade. Isto decorre do fato de que suas vantagens são inúmeras para as instituições como: diminuição do

⁵ Graduação em Administração - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/ SP – Brasil. Contato: anac.welber@hotmail.com.

⁶ Mestre em Psicologia – Professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP – Brasil. Contato: bia@femanet.com.br.

desperdício; participação dos colaboradores para a eficiência; melhoria no ambiente de trabalho; satisfação de todos os indivíduos ligados diretamente à empresa; valorização da marca; entre outros. No que se refere ao âmbito social, a ecoeficiência é uma importante ferramenta de inclusão e igualdade social e empreendedorismo, abrindo à população oportunidades de adaptação aos novos conceitos de valores e estabelecendo aos seres humanos um importante papel para um futuro sustentável e justo.

Em uma sociedade onde esforços estão voltados para o bem comum: o ganho é coletivo; o governo partilha tarefas e efetiva a democracia; existem empresas na busca constante por melhoria da produção, oferecendo qualidade em seus produtos/bens e apresentando diferencial competitivo diante das demais. Em síntese, a qualidade de vida atinge desde os princípios básicos da sobrevivência, como a preservação do meio ambiente e de sua cultura, até a valorização dos indivíduos como um todo.

Outro fator de destaque é que as empresas estabelecidas em políticas de ecoeficiência se tornam modelo de gestão e responsabilidade, mostrando-se inovadoras e abertas à participação dos seus funcionários e da comunidade, graças a lideranças visionárias que conseguem ver oportunidade de negócio em um nicho crescente.

A melhor herança que a sociedade e as corporações podem deixar para as gerações futuras é o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento econômico, através da revisão dos hábitos e atitudes cotidianos atuais, proporcionando o direito à qualidade de vida a todas as gerações.

REFERÊNCIAS

- [1] AMARAL, Sergio Pinto. **Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica nas Empresas. Como entender, medir e relatar.** São Paulo: Editora Tocalino, 2004.
- [2] BARBIERI, José Carlos. **Ambiental Empresarial. Conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- [3] **Ecoeficiência.** Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/eco-rbe-ecoeficiencia.asp>>. Acesso em: 30 set. 2011.
- [4] GODOY, Amália Maria Goldberg. **Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.** Economia e Meio Ambiente. Disponível em: <<http://amaliagodoy.blogspot.com/2008/09/as-empresas-e-carta-empresarial-para-um.html>>. Acesso em: 05 jan.2012.

EMPREENDEDORISMO: A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS NO SISTEMA ECONÔMICO

Pedro Ferreira SCARABELO⁷

Reynaldo CAMPANATTI⁸

O presente trabalho visa a mostrar a importância da conscientização do empreendedorismo na sociedade como um todo, e tendo como foco sua importância e influência no sistema econômico.

Para Timmons (1990 *apud* DORNELAS 2005, p.21), “O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20”, devido à sua influência e ao seu impacto no sistema econômico em diversas regiões pelo mundo inteiro.

O empreendedorismo surge na França, no século XVII, revelando pessoas ousadas, criativas e inovadoras que desenvolviam diferentes e novas formas de agir e sobreviver. Tratava-se de pessoas motivadas pela autorealização, pela satisfação ou necessidade, sendo ela financeira ou não. Os empreendedores são aqueles que enxergam oportunidades com facilidade, arriscam-se com cautela e tem grande influência em nossa economia. Nas palavras de Drucker (1987, p. 36), “[...] o empreendedor é uma pessoa que vê a mudança como norma e a explora como sendo uma oportunidade”. Da mesma forma, em diferentes épocas e fases, seu conceito foi complementado e reforçado cada vez mais, e se diferenciou de forma qualitativa e quantitativa de país para país.

No Brasil, o empreendedorismo ganhou força na década de 1990, após a abertura da economia, sendo uma alavanca para a mesma, com a introdução de novos produtos/serviços no mercado nacional, e até hoje “[...] o empreendedorismo tem sido visto como um engenho que direciona a inovação e promove o desenvolvimento econômico” (REYNOLDS, 1977; SCHUMPETER, 1934 *apud* CHIAVENATO, 2008, p. 5), e está sendo cada vez mais explorado e incentivado. Como exemplo nacional, temos o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software), IEL (Instituto Euvaldo Lodi), que são

⁷ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: scarabelopedro@hotmail.com.

⁸ Coordenadoria da área de Ciências Gerenciais - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil – Orientador. Contato: campanatti@femanet.com.br.

organizações que incentivam o empreendedor, a partir de consultorias, capacitações e treinamentos aos mesmos, sendo todos eles gratuitos.

Quando tratamos de sistema econômico, consideramos o empreendedor como aqueles que, na crise, enxergam oportunidades. Cabe a eles, ser o agente de mudança, um líder, inovador, que tem necessidade de crescimento, aquele que busca autonomia, quer ser o próprio patrão. O empreendedor pode estar onde menos se imagina, dentro de uma empresa, tanto como colaborador como um líder, gestor, entre um ciclo de amizade, no esporte, ou seja, em diversos lugares independentemente das situações.

Com base nos estudos de Dornelas (2001 *apud* DORNELAS 2005, p. 17), “[...] o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”. Nas empresas, ele é o diferencial, visionário, que busca conhecimento, novas formas para ampliar sua produção, seu negócio e sua lucratividade. Schumpeter (1934 *apud* CHIAVENATO 2008, p. 8) amplia o conceito, afirmando que “[...] o empreendedor é a pessoa que destrói a ordem econômica existente graças à introdução no mercado de novos produtos/serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologias”.

O empreendedor é aquele que está sempre querendo mais, não se contenta com o que tem, não se acomoda, está sempre em uma busca incessante de se aperfeiçoar e melhorar, seja seu conhecimento, suas atitudes ou produtos/ serviços, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e Espírito Empreendedor (*Entrepreneurship*)**: prática e princípios. Trad. Carlos Malferrari. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1987

EMPREENDEDORISMO: UM DIAGNÓSTICO CONCEITUAL E OPERACIONAL NO MUNICÍPIO DE ASSIS/SP

Pedro Ferreira SCARABELO⁹

Reynaldo CAMPANATTI¹⁰

O empreendedorismo está, conforme Dolabela (2006), presente em todos nós. A espécie humana é empreendedora, e este projeto permite, através de literaturas especializadas, uma apresentação do empreendedorismo, bem como de sua importância e influência na economia, seja ela mundial ou local, em diferentes abrangências. Seu objeto de estudo é o município e Assis/SP, com o objetivo de analisar como as pessoas entendem empreendedorismo do ponto de vista conceitual, e como os dados estatísticos se apresentam em relação à esta questão, o que reflete na economia do município, pois está diretamente ligado à abertura e descontinuidade de empresas, independente de seu estágio (inicial, novo ou descontinuidade).

O trabalho se inicia por meio de um histórico conceitual e evolutivo tanto do termo, como do conceito de empreendedorismo, através de literaturas como Chiavenato (2008), Dornelas (2005), Drucker (1987), GEM 2009, entre outras. Mostra, também, os métodos e sistemas utilizados pelo GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) que fornece e realiza a principal pesquisa, a qual mede o nível de empreendedorismo mundial, dividindo país por país, para chegar a um comparativo relacionado às variáveis utilizadas. A partir das coletas e análises dos materiais, podemos concluir o estágio e quais características predominam no município.

O empreendedor é aquele que tem iniciativa, busca oportunidades, corre riscos calculados, nas palavras de Drucker (1987, p. 36), “[...] o empreendedor é uma pessoa que vê a mudança como norma e a explora como sendo uma oportunidade”, é persistente, e muito mais. E a partir dessas e outras características que o projeto busca identificar e prospectar, busca-se compreender quais características do perfil empreendedor predominam na população assisense. Para tanto, pretende-se aplicar questionários a três públicos, sendo eles: o público geral, os alunos de administração e os profissionais da área de gestão. A partir daí, obter-se-á respostas das quais conclusões serão realizadas.

⁹ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: scarabelopedro@hotmail.com.

¹⁰ Coordenadoria da área de Ciências Gerenciais - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil – Orientador. Contato: campanatti@femanet.com.br.

Para a fundamentação teórica, utilizou-se a literatura do SEBRAE, em que se testa o perfil empreendedor, escolhendo de 25 a 35 questões, que contêm 5 características empreendedoras para o público geral e alunos de administração; e 7 características empreendedoras para profissionais da área de gestão; tendo como auxílio na escolha dessas características as literaturas específicas.

Junto ao questionário, serão aplicadas, também, algumas questões sobre o conhecimento do vocábulo e do conceito de empreendedorismo, o que nos permitirá saber qual o nível de conhecimento da população, visto que esse conceito pode ser determinante para o desenvolvimento econômico de uma região. Complementando, Schumpeter (1934 apud CHIAVENATO 2009, p. 8) afirma que “[...] o empreendedor é a pessoa que destrói a ordem econômica existente graças à introdução de novos produtos/serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologias”, independente de sua abrangência geográfica.

Também é objetivo deste trabalho levantar o número de empresas que iniciaram e encerraram suas atividades no município de Assis, desde 2007 até 2009, com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Assis. A conclusão do projeto será realizada após tabulação, análise e interpretação dos dados a partir dos questionários aplicados.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**: uma ideia, uma paixão, e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 30. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e Espírito Empreendedor (*Entrepreneurship*)**: prática e princípios. Trad. Carlos Malferrari. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1987

RESPONSABILIDADE SOCIAL: “BALANÇOS SOCIAIS E SELOS VERDES”

Ana Carolina Silva de Paula MENDES¹¹

Maria Beatriz A. NASCIMENTO¹²

O referido trabalho tem a intenção de esclarecer os conceitos de balanços sociais e selos verdes, assim como apresentar as vantagens destas ferramentas no mundo empresarial.

A evolução e o aumento das informações na sociedade, no que se refere ao compromisso social e ambiental, bem como a sua consciência responsável, trouxeram benefícios à população em geral e maior cobrança para governos e empresas.

Diante das transformações socioeconômicas dos últimos 20 anos, da imposição por transparência nos negócios e dos novos modelos de relações entre instituições e consumidores, as empresas se viram obrigadas a rever seus valores e suas missões que, antes, eram voltados somente para a lucratividade.

A responsabilidade social é o cumprimento dos deveres e obrigações das empresas para com a sociedade em geral, através de ações que beneficiam a comunidade, com uma gestão voltada para a ética e a transparência, procurando minimizar os impactos negativos no meio ambiente e na comunidade.

A transparência é um dos requisitos básicos para a cultura corporativa responsável e dos valores empresariais na cultura organizacional e na produção das organizações, sendo assim, o balanço social e os selos verdes se tornaram estratégias de negócio viáveis. O balanço social é um demonstrativo financeiro qualitativo e quantitativo em que as empresas apresentam informações aos interessados, como acionistas, analistas de mercados e comunidade em geral, sobre seus projetos, benefícios e ações sociais. Já os chamados “selos verdes” são rótulos, selos e certificações que contribuem para facilitar a visualização das empresas que já adotam medidas menos impactantes para o meio ambiente e para a sociedade.

Cabe a toda sociedade se tornar agente transformador e redivicar discussões sobre responsabilidade social, preservação do meio ambiente e bem-estar da população.

¹¹ Graduação em Administração – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/ SP – Brasil. Contato: anac.welber@hotmail.com.

¹² Mestre em Psicologia – Professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP – Brasil. Contato: bia@femanet.com.br

Corporações ecologicamente empreendedoras agem favoravelmente na relação com seus consumidores e no âmbito social, a ponto de modificar o mercado e contribuir para a implantação de projetos visando à responsabilidade social.

Tanto os selos verdes quanto o balanço social buscam a transparência empresarial, palavra-chave para um relacionamento de parceria e partilha de experiências que as empresas socialmente responsáveis almejam ter com a sociedade. Desse modo, ambos vêm sendo considerados mecanismos essenciais para a uma estratégia de marketing institucional, de valores e missões incorporados nos preceitos sustentáveis e responsáveis.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, Carlos. **Consciência Ambiental e o ISO 14000**. Atitudes Sustentáveis. <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/conscientizacao/consciencia-ambiental-e-o-iso-14000/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- [2] **Balanço Social**. Responsabilidade Social.com <http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=4>. Acesso em: 08 mar. 2012.
- [3] **Certificação sócio-ambiental**. Responsabilidade social.com. <http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=3>. Acesso em: 05 nov.2011.
- [4] REIS, Carlos Nelson dos. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social. Meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.



COMUNICAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO DA VAIDADE EM GÊNEROS DISTINTOS

Tatiele Novais SILVA¹³

Luciane de PAULA¹⁴

Esta comunicação tem como proposta a análise dialógica do tema vaidade em três gêneros discursivos distintos: o romance *O Retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde; o conto “Flor Anônima”, de Machado de Assis; e a canção “Vaidade”, de Luciana Melo. O estudo tem por base a filosofia da linguagem do Círculo Bakhtin, Medvedev e Volochinov e está calcada nas concepções de signo ideológico (que considera o linguístico e o translinguístico), de sujeito e cronótopo. A vaidade, tida como uma das temáticas mais representativas da sociedade contemporânea, é abordada por meio da análise dos discursos de gêneros distintos.

O tema é importante para a uma possível compreensão dos sujeitos na contemporaneidade, representados nos enunciados. A proposta de estudar a questão do individualismo, representado em diferentes épocas (séculos XIX, XX e XXI), em grupos e em sociedades distintas (inglesa e brasileira), e por meio de diferentes gêneros discursivos (o literário – conto e romance –, e o cancionero), deve-se ao objetivo de se considerar a temática vaidade humana como central nos textos selecionados como objeto de pesquisa. Para tanto, pretende-se refletir acerca do quanto a linguagem (social e individual) é ideológica e “reflete e refrata” valores sociais. Desse ponto de vista, é possível refletir e compreender a relação intrínseca existente entre o discurso e a sociedade – com seus valores impregnados tanto na linguagem, quanto nos sujeitos, ambos, produtos e produtores de sentido.

A possível compreensão da contemporaneidade é, então, entendida por meio dos sujeitos que se constituem socialmente a partir de três discursos de gêneros diversos, construídos em tempos e em sociedades distintos: a cultura e a sociedade de uma época, marcada por valores que perduram na arte, na literatura e na vida e que, principalmente, são intensificados por meio da dialogicidade da linguagem.

¹³ Aluna do curso de Letras – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP (Campus de Assis) – Assis – SP – Brasil. Contato: brunades.silva@yahoo.com.br. Contato: tatiele_ns@hotmail.com.

¹⁴ Professora Doutora pela UNESP, campus de Assis e de Araraquara. Contato: lucianedepaula1@gmail.com.

REFERÊNCIAS

- [1] BAKHTIN, M. M. (VOLOSHINOV) (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- [2] _____. “Discurso na vida e discurso na arte”. Trad. Carlos Alberto Faraco apenas para uso acadêmico. Mimeo, sem referências.
- [3] BAKHTIN, M. “Arte e Responsabilidade”. **Estética da Criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- [4] GERALDI, J. W. “Sobre A Questão do Sujeito”. In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável**. Volume 1. Série Bakhtin – Inclassificável. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- [5] MACHADO, I. “A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia”. In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável**. Volume 1. Série Bakhtin – Inclassificável. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA PUBLICIDADE

Anne Caroline PLANK¹⁵

Márcia Valéria Seródio CARBONE¹⁶

Este trabalho visa à discussão do feminino na publicidade, com o objetivo de descobrir qual é o papel da mulher, como ela é vista nas propagandas atuais e também nas antigas, utilizando análises, em especial de revistas.

Para tanto, pesquisou-se como se deu o início dessa visão mercantilista da mulher e o surgimento das revistas; qual era o público-alvo e o que a sociedade pensava naquela época a respeito das mulheres estampadas nas capas, e como elas são vistas hoje em dia também. Sendo assim, o trabalho foi dividido em três partes.

Na primeira, procurou-se discutir o conceito de sociedade de consumo, a partir de um embasamento teórico acerca do processo de consumo. Na segunda parte, apresentou-se a imagem da mulher na publicidade e como se deu o movimento feminista, quais suas características e influências para a sociedade contemporânea. Por fim, no terceiro tópico, realizou-se uma análise de capas de revistas que utilizam a imagem da mulher como um objeto de consumo ou coisa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

¹⁵ Aluna do Curso de Publicidade e Propaganda (PIBIC). Contato: annecaroline.plank@yahoo.com.br.

¹⁶ Doutora em Letras pela UNESP, campus de Assis-SP. Professora do IMESA/FEMA. Contato: marciacarbhone20@gmail.com.

Cultura e Mercado. **Brasil lidera aumento do consumo de entretenimento e mídia no mundo**. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/mercado/brasil-lidera-aumento-do-consumo-de-entretenimento-e-midia-no-mundo/>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família sob o regime da economia**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006(a).

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 16. ed. São Paulo: Global, 2006(b).

GOLDENBERG, Mirian. **O corpo como capital**. Rio de Janeiro, 2007. Mimeo.

LESSA, Patrícia. **Mulheres à venda**. Londrina: Eduel, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

REIS, Margareth de Mello Ferreira. **Mulher: produto com data de validade**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1949.

SHAPE. São Paulo: Alto Astral, edição 32, Abril, 2012.

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA PUBLICIDADE BRASILEIRA

Alan Pereira ALVES¹⁷

Márcia Valéria Seródio CARBONE¹⁸

Há quem possa dizer que o negro, principalmente a partir da década de 2000, tem aparecido mais na mídia (incluam-se aí as novelas, os programas de humor, os jornais e as peças publicitárias), seja por força de lei ou por um “modismo” oriundo do politicamente correto. Porém, essa ainda escassa participação do negro na mídia como um todo, não o tem feito ser o protagonista da cena ou, do ponto de vista semiótico, o ator, o sujeito do fazer.

Perguntamo-nos: Qual é o conceito de raça? O Brasil é um país racista? Se o é, de que forma isso vem sendo disseminado: às claras ou veladamente?

É sabido que uma das soluções para o preconceito, talvez a mais eficaz, é a conscientização. É preciso falar do problema para que este seja conhecido; é preciso falar da questão do preconceito racial, assim como suas ocorrências, na busca de formas para sua conscientização por parte da sociedade brasileira.

Além de analisar a participação do negro na publicidade contemporânea, a presente pesquisa objetiva também investigar a origem histórica dos estereótipos e da pouca participação do negro nesse segmento da mídia.

A presente pesquisa é de grande importância para a pesquisa em Comunicação, com um enfoque antropológico. Ocorre que se busca apresentar aqui como algumas mídias se utilizam da própria comunicação para promover o preconceito racial e/ou, até mesmo, a exclusão de um indivíduo ou de uma classe social, simplesmente pela cor da pele.

Este trabalho tem ainda uma função social de alta relevância, vez que se propõe a contribuir como meio de combate ao preconceito racial e/ou outras formas de preconceito dele decorrentes, justamente pela atitude de conscientização.

¹⁷ Publicidade e Propaganda – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: alancspp@r7.com.

¹⁸ Doutora em Letras pela UNESP, campus de Assis. Professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: marciacarbhone20@gmail.com.

O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem e impõem os modelos daquilo que significa ser o homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles” (KELLNER, 2001, p.9). O autor salienta, ainda, que a cultura da mídia “[...] é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia” (2001, p.11).

Pretendemos atingir nossos objetivos, por meio das seguintes estratégias: leitura e fichamento de obras de autores renomados no assunto; com base na teoria compilada, levantar o *corpus* de trabalho, isto é, as peças publicitárias; uma vez levantado o *corpus* (impresso ou televisionado), será realizada a análise semiótica do mesmo, com a exposição dos resultados da pesquisa a grupos de pessoas para fins de discussão e conscientização sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia M. M. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BERNARDES, Júlio. **Análise mostra presença do negro na publicidade**. Disponível em <<http://www.usp.br/agen/?p=23632>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

BORGES PEREIRA, João Baptista. Comunicação Social e Representação Étnica. **Revista Comunicação e Sociedade**. nº 9, p. 138-145. n/d.

D´ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, Rio de Janeiro, 2001.

FIORIN, J.L.. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 7 ed.. São Paulo: Ática, 2000.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

“ÁGUA TAMBÉM É MAR”: UMA CRIAÇÃO TRIBALISTA**Bruna de Souza SILVA¹⁹****Luciane de PAULA²⁰**

A presente proposta de comunicação tem o intuito de analisar a canção *Água também é mar* (2000); extraída do disco *Memórias, crônicas e declarações de amor*, interpretada por Marisa Monte. Essa canção foi composta pela própria intérprete e pelos músicos-cantores-compositores Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes. Como se pode notar, a canção é exemplo de contemporaneidade intergenérica, pois criada de maneira interautoral. Neste caso, assim como diversas canções ao decorrer de suas discografias, a mencionada cantora compõe em parcerias que possuem inevitavelmente características próprias que formam seus estilos e os agregam à letra e melodia por meio de uma construção conjunta.

A análise da produção de canções, compostas a “três mãos” e sua circulação separadamente ou em álbuns distintos, interpretadas unicamente por Marisa Monte ou em conjunto, revela o processo composicional estilístico de uma “tribo” que transita na produção um do outro de maneira circular – à maneira do Círculo de Bakhtin. As canções pertencentes à Marisa Monte são únicas, ao mesmo tempo em que, perceptivelmente, são dadas como possuidoras de livre arbítrio de utilização a cada um de seus compositores, sobretudo por apresentarem elementos e marcas de todos. Sob estas perspectivas, a teoria que fundamenta este estudo encontra-se no cerne do próprio objeto que a solicita, na filosofia dialógica da linguagem do Círculo Bakhtin, Medvedev, Volochinov.

Acredita-se que o empenho em refletir e descrever o gênero canção, a partir da produção intergenérica, interdiscursiva e intertextual, tendo como base a sua arquitetônica e, especificamente, a composição do estilo de Marisa Monte, faculta alcançar, o mais profundamente possível, sua abrangência, por meio da busca de diálogos que justifiquem a sua construção discursiva dialógica. Permite, ainda, contribuir com os estudos dos gêneros e estabelecer relações com a compreensão dos valores sociais incutidos nos discursos que compõem e, ao mesmo tempo, são compostos pelos sujeitos concretos ali representados. Logo, pelas vozes cruzadas, em embate, nos discursos das

¹⁹ Aluna do curso de Letras – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP (Campus de Assis) – Assis – SP – Brasil. Contato: brunades.silva@yahoo.com.br.

²⁰ Professora Doutora pela UNESP, campus de Assis e de Araraquara. Contato: lucianedepaula1@gmail.com.

canções que podem ilustrar, como afirma Bakhtin (1992), de que maneira “[...] um gênero pode contribuir para a formação de outros gêneros”, em constante diálogo.

REFERÊNCIAS

- [1] BAKHTIN, M. M. (1920-1924) **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- [2] BAKHTIN, M. M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- [3] MONTE, M.; BROWN, C.; ANTUNES, A. "Água também é mar". **Memórias, crônicas e declarações de amor**. Marisa Monte. São Paulo. EMI. 2000
- [4] VOLOCHINOV. **Discurso na vida e discurso na arte**. Versão acadêmica traduzida por Carlos Alberto Faraco. Mimeo, s/d.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM TEMA TRANSVERSAL DA HISTÓRIA

Aline de Jesus NASCIMENTO²¹

Este texto, fruto de um projeto inicial de pesquisa científica, tem como objetivo principal explicitar a importância da Educação Ambiental no Brasil com pretensão de análise dos diálogos existentes entre o Meio Ambiente e a História. Para tanto, analisou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais e a opinião de dois especialistas no assunto: José Augusto Pádua (professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Heloisa Dupas Penteado (Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) propôs os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para as escolas com o intuito de ampliar o conhecimento dos alunos sem a necessidade de modificar a grade escolar.

A partir desta afirmação, Heloisa Dantes Penteado acredita que, para a realização dos ensinamentos referente a este tema, deve-se fornecer ao aluno a compreensão das dimensões biológicas, físicas e químicas no contexto das questões sociopolíticas. Segundo ela, deve-se entrar em contato com o meio de modo direto para poder perceber as relações sociais que nele permeiam. A sua recomendação é que se utilize das tecnologias existentes no cotidiano das crianças, como por exemplo, a televisão e o computador, como práticas pedagógicas diferentes por intermédio da exposição de filmes, vídeos, fotos, desenhos, entre outros.

José Augusto Pádua, porém, acredita em uma Educação Ambiental mais relacionada com o meio natural com a utilização da megadiversidade dos seis biomas brasileiros para a interação do indivíduo. Os biomas devem ser mostrados na escola desde seus componentes principais: os animais mais importantes e exóticos, as plantas e seus benefícios para a população, a geografia, composição ecológica; até como se realizou a ocupação destes locais e mostrar o grau de destruição em que eles se encontram.

Apesar dessas duas metodologias possuírem conceitos distintos para a aplicação de uma consciência ambiental nas pessoas em período escolar, considera-se nesta análise sua aplicação em consonância para complementarem-se entre si em uma educação mais dinâmica, consciente e participativa. Para

²¹ História – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP (Campus de Assis) – Assis – SP – Brasil

este fim, propõem-se a inserção dos conteúdos nas escolas, desde que esta seja realizada de maneira interativa e adaptada às situações de cada local do país.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª série.** Brasília: MEC/SEF, 1998. (MEC, acesso em 10/05/2012).
- [2] PÁDUA, José Augusto (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente.** Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.
- [3] PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio Ambiente e formação de professores.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [4] SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FOTOGRAFIA: O RETRATO DA CIDADANIA

Marcos Vinicius dos Santos SMANIA²²

Silvana PAIVA²³

Esta pesquisa propõe a aproximação dos meios de comunicação ao contexto escolar, tomando como referência o campo da ciência denominada educomunicação. As ações propostas neste estudo ocorreram na Escola Estadual Dr. Clybas Pinto Ferraz em Assis-SP, no Programa Escola da Família. Foram realizados encontros com o objetivo de utilizar a fotografia como instrumento de debate para a cidadania, esta mídia foi escolhida por conta da popularização de tecnologias capazes de fotografar, também foram avaliados os custos para a divulgação do material que está sendo produzido como resultado deste trabalho.

Além dos aspectos materiais e técnicos, levou-se em consideração a relevância das imagens na sociedade atual, neste caso, a fotografia. Elas exercem influência em vários âmbitos da vida e são capazes de evocar sentimentos e memórias. Quando incorporadas na publicidade, nos jornais e artes contam histórias, registram momentos e podem ser entendidas de diversas maneiras.

A interpretação das imagens está em sintonia com as experiências e conhecimentos individuais. Quem fotografa deixa um fragmento do seu ponto de vista. Fazer uma fotografia tornou-se um processo simples com a digitalização das imagens, dispositivos eletrônicos, como celulares e tablets, são capazes de produzir imagens. A internet tornou-se aliada no compartilhamento dessas imagens, muitas vezes, voltadas para fins particulares. Em alguns casos, a utilização da fotografia é feita de maneira irresponsável, frequentemente, expondo a intimidade dos indivíduos.

Diante da facilidade em difundir as imagens na rede e a capacidade de transmitir significados por meio das imagens, a fotografia mostra-se como uma mídia eficiente para discutir o papel do indivíduo na sociedade. Uma das questões levantadas por este trabalho é refletir de qual maneira pode-se utilizar a fotografia para promover a conscientização dos indivíduos a respeito da realidade que os cerca. E avaliar como a produção das fotografias pode desmistificar o conceito de “verdade absoluta e inquestionável”, expresso tanto nos meios de comunicação, quanto na fotografia. Além

²² Aluno do curso de Jornalismo do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: marcos.smania86@gmail.com.br.

²³ Professora do curso de Jornalismo do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil.

de possibilitar uma ressignificação dos dispositivos tecnológicos para além dos registros pessoais, buscando um sentido maior e despertando novas maneiras de ver e analisar a realidade.

Para que fosse alcançado o objetivo desta pesquisa, tomou-se como método científico a pesquisa-ação. Ela consiste em determinar um conjunto de ações brevemente definidas, de modo a melhorar a compreensão, observação e prática dos envolvidos no trabalho. Desse modo, objetivou-se também estudar alguns aspectos da realidade em busca de uma ação prática e possibilitar que o grupo fosse sujeito de suas transformações.

Os encontros com alunos do ensino médio aconteceram no Programa Escola da Família, foram três participantes voluntários. No primeiro encontro, apresentamos as técnicas e finalidades da fotografia, a partir de então, determinamos um tema para produzir um ensaio fotográfico. Foi estabelecido o critério que as fotos deveriam incentivar a cultura, a educação e a cidadania. O tema escolhido pelo consenso dos participantes foi a desigualdade social. Além de tirarem fotos individuais, foi organizada uma saída fotográfica no desfile cívico do aniversário da cidade de Assis, o objetivo era produzir imagens dentro do tema estabelecido.

As imagens produzidas para o ensaio fotográfico refletem a maneira que os participantes enxergaram e identificaram as diferenças sociais. A definição do tema foi uma oportunidade para debater as questões pertinentes à realidade local, além de discutir o papel dos meios de comunicação nos dias atuais.

A fotografia mostrou-se como uma ferramenta efetiva na discussão quanto ao papel do indivíduo na vida em sociedade, além de possibilitar a atuação como protagonista na produção de conhecimento e de novas reflexões. A elaboração deste ensaio permitiu desmistificar a fotografia como uma verdade absoluta inquestionável. A definição da pauta, a decisão de quando e onde fotografar foram maneiras de orientar a respeito das percepções individuais da realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Paraná. **Universidade Federal do Paraná. Educomunicação. 2011.** Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/site/documentos/cartilhaeducucomunicacao.pdf>>. Acesso em: dezembro 2011.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luíza. **Mídia-educação: Conceitos, História e Perspectivas.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: fevereiro de 2011.

BUITONI, Helena Schroeder. **Fotografia e jornalismo**: da prata ao pixel – discussões sobre o real. *Líbero* - ano X – nº20, dezembro, 2007, p.103 – 111.

CAUDURO, Flávio Vinícius. **Fotografia Digital**. Revista FAMECOS. nº 07, 1997, Porto Alegre, Brasil, p. 183-186.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 7. ed., v 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social**: Teoria e Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

PERUZZO, Cicillia M. K. **Direito a comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Disponível em:

<<https://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/5/57/GT2Texto011.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

IDENTIDADE BRASIL – A MARCA COMO PATRIMÔNIO DO PAÍS

Guilherme dos Santos VENTURINI²⁴

Gisele Maria SILVEIRA²⁵

Os maiores patrimônios de uma organização são seu nome, sua marca e a imagem que essa projeta diante do seu público. A comunicação institucional deve, então, transmitir com coerência os valores, a filosofia e os conceitos da organização para que essa imagem seja reconhecida positivamente. Acima da marca de uma gestão, uma cidade, um Estado ou um país há uma identidade própria que reflete as características dos seus habitantes e de suas riquezas. Entende-se que a marca própria da instituição pública (prefeitura, governo, presidência) é um patrimônio da cidade, Estado, ou do país em questão.

Nesse sentido, é importante que os esforços de comunicação sejam transmitidos sem interferências de plataformas de governo ou políticas de partido, que não cooperam para o estabelecimento da sua identidade. A cada gestão, evidencia-se, no Brasil, que os governantes eleitos, reformulam ou criam novas marcas para instituições públicas, com a justificativa de que o padrão de governo deve estar em conformidade com a plataforma política a ser implementada.

No entanto, devido aos custos e à perda de identidade que esse processo de transformação acarreta, seria mais coerente que a materialização da imagem da própria instituição refletisse suas características essenciais, a partir de uma marca única, independente da gestão de governo. Isso vai ao encontro do conceito abordado nesse trabalho, já discutido em alguns países da América Latina, o conceito de “Marca-País”, o qual deve comunicar mais do que dados de renda per capita e nível de competitividade industrial de uma nação, ou seja, deve comunicar uma imagem relacionada a tradições, cultura, turismo e percepção das pessoas a respeito de determinado país.

²⁴ Comunicação Social - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: gui_venturini@hotmail.com.

²⁵ Comunicação Social – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: gimaria@femanet.com.br.

Dessa forma, afirmamos, neste trabalho, a importância para o Brasil, assim como para outros países da América Latina, de possuir uma marca única, exclusiva, que expresse suas características mais pungentes e que se mantenha como uma representação visual forte e independente da gestão de governo.

REFERÊNCIAS

- [1] STRUNCK, G. **Como criar identidades visuais para marcas de sucesso**: um guia sobre o marketing das marcas e como representar seus valores. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2003.
- [2] MACHADO, A. H. C. M. **Marca-País - Estratégia brasileira para construir sua Marca**. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3827/ACF16E.pdf?sequence=1>>.
- [3] RUBIO, J. V. **La marca País**. 2009. Disponível em: <<http://foroalfa.org/articulos/la-marca-pais>>. Acesso em: junho de 2012.

**MARKETING NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS:
UMA REFLEXÃO ACERCA DO *ROCK IN RIO***

Renan Augusto RORATO²⁶

Rafael Garcia de LIMA²⁷

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA²⁸

Temos como objeto de estudo deste trabalho o Rock in Rio que, em sua origem, apresentava a seu público um único estilo musical, o rock; passando por todas as vertentes deste estilo. O festival adotou este ritmo, devido à sua atitude e rebeldia, a fim de transparecer isso em sua campanha de lançamento, a qual era totalmente destinada ao público jovem, para qual o evento foi criado. Contudo, ao longo de suas edições, perdeu seu conceito inicial, a essência e rebeldia do rock'n roll. Isso se deveu em parte ao marketing.

Justifica-se, então, que este trabalho busque realizar uma análise crítica da publicidade utilizada em eventos. Para tanto, por meio de levantamentos do último Rock in Rio em nosso país, buscaremos compreender se este mantém seu papel de difusor da cultura musical e democratizador do estilo rock'n roll, ou se este se tornou apenas mais um evento de veiculação de marcas, produtos e serviços a serem consumidos.

A equipe de Medina, responsável pela organização da primeira edição do Rock in Rio que aconteceu em 1985, trabalhou de forma incessante até conseguir acertar a vinda de um nome de peso: Rod Stewart. Após a confirmação do roqueiro, as coisas começaram a fluir e nomes como Ozzy Osbourne, Scorpions, Iron Maiden, George Benson, Yes, entre outros, decidiram apostar no festival e garantiram suas presenças [1].

No Brasil, mais três edições do festival foram realizadas, respectivamente, em 1991, 2001 e 2011. No ano de 2004, iniciou a expansão para a Europa, sendo realizado em Portugal, repetindo-se nos

²⁶ Aluno do 4º ano de Publicidade e Propaganda da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: renan_rorato@hotmail.com.br.

²⁷ Aluno do 4º ano de Publicidade e Propaganda da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: rafaelgarcialima@hotmail.com.

²⁸ Doutora em Letras pela UNESP, campus de Assis – SP. Professora no Departamento de Comunicação Social – Instituto Municipal Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: eagrif@femanet.com.br.

anos de 2006, 2008, 2010 e 2012. Desta forma, o evento se propagou até a Espanha, onde ocorreu concomitantemente nos anos de 2008, 2010 e 2012. Assim, após o sucesso internacional, o festival retorna à cidade de origem no ano de 2011. Nesta última edição no Brasil, pôde-se observar uma preocupação maior dos organizadores em relação ao cunho social e sustentável do evento, uma vez que passa a abranger de formas diferentes classes sociais diversas.

O Rock in Rio, em 2011, apresentou quase 100 horas de diversão ao longo de sete dias a um público de 700 mil pessoas. Esses sujeitos acompanharam 160 atrações do Rock in Rio, o qual voltou a sua cidade natal – Rio de Janeiro – após 10 anos. O sucesso do evento pôde ser avaliado pelos 180 milhões de internautas de 200 países que acompanharam o festival por intermédio do site oficial e das ações nas redes sociais em toda internet [2].

Contudo, também, deduzimos que as ações de marketing que trouxeram visibilidade ao festival acarretaram também em sua mudança, uma vez que passou do lançamento de uma cerveja para algo com um cunho altamente social e sustentável.

REFERÊNCIAS

- [1] CIFRA CLUB NEWS, 2012. Disponível em: <<http://www.cifraclubnews.com.br/especiais/27445-rock-in-rio-conheca-a-historia-do-maior-festival-de-mosica-do-brasil.html>>. Acesso em: 7 abr. 2012.
- [2] UNIVERSO DO ROCK. Disponível em: <<http://universodorock.virgula.uol.com.br/rockinrio/rockinrio.asp?cod=12570&tipo=2>>. Acesso em 7 abr. 2012.

O FANTASMAGÓRICO NA OBRA CINEMATOGRAFICA *CORALINE*

Nátalie Ferreira Carvalho SILVA²⁹

Este artigo pretende traçar um caminho epistemológico da linguagem cinematográfica em relação ao reflexo das experiências humanas, na qual traços do cotidiano são demarcados nas imagens fílmicas. Para concretização deste estudo, focalizou-se a relação dinâmica do gênero (forma, conteúdo e estilo) cinema em contato com a criança, pensando em suas características específicas e na função que o mesmo acarreta.

Como objeto analítico propõe-se um recente filme de categoria infantojuvenil que visa a levar à criança uma nova perspectiva de pensar a vida, na qual desejos e realidades são avaliados de forma representativa. Para isso, calcou-se este texto nas concepções filosóficas do Círculo de Bakhtin.

Em 2009, estreou no Brasil a animação *Coraline*, baseada no romance homônimo de Neil Gaiman, com direção de Henry Selick, mesmo diretor de *O Estranho mundo de Jack*. Nas imagens fílmicas, Coraline ganhou, em português, o título de “*Coraline e o mundo secreto*”, mas segue a mesma trama do livro. O filme descreve a vida de uma criança que não possuía a atenção dos pais, causada pelo excesso de trabalho destes que chegam até a confundir o nome da filha. A narrativa se inicia com a chegada de Coraline e de sua família ao Palácio Cor de Rosa, casa extremamente grande, situada ao lado de uma floresta. No começo, todos seguiam a mesma rotina, entretanto, certo dia, Coraline descobre, dentro da casa, uma porta secreta que a leva para um mundo “quase” igual ao que vive. Nesse espaço de pura magia, a protagonista se depara com um ambiente que se difere do seu: seus pais lhe dão atenção, os brinquedos são incríveis, a comida é farta e ninguém erra seu nome. Seus “outros pais” (como é definido no filme) são aparentemente réplicas quase perfeitas de seus pais verdadeiros, entretanto, eles acarretam uma característica peculiar: no lugar de olhos possuem botões.

Certa vez, quando Coraline passeava na casa de seus “outros pais”, sua segunda mãe lhe disse que se quisesse continuar lá teria de costurar os botões nos olhos, tal como os de quem lá habitava. Contudo, Coraline se recusou e tentou dormir novamente na intenção de que, quando acordasse, já estivesse em sua verdadeira casa, porém isto não aconteceu. Enfurecida, a protagonista agiu de forma desrespeitosa com sua outra mãe e o ato originou em seu aprisionamento em um quarto

²⁹ Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Assis; GED. Contato: naty-s22010@hotmail.com.br.

escuro. No cômodo, Coraline encontrou a alma de três crianças enganadas pela “Bela dama”, como eles a nomeiam, pois, depois de aceitarem colocar os botões nos olhos, tiveram seus corpos devorados pela mesma.

Quando consegue voltar à sua verdadeira casa, Coraline percebe que seus pais biológicos foram sequestrados pela Bela Dama, o que a obriga a voltar para resgatá-los. Assim, começa um jogo de busca no qual deve usar toda sua inteligência para conseguir libertar os prisioneiros desse mundo surreal.

De intensidade extrema, a história de Coraline assombra e entusiasma, criando um “outro” mundo onde todos os aspectos da vida da personagem são pervertidos e desvirtuados para o macabro. A animação mescla sonho, idealismo e encantamento com dados sombrios e bizarros que, ao mesmo tempo, traz uma pegada sutil que, finalmente, recusa-se a tratar com condescendência uma plateia ávida por empolgantes contos de terror.

O filme segue a linha estrutural do *stop motion* que incorpora, na fotografia, cores que se assemelham às das ilustrações dos livros infantis e usa como composição comunicacional a comédia, o sarcasmo e a utopia, que levam a noções de devaneio e realidade em forma educacional. A construção cinematográfica se organiza em torno de sua estética e retira dela os elementos para a narração e a produção, a fim de provocar emoções em caráter sombrio que buscam chocar o telespectador por meio do inesperado que causa medo e compaixão. Nesse sentido, pode-se dizer que o cinema elabora teses sobre práticas do cotidiano, a partir do qual são atribuídos valores passionais.

A obra trabalha com temas atuais e utiliza-se de símbolos para expressar a ideia do que seria a alienação do sujeito – como a troca dos olhos pelos botões. Os botões funcionam como tranca do que realmente seria a realidade, pois deixam os sujeitos presos em um mundo até então qualificado por eles como perfeito, mas, na verdade, transformando o sujeito em objeto descartável.

Outro aspecto dessa produção cinematográfica é a demonstração dos dilemas que perpassam o cotidiano de muitas crianças. Entre eles, a atenção dos pais que, muito ocupados com o trabalho, se esquecem dos problemas particulares de seus filhos. Com isso, o cineasta trabalha de maneira responsável, por levar às telas do cinema os dilemas não apenas das crianças, mas da atual situação de muitas famílias e por construir um diálogo que busca uma resposta (um ato) de quem ao filme assiste, referente aos temas levantados.

Compreendendo o diálogo que o cinema propõe com a criança, esta se enxerga na trama por identificação com a protagonista, que reflete e refrata o seu cotidiano nas imagens fílmicas. Desse

modo, condensam-se os sentidos e apontam-se situações do cotidiano, descortinando a vida social e seus contextos de significação nas telas do cinema, no qual cultura, ideologias e costumes são traços característicos desse meio de comunicação social. Afinal, as imagens são signos representativos de uma realidade concreta que, ao mesmo tempo, lança o expectador ao imaginário onde digladiam o real com o fantástico.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

PAULA, L. de. “O dizer estético e (anti)ético da mídia: a veridictoriedade à luz da perspectiva bakhtiniana”. In: ROJOS, E. M. (Org.). **Livro do GEB**. São Carlos: Pedro & João, 2009.

OS GIBIS E A CRIANÇA: ESTUDO DA RELAÇÃO COMUNICATIVA E PUBLICITÁRIA DOS GIBIS DA TURMA DA MÔNICA COM A CRIANÇA

Jaqueline Proença de OLIVEIRA³⁰

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA³¹

As histórias em quadrinhos servem de entretenimento para as crianças e os jovens, sendo esse público seu maior consumidor. Portanto, trata-se de um grupo que deve ser respeitado em suas individualidades, principalmente pelo fato de que se encontra em fase de crescimento, constituindo seus valores dentro da sociedade. Cabe, então, questionar, neste trabalho, o emprego de publicidades inseridas em textos destinados aos jovens, bem como o texto em si e as características que podem contribuir para seu desenvolvimento intelectual.

A publicidade trabalha na função de despertar desejos de posse de determinado produto ou serviço, utilizando-se, às vezes, de um universo lúdico que visa a seduzir com leveza seu consumidor final. Cabe, então, uma reflexão sobre o poder persuasivo das histórias em quadrinhos, uma vez que são, por natureza, lúdicas.

Os gibis têm como características estimular a imaginação, ajudar no processo de formação do hábito de leitura das crianças, levá-las a refletir sobre os temas tratados e a se divertir. Porém, o excesso de peças publicitárias entre as histórias infantis cria uma influência considerável no desejo de posse desses produtos, levando-nos a pensar se há eficácia na persuasão dessas peças publicitárias e o quanto isso atinge as crianças positiva ou negativamente. Há a necessidade de verificar quais produtos e serviços são oferecidos e qual é a relação destes com a formação educacional do pequeno leitor.

Justamente, por essa característica de ajuda na formação do hábito de leitura, devemos observar a linguagem usada com a criança, como se firma a comunicação entre as histórias e a criança ou o jovem. Objetiva-se, então, realizar uma análise quanto à criatividade, ao desenvolvimento das peças publicitárias e à capacidade de influência da mesma na criança, além da estrutura dos quadrinhos, do jogo de cores e como ela pode ser recebida. Analisaremos também a linguagem escrita utilizada, verificando como o gibi, no seu todo, comunica-se com a criança.

³⁰ Aluna do curso de Publicidade e Propaganda do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/FEMA.

³¹ Doutora em Letras pela UNESP, campus de Assis/SP. Professora do Departamento de Comunicação Social do IMESA/FEMA.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2000.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade – A linguagem da sedução**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

NALLO, Egeria D. **Meeting Points – Soluções de Marketing para uma sociedade complexa**. São Paulo: Marcos Cobra, 1999.

CARVALHO, Ronald Z. **Marketing por Ronald Z Carvalho**. São Paulo: Editora Nobel, 1999.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

COLLESEI, U. **Marketing**. Padova: Cedam, 1989.

IANNONE, Leila R.; Iannone, Roberto. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Moderna, 1994.

PUBLICIDADE E CONSUMISMO INFANTIL

Fernanda Cappelleso Bello de PAULA³²

Maria Lúcia de Maio BIGNOTTO³³

A sociedade moderna vive por um lado o ápice do apelo ao consumo, por outro lado, a ela é imposto o compromisso com o meio ambiente. Somos diariamente bombardeados por publicidades de produtos que, na maioria das vezes, utilizam-se da fragilidade dos valores humanos para vender uma suposta posição na sociedade ou um suposto estado de felicidade. A publicidade, segundo Baudrillard (2004), é o maior fator contribuinte para o aumento do consumismo e isso pode acarretar em diversas consequências negativas para o meio ambiente e, também, para o próprio ser humano. Segundo Lipovetsky (2003, p.198): “[...] a publicidade desculpabilizou o fenômeno do consumo”.

Articulada da melhor maneira para convencer o consumidor a comprar determinado produto, aumentando assim o consumismo e diminuindo a importância dos valores humanos para a convivência em sociedade, a comunicação mercadológica dita o que se deve consumir para se ter uma vida melhor, satisfazendo todas as vontades como pessoa. Muitas dessas publicidades apelativas são dirigidas ao público mais fácil de ser atingido e assim o mais consumidor; as crianças.

Segundo Ana Olmos (2011), por estarem em desenvolvimento até os doze anos, as crianças não possuem ainda capacidade crítica de abstração de pensamento formada para a compreensão total do caráter persuasivo das mensagens que as atingem. Deduz-se que essa exposição acarretará na aquisição de produtos considerados supérfluos, sem nenhuma preocupação com o futuro.

Não será possível abastecer futuramente a sociedade consumista se agora não for feita uma conscientização. É necessário reafirmar os valores humanos que estão sendo perdidos por conta desse consumismo exacerbado. Assim, este trabalho justifica-se porque intenciona orientar socialmente as crianças de que uma compra consciente e controlada irá beneficiar a saúde do meio

³² Publicidade e Propaganda – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: fernandacappelleso@uol.com.br.

³³ Professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: dantibig@femanet.com.br.

ambiente, além de evidenciar os valores humanos que são essenciais para a convivência harmônica em sociedade.

Levando em consideração que as crianças estão submetidas a isso, será mesmo que as publicidades veiculadas na televisão agridem tanto as crianças, tornando-as desde cedo mais consumistas? Qual é o real impacto causado por essas publicidades?

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OLMOS, Ana. Mídia e Identidade. In: INSTITUTO ALANA. Projeto Criança e Consumo. São Paulo, 2011.

SAMPAIO, Inês Vitorino. **Televisão, publicidade e infância**. São Paulo: Annablume, 2000.

TOSCANI, Oliviero. **A publicidade é um cadáver que nos sorri**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CALAZANS, Flávio. **Propaganda subliminar multimídia**. São Paulo: Summus, 2006.

CARVALHO, Nelly. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 2009

CRITELLI, Dulce. In: **Folha de S.Paulo Equilíbrio**, 2009.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2001

FERRES, Joan. **Televisão subliminar: socializando através de comunicações despercebidas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LINN, Susan. **Crianças do consumo: a infância roubada**. São Paulo: Instituto Alana, 2006.



DIREITO

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS TABAGISTAS

Eduardo Carlos de CAMPOS³⁴

Jesualdo Eduardo de ALMEIDA JUNIOR³⁵

O referido trabalho pretende analisar a Responsabilidade Objetiva, instituto reconhecido no Direito, cuja finalidade é a reparação de dano efetivamente causado sem discutir o elemento culpa. Impõe-se a determinadas situações expressas em lei, devendo aquele que causou o dano indenizar a vítima sem trazer no arcabouço das discussões sua conduta, conhecida também como responsabilidade sem culpa.

Nesse arcabouço de discussão entram as empresas tabagistas. Ora, sabe-se que as mesmas desempenham funções de fabricantes, importadoras e distribuidoras de cigarros, explorando com isso o campo da publicidade nos mais diversos meios de comunicação.

Contumácia há muito tempo vem conquistando elevado número de consumidores, transparecendo às pessoas que o ato de fumar é uma opção inteligente, saudável, prazerosa.

Não obstante, o produto comercializado, de alto grau de periculosidade à saúde, tem levado muitos desses consumidores a várias espécies de doenças, algumas irreversíveis e conseqüentemente ao óbito.

Em breve síntese, a aplicação da responsabilidade objetiva seria um respaldo fundamental àqueles que são vítimas desses eventos danosos. No entanto, como se demonstrará, a sua pouca efetividade ainda tem sido causa para efetividade de direitos consumerista, principalmente com as alegações da Teoria do Livre Arbítrio pelas empresas de tabaco em demandas jurisdicionais, objetivando afastar de qualquer modo sua responsabilização.

Nesse passo, avaliará a possibilidade de aplicação da referida teoria bem como a possibilidade de afastamento desse dever em caso concreto de evento eminentemente danoso e o entendimento jurisprudencial dos Tribunais.

³⁴ Aluno do 5º ano do Curso de Direito, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: eduardocamposassis@hotmail.com.

³⁵ Professor de Direito Civil, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: jesualdo@femanet.com.br.

REFERÊNCIAS

- [1] GAMA, Hélio Zagheto. **Curso de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- [2] NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda A. P. **Código de Defesa do Consumidor**. 5. ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2011.
- [3] DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil**. 23. ed. Reformulada. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO E CIDADANIA: DENÚNCIA SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA OBRA DE ARIANO SUASSUNA

Patrícia Irina Loose de MORAES³⁶

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA³⁷

Este trabalho buscou tecer um paralelo entre questões de Direito e a obra de Ariano Suassuna, especificamente *O Auto da Compadecida*. O estudo permitiu explorar a construção do texto literário através do viés jurídico, objetivando suscitar uma realidade social, em que os problemas estão amparados ora no direito positivado, ora no direito divino (virtualizado)[1].

Desse duelo entre a razão e a religião, procurou-se explicitar a complexidade do conceito de justiça. A pesquisa projetou-se de maneira a entender como Ariano Suassuna se apropriou dos elementos da cultura popular, do cotidiano do homem humilde, ligando-os às questões pragmáticas e de ordem científica, usando para tal façanha o caminho da ordem jurídica, do processo [2].

O autor nos permite, enquanto operadores do direito, entender a trajetória do fato social e o como este se torna objeto da análise jurídica. Permitiu, ainda, observar o como o fato social pode perder ou ganhar *status* de apreciação no ordenamento jurídico, vez que este existe ou deixa de existir em consonância com os usos e desusos sociais [3].

A pesquisa permitiu o resgate da discussão entre a cidadania e o exercício do direito e do porquê de uma parcela significativa de sujeitos não se entender como cidadã, dotada de direitos e obrigações. Assim, a problematização do cotidiano e das questões litigantes na obra de Suassuna são fundamentais para entendermos os direitos e garantias constitucionais adotados na Constituição Federal de 1988. O olhar de Suassuna nos permite visualizar um meio de exemplos frutíferos de discriminação e marginalização social. Essa capacidade perceptiva se aliou às habilidades como jurista e literário de Suassuna, resultando na construção de um trabalho no qual ficção e realidade interagem. E é nesse espaço virtualizado que o autor tece sua leitura de justiça e cidadania [4].

³⁶ Departamento de Direito – Instituto Municipal Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: patricia.irina@gmail.com.

³⁷ Doutora em Letras pela UNESP, campus de Assis – SP. Professora no Departamento de Direito – Instituto Municipal Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: eagrif@femanet.com.br.

REFERÊNCIAS

- [1] SUASSUANA, Ariano. **O Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- [2] AGUIAR, Roberto A. R. **O que é justiça**. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.
- [3] DWORKIN, Ronald. **Uma questão de Princípio**. São Paulo: Martins Fonte, 2001.
- [4] **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 nov. 2011.

ENTRE O ESTATUTO DO IDOSO E A LITERATURA: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA HUMANIZADORA

NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ASSIS

Aurora LIMA³⁸

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA³⁹

O presente trabalho teve por objetivo, a partir de levantamentos bibliográficos, leituras e análises, desenvolver um trabalho de contação de histórias com idosos internados na *Santa Casa de Misericórdia de Assis*. Pretendeu-se com a contação favorecer o convívio social, ampliar as experiências e resgatar a valoração do idoso perante a sociedade. Para tanto, realizamos visitas periódicas aos acamados. Nestas, trocamos experiências. Assim, a contadora compartilhou de suas histórias de vida e conheceu os idosos, buscando, dessa forma, contribuir para o bem-estar mental deles e amenizar sua solidão.

A intenção foi a de lhes propiciar alguns momentos de recreação e entretenimento. Nossas visitas foram fundamentadas em respeito e, principalmente, em afeto. Com elas, desejamos que os idosos, que se sentissem incluídos em processo agradável e interativo, além disso percebessem que eram tratados com respeito e consideração. Notamos que com essa estratégia na contação, eles elevaram sua autoestima, ou seja, perceberam o quanto são importantes como indivíduos conhecedores da realidade social. Este projeto visou, sobretudo, à valorização do idoso, revelando-o como um cidadão que possui muitas experiências de vida que merecem ser socializadas, para isto fez-se necessário conferir-lhe voz e registro.

Justifica-se a nossa escolha, pois segundo Bussato (2008), contar histórias é uma arte que não deve ser vista como um dom nato e inatingível. Todos têm um pouco de contador de histórias. Passamos a vida narrando os fatos e acontecimentos do cotidiano. Manter vivo os aspectos lúdicos da fantasia no idoso ampliou as possibilidades de um viver mais tranquilo e digno no meio em que ele se encontrava inserido, trazendo vida nova não somente a esse idoso, como também às leis mortas de nosso país. Em síntese, resgatou-se a memória, na perspectiva de Bosi (1994) e a dignidade.

³⁸ Aluna do curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/FEMA.

³⁹ Doutora em Letras pela UNESP, campus de Assis/SP. Professora do Departamento de Comunicação Social do IMESA/FEMA.

REFERÊNCIAS

BOSI. Éclea. **Memórias e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BUSATTO, Cléo. **Contar e Encantar: Pequenos segredos da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

**FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS PÚBLICAS REGIDAS PELO DIREITO PRIVADO:
CONFLITOS EXISTENTES DIANTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO NOVO
CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO**

Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI⁴⁰

Eduardo Augusto VELLA GONÇALVES⁴¹

O presente projeto tem como proposta analisar, à luz dos ensinamentos e dos princípios do Direito Administrativo, a situação jurídica das fundações públicas fundadas antes do ano de 1988, ainda sob a égide da Constituição de 1946, e suas reformas constitucionais, bem como o Código Civil de 1916. Além destas preocupações, este projeto visa a refletir especificamente sobre as condições das fundações educacionais que foram fundadas antes das referidas normas sob a denominação de “fundações públicas de direito privado”.

Hoje, em no ordenamento brasileiro, não é mais admitida a instituição de uma “fundação pública de direito privado”, segundo alguns doutrinadores. No entanto, muitas destas instituições, fundadas antes das alterações nas legislações, vivem impasses legais e administrativos. Principalmente no que tange aos princípios administrativos do direito público previstos a todos os entes vinculados à Administração Direita e Indireta, que é o caso das fundações instituídas por ente público, constante no caput do Artigo 37 da constituição Federal: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:” (BRASIL, 1988).

Segundo Costa (2002), o art. 39, caput, da Constituição Federal, determina que as fundações públicas possuam regime jurídico único e planos de carreira instituídos pela autonomia que as criou. Tal artigo constitucional pode conduzir a uma interpretação de que a Constituição Federal apenas admite a existência de Fundações Públicas com personalidade de direito público. Porém, o § 1º do art. 173 da Constituição Federal admite, juntamente das de economia mista e empresas públicas, a existência de outras entidades que explorem atividade econômica. E como é sabido, tanto a educação, como a saúde, podem ser formas de atividade econômica, exploradas pela iniciativa privada (arts. 199 e 209 da CF/88); ou pelo Poder Público, através de suas paraestatais.

⁴⁰ Aluna do curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/FEMA.

⁴¹ Professor Mestre no curso de Direito da FEMA/IMESA.

Assim, além de debater sobre a questão do regime jurídico das fundações públicas, este projeto tem também como proposta analisar as fundações educacionais públicas e seu papel social e comunitário.

Da mesma forma que há questionamentos e dúvidas quanto às fundações públicas, há também debates sobre as fundações educacionais. Esta problematização, de ordem genérica, visa a analisar especificamente a Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) que se encontra neste perfil e dilema arrolado até o presente.

A FEMA foi instituída pela Lei Municipal 2.374 de 19 de outubro de 1985. Em seu artigo 1º, a FEMA é instituída de direito privado e no artigo 2º estabelecida a finalidade de promover o ensino, a pesquisa, a difusão cultural para região e para o país (inciso I) e “a prestação de serviços à comunidade, não como assistencialismo mas como claro compromisso de solidariedade” (inciso III). Além destas finalidades, o artigo 4º estabelece que a FEMA não terá finalidade lucrativa (prerrogativa de qualquer fundação) e sua duração será por tempo indeterminado. Nesta mesma lei, em seu artigo 10, fica estabelecido que o Poder Executivo do município consignará 15% de seu orçamento da unidade orçamentária “Ensino” para subvencionar a FEMA.

Assim, pretende-se fazer um levantamento nas legislações municipais, estaduais e federais sobre a existência de fundações educacionais públicas e seus regimes jurídicos. Além disto, verificar os pressupostos legais quanto às possibilidades de cobrança pelos serviços prestados por estas instituições.

REFERÊNCIAS

ASSIS. Lei Municipal 2.374. Prefeito Municipal. 19 de outubro de 1985.

BRASIL. Decreto-Lei 200. Presidência da República. 25 de fevereiro de 1967.

_____. Decreto-Lei 900. Presidência da República. 29 de setembro de 1969.

_____. Decreto-Lei 2.299. Presidência da República. 21 de novembro de 1986.

_____. Lei 7.596. Presidência da República. 10 de abril de 1987.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Congresso Nacional. 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8.112. Presidência da República. 11 de dezembro de 1990

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394. Presidência Nacional. 20 de dezembro de 1996.

_____. Emenda Constitucional no. 19. Congresso Nacional. 04 de junho de 1998.

COSTA, Adriano Soares da. Estudo sobre Fundações Públicas. Disponível em: <www.seuconcurso.com.br/administradas/fundacoespublicas.htm. 2002>. Acesso em: 13 dez. 2011.

HOMOFOBIA NA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS

Marcela Monteiro BEVILAQUA⁴²

Maria Angélica Lacerda Marin DASSI⁴³

Este projeto de pesquisa aborda o tema “homofobia” com pesquisa de campo realizada nesta instituição de ensino superior, sendo o trabalho dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, abrangemos a parte histórica sobre a sexualidade, observando alguns países, como a Grécia, Roma, Índia, China, Japão e o Brasil. Verificamos que, na Grécia, as relações homossexuais tinham o cunho de exemplo e aprendizado para a pessoa mais jovem da relação. Em Roma, qualquer relação, tanto na homossexual como na heterossexual, o parceiro ativo demonstrava ser superior àquele que era passivo, sendo considerado uma pessoa fraca o passivo. Na Índia, China e Japão, a sexualidade estava ligada diretamente com a religião ou a espiritualidade, mas procurava-se dar prazer também para a mulher. Entre esses três países, a sexualidade era mais natural na China, sendo o sexo fonte de prazer. No Brasil, a sexualidade sofreu modificações durante o curso da História. A partir do século XIX, pode-se observar a liberação sexual, para ambos os sexos.

Em seguida, no segundo capítulo, tratamos sobre a legislação nacional e internacional, embasados na Declaração dos Direitos Humanos, bem como no projeto de reforma do Código Penal brasileiro, que pretende criminalizar a discriminação por orientação sexual, estabelecendo tipo penal específico. Na legislação internacional, notamos que o tema foi tratado em diversas conferências, como: Plano de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento – Conferências do Cairo, XIII Congresso Mundial de Sexologia – Valência/1997, Conferência das Américas – Chile/2000 e Conselho de Durban -2001. Como estes documentos versam sobre Direitos Humanos, sua validade é equiparada à Constituição Federal, após o “referendum” do Congresso Nacional. Na legislação nacional, observamos que a Constituição Federal brasileira estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção, não podendo haver o preconceito contra

⁴² Aluna do Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), e Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIC). Contato: marcelabevilaqua@hotmail.com.

⁴³ Professora Mestra do Instituto Municipal Ensino Superior de Assis (IMESA) e Orientadora do Projeto de Pesquisa. Contato: adoromeualunos@hotmail.com.

qualquer pessoa, por qualquer razão. Utiliza-se também o Programa Brasil sem Homofobia, demonstrando os direitos da sociedade homossexual com base nos Direitos Humanos. Observou-se que, no âmbito civil, houve grandes avanços para os homossexuais, embora na área penal não haja punição específica para as práticas homofóbicas.

Posteriormente, relatamos, no terceiro capítulo, as práticas homofóbicas no Brasil, demonstrando os crimes mais usualmente cometidos contra os homossexuais, sendo a ameaça, injúria, lesão corporal dolosa, entre outras. As causas destas práticas podem ser por preconceito contra os homossexuais, de cunho religioso ou pela ausência de normatização específica em âmbito penal. Isto demonstra que a legislação penal é falha neste aspecto, ou seja, não há punição específica para tais práticas.

Ao final, no capítulo quatro, será apresentada a pesquisa empírica, que se encontra em fase de desenvolvimento no campus da Fundação Educacional do Município de Assis, buscando investigar as diversas opiniões sobre o tema nos diferentes cursos oferecidos pela instituição.

REFERÊNCIAS

- DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2010.
- VENTURE, Miriam. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Editora Advocaci, 2003.
- VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- GRECCO, Rogerio. **Curso de Direito Penal - Parte Geral**. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2009.

O CONDOMÍNIO EDILÍCIO E O USO DA ÁREA COMUM: LEGALIDADE DE RESTRIÇÕES AO CONDÔMINO INADIMPLENTE

Cleonice Maria Alves GONZALEZ⁴⁴

Gerson José BENELI⁴⁵

O crescimento populacional tem como um dos efeitos um aumento considerável de moradias e, em razão de espaço territorial e situação econômica, é notório o número cada vez maior de edifícios. Para normatizar esse tipo de construção e a vida em comunidade há artigos definidos no Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, mas muitos problemas condominiais continuam, como a inadimplência por parte de condôminos.

Nesse tema, doutrinadores, juristas e julgadores têm divergido sobre a restrição ao uso de determinadas áreas de propriedade comuns pelos inadimplentes. É uma inovação, por parte de especialistas em condomínio edilício, que visa a assegurar, além das sanções previstas no Código Civil, mais uma contribuição legal para evitar a inadimplência e promover harmonia e integração entre os condôminos e dependentes. Veja que, muitos condôminos não têm cumprido sua obrigação pecuniária, como informação encontrada no site <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/2011>>, em 17 de outubro de 2011. Esta reportagem destacou que, no ano em questão, havia aproximadamente oito mil ações em andamento para cobrança de condôminos devedores, só nos fóruns da cidade de São Paulo, sendo uma média de 27 processos por dia.

Com o objetivo de elucidar a questão suscitada, o trabalho apresenta o conceito de condomínio edilício, sua origem, evolução histórica, as várias denominações, sua instituição e constituição. Discorre, ainda, sobre a convenção, a lei máxima dentro do condomínio edilício, as áreas de propriedade exclusiva que o condômino pode usufruir e dispor a seu bel prazer, sem interferência alheia, as áreas de propriedade comum, onde todos condôminos e dependentes devem se sujeitar às normas impostas na convenção e aos direitos, bem como aos deveres dos condôminos, às penalidades pelo não cumprimento desse dever condominial e às pelo descumprimento de regras consuetudinárias pela conduta abusiva ou antissocial. Este trabalho mostra também que existem correntes divergentes quanto à legalidade de restrição do uso de áreas de propriedade comum não essenciais e acórdãos de Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Ele se encerra com a questão controvertida do uso de áreas de uso comum pelos inadimplentes e cuidados para sua implantação.

⁴⁴ Aluna do curso de Direito da FEMA.

⁴⁵ Professor Mestre no curso de Direito da FEMA.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, Hamilton Quirino. **Condomínio Edilício**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumens Jurus Editora, 2010.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FAZANO, Haroldo Guilherme Vieira. **Condomínio: Aspectos Teóricos e Práticos**. Leme/SP: J.H. Mizuno, 2010.
- FEDOZZI, Marcos Eduardo Goiana. **Condomínio Edilício no Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.
- FRANCO, J. Nascimento. **Condomínio**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. V.
- LOPES, João Batista. **Condomínio**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- MALUF, Carlos Alberto Dabus; MARQUES, Márcio Antero Mota Ramos. **Condomínio Edilício**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- NEGRÃO, Theotônio. PEREIRA. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito das Coisas**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SCHWARTZ, Rosely Benevides de Oliveira. **Revolucionando o Condomínio**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- JUNQUEIRA, André Luiz. Proibição de Uso de Áreas Comuns pelo Devedor de Condomínio. **Revista Bonijuris**. Curitiba: nº573, (p 80-81), agosto de 2011.
- PICCOLI, Fernando. **Condomínio Edilício: questão da multa moratória, por conduta abusiva e da multa por comportamento antissocial**. São José/SC. 2004, 64 páginas. Monografia-Universidade do Vale do Itajaí.
- VADE MECUM. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 04 ago. 2012.
- Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/2011>>. Acesso em: 17 out. 2011.

JURISPRUDÊNCIAS

- Tribunal de Justiça do Paraná. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia>>. Acesso em: 17 maio 2012.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.3.tjrs.jus.br>. Acesso em: 16 maio 2012.

Tribunal de Justiça de São Paulo. Disponível em: <<http://esaj.tj.sp.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2012.

**A LEITURA E SEUS IMPASSES:
REPRESENTAÇÕES DA MARGINALIDADE E JOVENS LEITORES ASSISENSES**

Cecília Barchi DOMINGUES⁴⁶

Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA⁴⁷

O projeto tem por objetivo retratar a integralização dos jovens leitores da rede pública de ensino com o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), tomando como base três escolas do município de Assis, analisar-se-á o acesso à cultura e o incentivo à leitura desses alunos. Bibliotecários, alunos e professores serão entrevistados com o intuito de visualizar se o objetivo do Programa vem sendo atendido com êxito. No que concerne ao PNBE, a educação pública recebe, desde 2006, livros do Programa, com o intuito de “[...] democratizar o acesso a obras de literatura infantis e juvenis, nacionais e estrangeiras, bem como o acesso a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras.” (MACIEL, 2008, p.11).

A presença da leitura entre os jovens é de importância inestimável, tal hábito tem forte incentivo em uma educação estruturada e diretamente pode levar a um grande desenvolvimento da sociedade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “[...] As crianças e os adolescentes têm o direito de receber um bom nível de educação [...]”, mas também devem responder por seus deveres: “[...] Quando as crianças e os adolescentes cuidam do material escolar colaboraram com o direito à educação de todos [...]”.

Como se sabe, a leitura é fundamental para o bom desenvolvimento educacional, contudo este não começa só na escola, familiares devem seguir o acompanhamento escolar e cobrar de seus filhos um bom aproveitamento. O hábito de leitura no Brasil, entretanto, caiu nos últimos quatro anos, apesar do governo, por meio do PNBE, continuar assegurando acervos de livros nas escolas. Então por que os alunos andam tão desinteressados em relação à leitura?

Parte-se do pressuposto em nossa pesquisa de que somente a distribuição dos acervos não é o bastante para incentivá-la. Antes, é necessária a exploração desse meio, despertar a curiosidade do jovem leitor, trabalhar a entrega de livros e assegurar a leitura das obras. Tudo que é público vem de tributos arrecadados dos brasileiros, as escolas estão equipadas com materiais que vem desse dinheiro, é responsabilidade de cada um cuidar do que o governo disponibiliza. Educação é um

⁴⁶ Aluna do curso de Direito da FEMA, com pesquisa em PIBIC.

⁴⁷ Professora Doutora no curso de Direito da FEMA.

direito, absorver e aproveitar é dever consigo mesmo. Aliás, é preciso assegurar que a leitura saia da margem da vida social e adentre o seu lugar de direito: no centro da formação do sujeito crítico.

REFERÊNCIAS

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2012/03/numero-de-leitores-caiu-91-no-pais-em-quatro-anos-segundo-pesquisa.html>>. Acesso em: 11 set. 2012.

PNBE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=575>. Acesso em: 11 set. 2012.

ECA. Disponível em: <http://eca.claretianas.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=57>. Acesso em: 11 set. 2012.

O ESTADO BRASILEIRO NA ECONOMIA: UM PARALELO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL SOBRE INTERVENÇÃO DIRETA E INDIRETA

Nayara Morais OLIVEIRA⁴⁸

Reynaldo Campanatti PEREIRA⁴⁹

A pesquisa traça um paralelo histórico constitucional sobre a presença ou não do Estado na Economia, analisando as formas de intervenção direta e indireta na atividade econômica, pontuando fatos e fatores que influenciaram efetivamente na forma como se daria a atuação estatal em face do momento político-econômico de cada período.

Ao todo, foram sete constituições originariamente estabelecidas e a Emenda Constitucional nº de 1969 que, dada sua importância para alguns doutrinadores, é considerada como um novo texto constitucional.

Constituição	Surgimento	Vigência em anos
1824	25.03.1824	65
1891	24.02.1891	39
1934	16.07.1934	03
1937	10.11.1937	08
1946	18.09.1946	20
1967	24.01.1967	02
EC n. 1/1969	17.10.1969	18

⁴⁸ Graduada de Direito - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Aluna Bolsista PIBIC/CnPq – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- Assis - SP. Contato: morais_no@hotmail.com.

⁴⁹ Orientador e Professor Doutor de Economia – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP - Brasil. Contato: campanatti@femanet.com.br.

1988	05.10.1988	*
------	------------	---

*até a presente data (*grifo nosso*)

Figura 01: Histórico das Constituições Brasileiras (In: LENZA, 2011, p. 95)

A primeira Constituição Brasileira de 1824 segue uma linha liberal, sem uma efetiva intervenção do Estado na economia, deixando ao particular a faculdade de influenciar no rumo da atividade econômica do Estado. Contudo, a partir de dado momento passou a ser percebida a necessidade de uma força extramercado tornar-se efetiva para garantir o desenvolvimento social e econômico; o Estado.

Já a Constituição de 1891, durante sua vigência, foi o marco do rompimento da monarquia e nascimento da república, tal fase ficou conhecida como República Velha. Todavia, absteve-se quanto à intervenção direta, mas apresenta muitas prerrogativas para o que conceituamos como intervenção indireta.

A Constituição de 1934 foi precedida de uma carga revolucionária e pode ser classificada como a mais intervencionista de todas as sete constituições brasileiras.

Em termos de efetividade de intervenção direta do Estado na economia na vigência da Constituição de 1937, entendemos ser ela a de maior relevância para a viabilização de projetos que se concretizaram em 1946, tanto no plano da intervenção direta, quanto na indireta. Em contrapartida o que versa sobre a intervenção indireta, encontram-se presentes neste texto disposições que se traduzem na proteção ao sistema econômico e medidas para seu desenvolvimento de forma equilibrada, de acordo com a realidade política vigente; a ditadura.

A Constituição de 1946 contém em seu texto quatro artigos que trata da prerrogativa de intervenção direta do Estado na economia, além disto, durante sua vigência, materializaram-se várias medidas baseadas em tais prerrogativas. Sobre a intervenção indireta, esta se concretiza na atuação do Estado viabilizando e tutelando o sistema econômico.

Com relação à Constituição de 1967, grifa-se a imponência da ditadura militar direcionando todas as áreas de atuação do Estado, principalmente a questão da intervenção estatal de forma direta e indireta, dando-se num primeiro momento de forma ampla, afunilando-se com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, em todos os aspectos que dizem respeito à intervenção direta e indireta do Estado na Economia.

Num contexto mais atual, a Constituição de 1988 é promulgada e trata da intervenção na economia de forma panorâmica e pragmática. As disposições constitucionais que tangem à atividade

econômica avançam de forma a estabelecer um equilíbrio entre Direito e Economia, possibilitando mútua cooperação, garantindo a efetivação dos princípios postos como fundamentais.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito Econômico**. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Américo Luís Martins da. **A ordem constitucional econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DIREITO À VIDA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ABORTO E DA EUTANÁSIA

Kerlly Barbara Mariano dos SANTOS⁵⁰

Os Direitos e as Garantias Fundamentais, objeto de estudo do Direito Constitucional, por serem natos ao ser humano já são merecedores de análise. Quanto à vida, trata-se do direito máximo, pois somente com ela é que podemos conceber todos os demais. Os debates acerca desta concepção têm sido constantes, pois tem havido grande mudança no posicionamento geral sobre o que é vida e até que momento ela existe, partindo para o olhar da dignidade da pessoa humana.

Neste diapasão, o objetivo desta pesquisa foi trazer argumentos a respeito do início e fim da vida e do momento em que a vida parece indigna de ser vivida a ponto de permitir-se a agressão a este direito com base no senso de humanidade. Para melhor contextualizar com argumentos empíricos sobre o tema, elucidamos duas situações limites do direito à vida, uma evidenciada na frustração de qualquer viabilidade de vida externa por meio do aborto, e outra no abreviamento do sofrimento causado pela vida externa com a eutanásia, discutindo conceitos, analisando princípios sociais, a legislação e fazendo uma comparação com as legislações afins.

O primeiro capítulo trata da conceituação de vida, além de analisar a evolução dos direitos humanos até chegarmos ao que temos hoje, bem como as dimensões de direitos e a evolução do conceito de dignidade da pessoa humana.

No segundo capítulo, faz-se uma discussão sobre o aborto, trazendo sua classificação e adentrando, mais especificamente, no caso da anencefalia e no voto da ADPF 54 que versava sobre a autorização judicial às gestantes que tivessem o diagnóstico de anencefalia de seus filhos. Além disso, teremos, ainda, um breve relato sobre os pontos de vista de cada uma das religiões (entre as mais comuns).

No terceiro capítulo, voltamos atenção especial à eutanásia, tema também atual e deveras polêmico. Faz-se uma conceituação e apresenta-se sua classificação, além de analisar a questão do suicídio assistido, prática proibida no Brasil.

Discutir o começo e o fim do ser humano talvez seja o mais sensato meio de alcançarmos a mais plena humanidade, ou seja, para que exista uma sociedade eticamente melhor.

⁵⁰ Aluna do curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA - Assis - SP. Contato: kerlly.santos@yahoo.com.br.

Sem a inalcançável pretensão de responder, este trabalho é uma humilde incitação à reflexão sobre o ser humano como princípio e fim do próprio direito.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos: Processo Histórico – Evolução no mundo – Direitos Fundamentais: constitucionalismo contemporâneo.** São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CUNHA, Rogério Sanchez. **Direito Penal: Parte Especial.** 2. dd. São Paulo: RT, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da Vida: Aborto, eutanásia e liberdades individuais.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental: comentários à Lei n. 9.882, de 3. 12. 1999.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, Método, 2010.

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS NOVAS REGRAS PARA A PRISÃO PREVENTIVA PREVISTAS NA LEI 12403/2011

Isabela Ferreira BARBOSA⁵¹

Este trabalho tem como finalidade analisar as regras da prisão preventiva estabelecidas pela lei 12403/2011. Para tanto, parte-se de um resgate histórico da origem da prisão que tem início na Antiguidade e Idade Média, onde era vista como método de custódia, até chegar à Idade Moderna, em que surgem as primeiras modificações dadas às necessidades sociais. A partir do século XVIII, a prisão deixa seu caráter de custódia e torna-se a essência punitiva. Neste trabalho, menciona-se também o período histórico brasileiro para chegarmos na Legislação atual.

A reforma vem enfatizar o princípio da Supremacia Constitucional que adequou a legislação processual penal em consonâncias com seus preceitos. Para isso introduziu medidas cautelares diferentes da prisão, dando ao magistrado uma opção intermediária entre a liberdade provisória e a prisão cautelar, também fortaleceu o instituto da fiança, ampliando a sua aplicabilidade, mudou o caráter da prisão em flagrante, entre outros [1]. Mas sua principal inovação foi estabelecer parâmetros para aplicação da prisão preventiva que só poderá ser infligida apenas em último caso, quando as medidas cautelares não forem suficientes para assegurar a eficácia do processo. Sendo então a *extrema ratio da ultima ratio*. Além de estabelecer seus requisitos genéricos que não são em si suficientes, elenca em seu artigo 313 e incisos as hipóteses de sua decretação [2].

Essas mudanças sofreram críticas positivas e negativas. Seus defensores compartilham de seu espírito garantista, em que a prisão preventiva deve ser exceção ao Estado Democrático de Direito. Já os que a criticam, vêem-na como uma porta aberta ao crime e conseqüentemente à sensação de impunidade. Com a falência do sistema prisional e a insegurança ocasionada pelo aumento da criminalidade, a lei vem com o objetivo de mudar os rumos do direito processual penal para que, com novas alternativas, ela obtenha resultados positivos para todos que englobam esse ciclo.

⁵¹ Graduanda em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: belavanzi@gmail.com.

REFERÊNCIAS

[1] GEMAQUE, Silvio César Arouck. **Prisão cautelar ficou mais bem disciplinada**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-mai-23/prisao-cautelar-ficou-bem-disciplinada-regime>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

[2] CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR DE PLATINA NESTE MUNICÍPIO SOB A ÓTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Maria Rosana TERRA BERNINI⁵²

Gerson José BENELI⁵³

Elizete Mello DA SILVA⁵⁴

O presente trabalho contribui para um estudo de uma dada realidade social, especialmente creditada aos adolescentes, mas para isso é necessário diligenciar, analiticamente, quais são as ações da Associação de Assistência ao Menor de Platina – Projeto Raio de Luz, dando maior relevo quanto à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente na execução das atividades desse projeto.

Queremos ilustrar e prevenir as questões relacionadas com o uso inconveniente do álcool e das drogas, assunto que é discutido por toda nação. Palestrantes de todo o país são unânimes em afirmar que o problema das drogas é muito grave. Muitos adolescentes estão se tornando dependentes de um negócio que movimenta cerca de 3 a 5% do PIB mundial, segundo estimativas da ONU.

Conscientizar adolescentes de que usar drogas significa, em primeira instância, buscar prazer, mas que esse prazer engana o organismo e destrói a vida que é a responsável pela sua sobrevivência.

É público e notório que, quanto mais as pessoas souberem sobre as drogas, melhores condições terão para decidir por usá-las ou não. Uma informação pode ser trocada por outra mais convincente e que atenda aos interesses imediatos dessas pessoas.

Sabemos ainda que o acontece com as políticas públicas está relacionado com o fato de que no Brasil o Direito cumpre mais práticas formais do que materiais e o positivismo jurídico ainda reinante neste País instalou culto à forma sem preocupação com os resultados práticos.

⁵² Aluna do 4º ano do Curso de Direito e do Programa de Iniciação Científica (PIC) – Instituto Municipal de Ensino Superior – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: mariarosanat@yahoo.com.br.

⁵³ Professor Mestre e Orientador do Programa de Iniciação Científica (PIC) – (FEMA/IMESA). Contato: gersonjsebeneli@uol.com.br.

⁵⁴ Professora Doutora e Coorientadora do Programa de Iniciação Científica (PIC) – (FEMA/IMESA). Contato: dedemelo@femanet.com.br.

Talvez ainda, isso está caracterizado com a apatia política ou até mesmo com a falta de estímulo para a ação cidadã que está relacionada mais diretamente à falta de informações sobre os direitos e deveres de cada cidadão.

Possivelmente, a falta de vias de comunicações realmente ágeis das pessoas em face do aparato do Estado, além da ausência de resposta ou demora excessiva às suas solicitações e críticas, talvez, façam com que descrenças imperem em parte da população. Justamente por isto, essa parcela não se preocupa com cobrar o Poder Público em favor da criança e do adolescente, no que se refere às políticas sociais públicas de forma efetiva. Desse modo, não se assegura o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência de cada criança e de cada adolescente.

Como relatado anteriormente, o intuito maior é certificar o papel da Associação referente à prevenção e/ou recuperação dos adolescentes frequentadores do Projeto e os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio de seus serviços.

REFERÊNCIAS

- [1] DEPUTADOS, Câmara dos. **Constituição Federal**. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 2008.
- [2] GLOBO, Livraria da. **Livro Código de Menores**. São Paulo: Globo, 1928.
- [3] COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil**: trajetória, situação atual e perspectiva. São Paulo: LTr, 1994.
- [4] TITO, Ronan; AGUIAR, Nelson. **Justificativa do Estatuto**. In: PEREIRA, Tânia da Silva. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90, Estudos Sócio-Jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
- [5] PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente**: Uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- [6] TIBA, Içami. **Quem ama, educa!** São Paulo: Editora Gente, 2002.

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS VISANDO À EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

Carmen de Matos BENTO⁵⁵

Jacqueline Cristina Pianoschi de Matos BENTO⁵⁶

O presente estudo tem como objeto a Conciliação e a Mediação, como métodos alternativos de solução de conflitos, e o acesso à justiça, conceituando-os e analisando sua aplicabilidade, suas vantagens e eficácia. Diante da falta de alternativas pacificadoras para a resolução das divergências inerentes à vida humana, tratam-se a Conciliação e a Mediação como ferramentas de transformação social, trazendo à baila as funções do Conciliador e Mediador diante desse quadro.

Neste texto, pretende-se discutir, além da aplicabilidade desses institutos, como instrumentos que auxiliem efetivamente na pacificação social, a importância dos Juizados Especiais Cíveis que representam o símbolo da democracia participativa. Estes últimos foram criados para buscar soluções rápidas e econômicas para os conflitos, por meio destes métodos alternativos, visando a facilitar o acesso à justiça às pessoas mais simples que dele encontravam-se excluídas.

As hipóteses levantadas para este estudo foram no sentido de que a Conciliação e a Mediação, como ferramentas de transformação social, são caracterizadas pela humanização de condutas. Trata-se de mecanismos alternativos na obtenção de soluções das lides, que podem contribuir para o efetivo acesso à justiça, proporcionando significativas transformações em nossos hábitos culturais, bem como nos hábitos do próprio Poder Judiciário, fazendo com que o cidadão sinta-se acolhido em seus direitos e garantias fundamentais, elencados na Carta Magna, a qual assegura a todos, entre outros, o direito à proteção da honra e da dignidade humana.

⁵⁵ Aluna do curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Contato: carminhabento@hotmail.com.

⁵⁶ Curso de Direito – Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Contato: jakbento@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

CAPPELLETTI, Mauro; GARTN, Bryan. **Acesso à Justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

HONÓRIO, Maria do Carmo. **Os critérios do processo no Juizado Especial Cível. Teoria e Prática**. São Paulo: Fiuza, 2007.

LIMA FILHO, Francisco das Chagas. **Acesso à Justiça e aos Mecanismos Extrajudiciais de Solução de Conflitos**. Porto Alegre: Fabris, 2003.

A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: FUNDAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.

Josiane Cristina Ferreira Barros RIBEIRO⁵⁷

As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial a liberdade assistida (LA), são destinadas aos adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional considerado pela lei.

Com o intuito de guiar aos adolescentes que se encontram nessa situação, o Estatuto prevê medidas socioeducativas para aqueles que infringem as leis adotadas pela sociedade e que existem consequências aos que as descumprem. Porém, o Estatuto da Criança e do Adolescente não traz definição expressa sobre o que vêm a ser medidas socioeducativas em geral, e nem define especificamente o que é a liberdade assistida, portanto, este é um importante tema para debate.

Mesmo diante desta ausência de conceito sobre a liberdade assistida, o Estatuto é um mecanismo dotado de estrutura complexa, que possui suas particularidades e entrelaçam as relações políticas, sociais e familiares, entre outras instituições sociais.

A Liberdade Assistida prevista no Estatuto monitora a relação do adolescente no mesmo contexto em que vivia quando cometeu o ato infracional. No entanto, mesmo diante da dinâmica estrutural complexa e abrangente, pouco se sabe sobre esta medida e sobre o processo histórico que a originou, e sua eficácia, pois são poucos os estudos nessa área. A maioria dos estudos, como veremos, situam-se nas áreas jurídicas e, muitas vezes, apenas são acompanhados de uma breve análise social.

A partir de nossa temática, pretendemos analisar quais são os embates na produção da medida socioeducativa, em especial, a Liberdade Assistida, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, entendendo Liberdade Assistida como uma forma de ressocialização da criança e do adolescente diante do ato infracional cometido.

No entanto, a dúvida surge ante a sua eficácia, será que esta medida socioeducativa realmente cumpre seu propósito social? Como ela tem sido aplicada? Um dos problemas constantes dos cursos jurídicos e fruto da visão positivista tem sido praticar o Direito como mera técnica em detrimento da

⁵⁷ Aluna do curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA/Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Contato: Josynha019@hotmail.com.

realização da justiça e da finalidade do bem comum, razão de ser do Direito para o homem em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARIES, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BATISTA, Vera Malgutti. **Introdução à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BITTENCOURT, César Roberto. **Falência da Pena de Prisão**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- Constituição Federal**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- CURY, Munir; Antonio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais**. São Paulo: Editora Malheiros, 2002.
- DAGOSTINI, Sandra M. **Adolescente em conflito com a lei e a realidade**. Rio de Janeiro: Juruá, 2003.
- ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- FERREIRA, Eduardo Dias de Souza. **Liberdade Assistida no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: EDUC, 2010.
- MONREAL, Eduardo Novoa. **O Direito como obstáculo à transformação social**. Porto Alegre: SAFE, 1996.
- PAULA, Liane de. **Liberdade Assistida: Punição e Cidadania na Cidade de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Programa e Pós-Graduação em Sociologia. 2011
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria Editora do Advogado, 2001.
- SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2001.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM PESSOAS INDEVIDAMENTE ENCARCERADAS

Simone Terossi CARRER⁵⁸

Elizete Mello da SILVA⁵⁹

O tema da responsabilidade do Estado, desde os primeiros estudos do direito público, sempre esteve no centro das discussões. Se inicialmente, o Estado por nada respondia, pois suas ações centravam-se na figura divina do rei, com o passar do tempo, o próprio desenvolvimento da sociedade e a separação entre as figuras do Estado, de seus agentes e do soberano, tornaram-se necessários para dar novos contornos ao tema. Logo, já era possível responsabilizar o Estado com fundamento na culpa de seus agentes, evoluindo para a desnecessidade inclusive de identificação do causador do dano, bastando a prova de uma imputação anônima com atribuição da culpa à existência mesma do serviço prestado.

Posteriormente, adotando a máxima premissa pela qual “o homem é a medida de todas as coisas”, passou-se a aceitar a existência de atividades que geram riscos para a sociedade, obrigando os seus executores a se responsabilizarem pelos danos daí advindos. Era a teoria do risco que, no caso específico das atividades do Estado, é denominado administrativo. Desde então, acompanhando a evolução doutrinária do tema, o direito brasileiro procurou positivizar regras minuciosas e abrangentes, de forma a proteger inteiramente o cidadão contra danos causados pelas atividades desenvolvidas pelo Estado, seja através de comportamento ilícito ou até mesmo lícito.

Vista de perto, a evolução do tema recai na ideologia inspiradora de sempre impedir que alguém seja individualmente onerado em contrapartida dos benefícios colhidos pelos demais membros da sociedade. É manifesta a intenção de repartir igualmente entre todos não só os lucros advindos do comportamento estatal, mas também todos os prejuízos por ventura experimentados.

Entretanto, as tentativas de responsabilizar o Estado pelos atos do Legislativo e do Judiciário ainda concentram enormes focos de resistência, especialmente na jurisprudência firmada pelos principais

⁵⁸ Aluna do Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – e Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIC) - Assis, SP – Brasil. Contato: terossicarrer@hotmail.com.

⁵⁹ Professora Doutora do Instituto Municipal Ensino Superior de Assis (IMESA) e Orientadora do Projeto de Pesquisa. Assis, SP – Brasil. Contato: dedemelo@femanet.com.br.

tribunais brasileiros. Não é incomum a alegação de prática de atos de soberania para isentar o Estado, mesmo que a ideia contrarie frontalmente o que aparece disposto na Constituição Federal de 1988 a esse respeito. Nesse ponto, as conclusões do que prevalente tanto na doutrina quanto na jurisprudência pátria não se afastam do que afirmado, havendo expressivamente predominantes as correntes que dão guarida ao comportamento estatal que submete o cidadão à prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Dessa forma, o presente trabalho parte de uma visão já estabelecida no sentido da irresponsabilidade do Estado para os casos de prisões cautelares comprovadamente indevidas, tecendo críticas às consequências práticas da adoção dessa teoria, com vistas a assentar a necessidade de mudança de paradigmas. No entanto, o tema ainda é polêmico e a presente pesquisa visa a contribuir para o aprofundamento da responsabilidade do Estado no caso de prisão indevida.

REFERÊNCIAS

- [1] AGUIAR DIAS, José de. **Da Responsabilidade civil**. Vol. II. 9. ed. São Paulo: Forense, 1994.
- [2] CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade civil do Estado**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- [3] HENTZ, Luiz Antonio Soares. **Indenização do erro judiciário e danos em geral decorrentes do serviço judiciário**. São Paulo: Universitária, 1995.

A FUNÇÃO SOCIAL DA OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Vanessa de Oliveira Paulo EUGÊNIO⁶⁰

Elizete Mello da SILVA⁶¹

O tema em tela busca entender qual é a função exercida pela OAB – Ordem dos Advogados no Brasil no meio da sociedade brasileira. Essa instituição além de regulamentar a advocacia, também exerce um papel fundamental no meio da sociedade, mas existe uma discussão em relação a seu trabalho com os cidadãos, na verdade, busca-se entender se esse papel é verdadeiramente desempenhado ou só é uma teoria declamada.

É importante ressaltar que a OAB atua diretamente na profissão do advogado, regrando sua atividade e trazendo equilíbrio, aplicando sempre a ética como principal meio de direcionamento para tal profissional, ela também protege o advogado dando a ele prerrogativas que o leva a atuar de forma eficaz. Protegendo e regrando o profissional da advocacia, ela traz certa tranquilidade para a sociedade, já que a população precisa se sentir segura quando necessita lutar pelos seus direitos.

Todavia, nem sempre a sociedade visualiza a OAB como uma companheira que pode ajudá-la na luta pelos seus direitos. Mas sem dúvida, ela também busca uma igualdade no meio da população, pois luta para que a justiça seja aplicada de forma plena e eficaz.

Pelo exposto, OAB precisa sofrer algumas mudanças em relação ao contato com a sociedade, mas a sociedade também precisa se aproximar e acreditar que ela pode ajudar nas conquistas almejadas. Analisar essa instituição e qual têm sido sua contribuição com nossa sociedade é o objeto de discussão desse trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] NETO, Pedro Scuro. **Manual de Sociologia Geral e Jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

⁶⁰ Aluna do Curso de Direito - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – e Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIC) - Assis, SP – Brasil. Contato: nessajc2@hotmail.com.

⁶¹ Professora do Instituto Municipal Ensino Superior de Assis (IMESA) – e Orientadora do Projeto de Pesquisa. Assis, SP – Brasil: Contato: dedemelo@femanet.com.br.

[2] SODRÉ, R.. **O Advogado, seu estatuto e a ética profissional**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

[3] VENÂNCIO, Filho. **Notícia histórica da OAB – 1930-1980**. Rio de Janeiro: Conselho Federal da OAB, 1982.



ENFERMAGEM

ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS AÇÕES DA ENFERMAGEM**Amanda RESINO****Ana Carolina G. CASSEMIRO****Bruna FRANCIELE****Carlos Eduardo PAES****Carla Tavares GOMES****Cassia NASCIMENTO****Grazieli Casado LANDIOSI****Josiane CAVANHA****Josiane SANTANA****Mariana GONÇALVES****Kainan Assis CRUZ****Larissa BARCHI****Patrícia TAFELLI****Ricardo A. GONÇALVES****Renan LACERDA****Vanessa RAMOS****Caroline LOURENÇO⁶²**

O abuso sexual infantil configura-se como um ato criminoso praticado por um sujeito adulto com uma criança. Esse ato inclui carícia, manipulação da genitália, mamas ou ânus, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração (ABRAPIA, 1997). Os efeitos psicológicos do abuso sexual podem ser devastadores.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivos: obter esclarecimentos sobre o abuso sexual; fazer comparação do que citam os autores; compreender como atua a legislação diante deste tipo de crime; e entender a atuação do Enfermeiro diante desta situação.

⁶² Orientadora.

A metodologia aplicada foi a Revisão de Literatura, a partir da busca de artigos na base de dados Scielo, apresentação de peça teatral e de vídeo, discussão.

Segundo Rachel de Faria Brino, o abuso sexual pode ser definido, como “[...] qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade” (PIRES, 1999).

A escolha do abuso sexual como enfoque do trabalho justifica-se pelo fato deste, entre as formas de abuso, ser aquele que provoca os piores prejuízos psicológicos para a vítima (CAMINHA, 1999; MONTEIRO; ABREU; PHEBO, 1997, AZEVEDO; GUERRA, 1997). Esses prejuízos podem ser dificuldades de adaptação interpessoal, sexual e afetiva (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

Essa forma de abuso é considerada como uma “modalidade privilegiada” de violência doméstica contra a criança na medida em que, além das práticas sexuais propriamente ditas, pode implicar agressão física e emocional (Azevedo, Guerra, Vaiciunas, 1997). O abuso sexual deixa a maioria das pessoas incomodadas, pois é triste pensar que adultos, às vezes, amigos da família do menor ou parentes, causem dor física e psicológica em uma criança (Watson, 1994). Segundo Kaplan e Sadock (1990), os maus tratos na infância representam uma doença médico-social que está assumindo proporções epidêmicas e se tornando cada vez mais arraigada na população.

Os maus tratos na infância variam desde a privação de alimentos, roupas, abrigo e amor parental, até incidentes nos quais as crianças são fisicamente maltratadas por um adulto, resultando em traumas óbvios às crianças e, frequentemente, levando ao óbito.

Os profissionais de enfermagem devem estabelecer primeiro um clima de afinidade, harmonia e confiança com a criança em tratamento, evitando qualquer insinuação de julgamento, seja no tom de voz ou na expressão facial. Porém, é importante também que os profissionais avaliem, antes de tudo, a sua própria postura e disponibilidade emocional para atender e discutir assuntos relacionados à violência sexual infantil.

Infelizmente, esse tipo de abuso sexual é uma realidade. Dessa forma, os profissionais da saúde devem estar conscientes de que precisam de capacitação adequada, uma vez que a intervenção legal, desconhecendo os aspectos psicológicos e as necessidades terapêuticas da criança, acaba por produzir um dano psicológico adicional a essa vítima. Para que essa capacitação seja bem sucedida é preciso que esse profissional conheça quais são as consequências do abuso sexual infantil. Somente com essa ciência, ele poderá realizar intervenções por meio de uma abordagem compreensiva e contextualizada em cada caso. Para tanto, deve levar em conta a história de vida das crianças e seu funcionamento familiar (AMAZARRAY, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

WOISKI, R. O.; ROCHA, D. L. B. **Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar.** Rio de Janeiro, Jan./Mar., 2010.

AMAZARRAY, M. R; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 1998.

BRINO, R. F. **Concepções da Professora acerca do Abuso Sexual Infantil.** Julho/ 2003.

**ADESÃO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NA SEGURANÇA DO PACIENTE EM
SERVIÇOS DE SAÚDE - ESTRATÉGIA MULTIMODAL PARA HIGIENIZAÇÃO DAS
MÃOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)**

Joel Junior de MORAES⁶³

Paula Fernandes CHADI⁶⁴

Atualmente, as infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS) têm percebido um crescimento significativo em âmbito nacional e internacional. Isto diretamente e indiretamente tem acarretado em mortes e amplitude de processos jurídicos e administrativos nas instituições de saúde, visto que a população encontra-se mais informada quanto aos seus riscos, direitos e deveres. Com esse crescimento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasileira (ANVISA) tem instituído novas Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) especificamente para prevenção e controle dos riscos das IRAS, entre elas podemos citar a Resolução - RDC nº 42, de 25 de outubro de 2010, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do país. Outro fator de grande importância é o controle da disseminação dos micro-organismos no ambiente hospitalar através de precauções adotadas pela ANVISA para os pacientes, entre elas pode ser citada a Precaução Padrão que é adotada independente da patologia.

As mãos dos profissionais de saúde são consideradas suas principais ferramentas de trabalho, pois com elas eles executam suas atividades. Portanto, no que se refere à segurança dos pacientes nos serviços de saúde, faz-se necessária a higienização cuidadosa, correta e frequente das mãos desses profissionais [1].

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem apoiado e difundido ações que reduzem os problemas relacionados com a segurança dos pacientes nos países que são integrantes dessa aliança. O tema evidenciado possui reconhecimento global. A higienização das mãos acabou se tornando a medida mais simples, eficaz e menos dispendiosa para prevenir a transmissão das infecções relacionadas à assistência à saúde [2] [3].

⁶³ Graduando de Enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (IMESA/FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: joeljrmoraes@hotmail.com.

⁶⁴ Docente do Curso de Enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (IMESA/FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: pchaditondatti@hotmail.com.

Para ANVISA, 2007, a Portaria, nº 2.616, de 12 de maio de 1998, do Ministério da Saúde, confere à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar a atribuição de responsabilidade pela educação, já evidenciada como meio eficaz para a diminuição das infecções causadas pela assistência relacionadas à saúde [4].

Diante da contextualização acima, a hipótese deste estudo é a de que a prática de higienização das mãos se tornou um procedimento que, geralmente, não é feito de maneira a prevenir os riscos de IRAS. A técnica de higienização das mãos não é levada em conta em relação à qualidade, tempo, material, necessidades e ambiente para a execução da mesma, tornando-se um fator de risco significativo.

O respectivo estudo tem como metodologia aplicar uma pesquisa de natureza quantitativa, com delineamento descritivo e exploratório, que utilizará como instrumento investigativo um questionário com perguntas objetivas para coleta de dados. Por meio deste questionário, objetiva-se: identificar as razões da resistência dos profissionais de saúde às recomendações. Após as constatações, buscar-se-á refletir acerca da incorporação de novos projetos educacionais, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, que contribuam para a formação de profissionais conscientes da necessidade de boas práticas de higienização das mãos, e analisar padrões de comportamento em relação à higienização das mãos.

REFERÊNCIAS

- [1] SANTOS, A. A. M. dos. **Higienização das mãos no controle das infecções em serviços de saúde**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/controle/higienizacao_mao.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- [2] ANVISA. **Guia para Implantação da Estratégia Multimodal de Melhoria da Higienização das Mãos em Serviços de Saúde**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/723a3f0040ab1bfc9ac7db45e19b1501/guia_de_implement.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- [3] COUTO R. C., PEDROSA, T. M. G.; NOGUEIRA, J. M. **Infecção Hospitalar - Epidemiologia, controle e tratamento**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora Médica e Científica; 2003.
- [4] BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, Portaria nº 2616, de 12 de maio de 1998. **Normas para o Programa de Controle de Infecção Hospitalar**. D.O.U., 13 de maio de 1998.

ASSISTÊNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DE UNIDADES MATERNO-INFANTIS FRENTE AOS DISTÚRBIOS GENÉTICOS

Ana Paula Carvalho CASSIANO⁶⁵

Luciana Pereira SILVA⁶⁶

Os avanços na área de Genética Humana estão revolucionando o entendimento de saúde-doença, tornando-se um desafio e um impacto na expansão do papel da enfermagem. A informação genética deve ser dada por profissionais habilitados, o que exige conhecimentos sobre o modo de herança, diagnóstico, tratamento, risco de recorrência, quem deve receber as orientações e, principalmente, como e quando oferecer essas informações [1,2].

A presença da criança atípica leva a desagregação da família. A intervenção da equipe de enfermagem na assistência aos familiares ensinando técnicas higiênicas, alimentares e de estimulação precoce poderá permitir um ajuste melhor da família. Considerando a dificuldade dos profissionais para esta situação e a falta de recursos nos serviços de saúde para se adequarem a essa nova realidade, torna-se necessário que a equipe de enfermagem de unidades materno-infantis esteja preparada para acolher as crianças com síndromes genéticas e seus familiares [3]. O diagnóstico de distúrbios genéticos pode ser realizado no berçário mediante a não detecção em exames de pré-natal.

O objetivo do presente estudo será identificar a assistência da equipe de enfermagem frente aos distúrbios genéticos e evidenciar se o diagnóstico de distúrbios genéticos tem sido observado pelo profissional da enfermagem no berçário mediante a não detecção em exames de pré-natal.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo e transversal, de abordagem quantitativa, para avaliar a assistência da equipe de enfermagem das unidades materno-infantis frente aos distúrbios genéticos. Participarão do estudo os profissionais da equipe de enfermagem que atuam nas unidades materno infantis do município de Assis (Berçários, Enfermarias de Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Pronto Socorro Infantil, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Pediátrica), nos quatro plantões (manhã, tarde, noturno par e noturno ímpar) que aceitarem participar da pesquisa. Pelo caráter transversal do estudo, serão envolvidos todos os profissionais de enfermagem atuantes no

⁶⁵ Aluna do Curso de enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: ana_paulina2008@hotmail.com.

⁶⁶ Contato: sraregildo@yahoo.com.br.

período de estudo. Serão excluídos aqueles que estiverem de férias, licença saúde ou maternidade e que não aceitaram participar da pesquisa.

Após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos profissionais da equipe de enfermagem que atuam nos setores citados o porquê de nossa pesquisa, estes responderão a um instrumento semiestruturado. Este instrumento é composto por uma avaliação da assistência frente aos distúrbios genéticos, com questões abertas e fechadas a respeito da formação recebida sobre genética humana, síndromes genéticas, cuidados prestados a portadores de síndromes genéticas e seus familiares, e sobre a identificação de serviços especializados em genética.

O projeto foi submetido à Plataforma Brasil para aprovação pelo comitê de ética do Hospital Regional de Assis (HRA), pois envolve pesquisa com seres humanos, os responsáveis até o momento não liberaram o início da coleta de dados. A autorização das chefias mediatas e imediatas já foi concedida. O instrumento de coleta de dados será aplicado individualmente pela pesquisadora, em uma sala da unidade de lotação profissional. Os indivíduos serão codificados por letras e número, preservando assim a sua identificação. Os dados serão compilados no *software* Excel®, utilizando sua planilha eletrônica para armazenamento. A análise estatística dos resultados será realizada de forma descritiva. Para variáveis quantitativas serão utilizadas medidas de posição ou centralidade (média) e medidas de dispersão e variabilidade (desvio padrão). As variáveis categóricas serão analisadas empregando-se frequências relativas.

A enfermagem mediante as exigências do mundo atual, deve ampliar suas competências, unindo conhecimentos e habilidades específicas, objetivando uma assistência com qualidade e contribuindo para a diminuição das taxas de morbi-mortalidade, resultantes de anomalias genéticas. Diante disso, ressalta-se que esta pesquisa trará a importância de uma equipe multiprofissional para o alcance da assistência integral e holística ao cliente e à família, de forma ética e humanizada.

REFERÊNCIAS

- [1] ABRAHÃO, A. R. Aconselhamento genético. In: Barros S. M. O. **Enfermagem obstétrica e ginecologia: guia para a prática assistencial**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009, p. 67-74.
- [2] ALMEIDA, M. M. G.; KIMURA, A. F. **Assistir ao nascimento de recém-nascidos com malformação desfigurante: a vivência do enfermeiro**. Einstein. 2008; 6 (3): 328-36.
- [3] PINTO JUNIOR, Walter. **Diagnóstico pré-natal**. Ciênc. saúde coletiva. 2002, vol.7, n.1, p. 139-157.

CÂNCER DE PROSTATA: UM ESTUDO DE CASO

Grazieli Casado LANDIOSI,

Caroline LOURENÇO

Maria Jose CAETANO

Todo homem nasce programado para ter câncer da próstata, pois todos carregam em seu código genético os chamados "proto-oncogenes", que ordenam para uma célula normal se transformar em outra maligna. Isto só não ocorre indiscriminadamente porque a função dos proto-oncogenes é antagonizada por outro grupo de gens protetores, chamados de "supressores", dos quais os mais conhecidos são o p53 e o p21. Estes gens promovem o suicídio das células toda vez que elas sofrem um processo de degeneração maligna, num fenômeno conhecido como apoptose.

O câncer da próstata surge porque as múltiplas divisões celulares, que ocorrem em todos os seres vivos, acompanham-se de discreta fragmentação dos cromossomos que vão se privando de parte do seu material genético. Com o decorrer dos anos acumulam-se perdas dos gens supressores, que libera a atividade dos proto-oncogenes e permite a degeneração das células prostáticas. (SROUGI, M.).

Apresentamos a seguir um estudo de caso:

Exame Físico: Pele corada, hidratada, íntegra, glânglios não palpáveis, pupilas isocóricas fotorreagentes, nariz, boca, ouvido de aspectos normais. Tórax Simétrico, com expansibilidade bilateral normal, à ausculta pulmonar som claro pulmonar sem ruídos adventícios, cardíaco bulhas rítmicas normofonéticas. Abdome Flácido, sem dor à palpação. Fígado palpável. À ausculta: ruídos hidroaéreos preservados. MMII e MMSS. Pele íntegra, corada, sem sinais de edema ou lesões. Perfusão periférica preservada. GENITAIS: Aumento do testículo esquerdo.

ID: Nome: A. L., Sexo: masculino, Idade: 70 anos, Cor: branco, Estado Civil: casado, Profissão: aposentado, Religião: espírita, Residência: Assis – SP.

QD: Refere urinar pouco, muitas vezes ao dia, porem jato urinário fraco, há mais ou menos um mês.

HPA: Paciente refere que há mais ou menos quatro meses descobriu ter câncer de próstata após realização de exames de rotina que o próprio solicitou ao médico na unidade de saúde. Refere ainda que após esse diagnóstico (que foi exposto a ele em consulta médica a partir do exame de sangue –

PSA e toque retal), passou a tratar com médico especialista em câncer no Hospital Regional de Assis. Após realização de outros exames de imagem (RX, cintilografia óssea, USG próstata), diz que foi informado pela médica do HRA, que está com metástases ósseas por todo o corpo. Refere ansiedade em relação ao tratamento que se iniciou com aplicação mensal de inibidor de osteólise, e progredirá com orquiectomia bilateral no dia 11/09/2012, pois é etilista e sente que será mais difícil ficar em abstinência do que encarar o tratamento. Refere ainda que não tem vida sexual ativa há alguns anos, porém a notícia de que ficará impotente o incomoda muito. Deixa evidente medo de morrer.

HPP: Nega HAS ou DM, refere bons hábitos alimentares e não pratica atividades físicas. Faz uso de bebida alcoólica (1 litro/dia), por mais ou menos 40 anos. Observou-se que seu ambiente familiar é harmonioso e possui boas condições de higiene.

Diagnóstico de Enfermagem: 1- Eliminação urinária prejudicada definida por urgência miccional, relacionada à obstrução anatômica. 2 – Conflito de decisão definida por verbalização de incerteza quanto às escolhas. 3 – Disposição para controle aumentado do regime terapêutico definida por expressão de desejo de controlar o tratamento da doença. 4 – Adaptação prejudicada definida por negação da mudança de estado de saúde relacionada à deficiência ou mudança de estado de saúde que requeira transformação no estilo de vida. 5 – Ansiedade definida por preocupações expressas devidas às mudanças em eventos da vida, relacionadas à ameaça de morte. 6 – Baixa autoestima definida por avaliação de si mesmo como incapaz de lidar com situações ou eventos relacionados a prejuízo funcional (impotência por perda dos estímulos). 7 – Angústia espiritual definida por expressão de falta de esperança relacionada à morte. 8 – Estilo de vida sedentário, definido por escolha de rotina diária sem exercícios físicos relacionada a conhecimento deficiente sobre os benefícios que a atividade física traz à saúde. 9 – Síndrome de estresse por mudança definida por preocupação e medo relacionados à imprevisibilidade da experiência. 10 – Processos familiares interrompidos por mudança na disponibilidade para resposta afetiva e intimidade. Essa mudança está relacionada à alteração do estado de saúde. 11 – Risco de infecção definido por procedimentos invasivos. 12 – Disfunção sexual definida por verbalização do problema relacionado à alteração biopsicossocial da sexualidade.

Intervenções: todas as intervenções foram prescritas de maneira a atender as necessidades de cada diagnóstico.

REFERÊNCIAS

SROUGI, M. **Câncer da próstata: uma opinião médica.** Disponível em: <http://www.uronline.unifesp.br/uronline/ed1098/caprostata.htm>. Acesso em: 15/08/2012

GUERRA, M. R., et.al. **Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes.** Revisão de Literatura Risco de câncer no Brasil Artigo submetido em 03/08/04; aceito para publicação em 20/05/05. Revista Brasileira de Cancerologia 2005; 51(3): 227-234 227

LUCIA, R. G., et.al. **A prevenção do câncer de próstata: uma revisão da literatura.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/26.pdf>. Acesso em: 18/08/2012

CORRELAÇÃO DO STATUS NUTRICIONAL ASSOCIADO À INFECÇÃO COM *GIARDIA LAMBLIA* EM CRIANÇAS

Luciana Pereira SILVA⁶⁷

Jessiana da Costa Mascareli⁶⁸

Julio César LOPES⁶⁹

As parasitoses intestinais representam um grave problema de saúde pública em diversos países menos desenvolvidos. A Organização Mundial de Saúde estimou que existem, em todo o mundo, cerca de um bilhão de indivíduos infectados por *Ascaris lumbricoides*, sendo que, entre 800 e 900 milhões, albergando *Trichuris trichiura* e ancilostomídeos; 400 milhões infectados por *Entamoeba histolytica* e 200 milhões por *Giardia lamblia*².

Muitas crianças que vivem em países de baixa renda sofrem atrasos no desenvolvimento psicológico e físico que afetam negativamente sua capacidade de participar na vida da escola e em casa, por causa das parasitoses. O reconhecimento dos efeitos deletérios sobre o desenvolvimento específico de crianças ocasionadas por infecções parasitárias mais prevalentes de seres humanos tem sido crescente. Este artigo revisa as evidências para essa associação e propõe novas abordagens destinadas a avaliar o impacto destas infecções [1].

Botero-Garcés [2] realizou um estudo com *Giardia intestinalis* em crianças participantes do programa de nutrição complementar, melhoramento alimentar e nutricional da Antioquia (MANA) - Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), Antioquia, Colombia. Os resultados mostraram que 27,6% das crianças estavam infectadas com *Giardia intestinalis*, das quais 8,1% apresentaram desnutrição moderada, 1,9% desnutrição grave e 14,1% franca queda no crescimento. Em conclusão, nesta população a Giardiase foi indicador de desnutrição grave.

As carências nutricionais enfraquecem o sistema imunológico, facilitando a atuação dos patógenos, aumentando a ocorrência de infecções. Sendo assim, torna-se importante a realização de estudos que correlacionem *status* nutricional e a infecção com *Giardia lamblia* em crianças institucionalizadas.

⁶⁷ Aluna do curso de Enfermagem da FEMA – Assis – SP.

⁶⁸ Universidade Paulista.

⁶⁹ Aluno do curso de Enfermagem da FEMA – Assis – SP.

A metodologia foi à busca ativa de parasitoses para a realização das medidas antropométricas, incluindo o desenvolvimento altura-peso em crianças. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da UNIP.

A positividade foi de 32% (21 casos) para parasitos e/ou comensais intestinais. Os parasitos mais encontrados foram de *G. lamblia* (22%), *Entamoeba coli* (8%), *Endolimax nana* (6%). A prevalência de *Giardia lamblia* foi significativamente maior em crianças com *status* nutricional de eutrofia.

Infecção por *Giardia lamblia* provavelmente existe em países em desenvolvimento. Este protozoário pode afetar o status nutricional do indivíduo parasitado através de danos na mucosa intestinal, com perda da atividade de algumas enzimas, particularmente dissacaridases, causando má absorção de carboidratos.

REFERÊNCIAS

- [1] DRAKE, L. J.; JUKES, M. C. H.; STERNBERG, R. J.; BUNDY, D. A. P. Geohelminth infections (ascariasis, trichuriasis, and hookworm): Cognitive and developmental impacts. *Seminars in Pediatric Infectious Diseases*, v. 11, n. 4, p.245-251, Outubro. 2000.
- [2] BOTERO-GARCÉS, J. H.; GARCÍA-MONTOYA, G. M.; GRISALES-PATINO, D.; AGUIRRE-ACEVEDO, D. C.; ÁLVAREZ-URIBE, M. C. *Giardia intestinalis* and nutritional status in children participating in the complementary nutrition program, Antioquia, Colombia, May to October 2006. **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo**, 51(3): 155-162, 2009.

**ESTUDO DA PREVALÊNCIA E TITULAÇÃO DE ANTICORPOS IgG ANTI-
TOXOPLASMA GONDII EM ALUNOS DO SEXO FEMININO E MASCULINO DA
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS (FEMA)**

Luciano Lobo GATTI⁷⁰

Vanessa Ramos da Silva LOPES⁷¹

O *Toxoplasma gondii* encontra-se em distribuição mundial, afetando milhões de pessoas. No Brasil, a prevalência sorológica atinge entre 50% e 80% da população. Esta pesquisa, tem como objetivo verificar a existência de anticorpos IgG anti-toxoplasma gondii em alunos do sexo feminino e masculino que cursam na Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), a fim de observar a prevalência nos mesmos, focando a mulher, uma vez que a toxoplasmose na mulher é de grande importância em saúde pública, pois pode acarretar danos irreversíveis ao feto e até a morte devido à passagem do protozoário via transplacentária.

Para a consecução do objetivo, foram coletadas amostras de sangue de 124 alunos (49 homens e 75 mulheres) após o trabalho ser aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Regional de Assis. Para a realização do diagnóstico, foi utilizado o Método de Hemaglutinação Indireta, onde eritrócitos de aves estabilizados, sensibilizados com componentes antigênicos do parasita e altamente purificados mostram aglutinação quando reagem com anticorpos contra esses antígenos presentes no soro ou liquor. Após a análise de 124 amostras de sangue, foi possível observar que 37 mulheres (49,33%) e 29 homens (59,18%) têm igG positivo contra toxoplasma gondii. Grande parte da amostra estudada já entrou em contato com toxoplasma gondii. É de grande importância que a população tenha conhecimento referente à toxoplasmose, quanto às formas de contaminação, maneiras de se prevenir da doença e a importância das gestantes realizarem testes sorológicos para detecção de IgG e IgM contra toxoplasma.

⁷⁰ Doutor em Ciências - Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Professor Doutor das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) e Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA).

⁷¹ Acadêmica do curso de Enfermagem na FEMA; Bolsista CNPq.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, P. R. B. **Avidez de anticorpos IgG anti-antígeno de secreção e excreção de *Toxoplasma gondii***: marcador imunológico de toxoplasmose aguda recente.
2. BARINI, R. **Toxoplasmose**: um diagnóstico difícil com testes sorológicos automatizados. Departamento de Tocoginecologia - Serviço de Medicina Fetal Universidade Estadual de Campinas.; p 06-23, 1989. Disponível em: <<http://www.barini.med.br/trabalhos/Toxoplasmose%20um%20diagn%F3stico%20dif%EDcil%20com%20testes%20sorol%F3gicos.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.
3. CASTRO F. C. Comparação dos Métodos para Diagnóstico da Toxoplasmose Congênita. Centro de Medicina Fetal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbgo/v23n5/11345.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011
4. CRISTO, A. K. Diagnóstico molecular da toxoplasmose. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpml/v41n4/a03v41n4.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2011.
5. COSTA, T. L. Diagnóstico Clínico e Laboratorial da Toxoplasmose. Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública IPTSP-UFG. Disponível em: <<http://www.newslab.com.br/newslab/pdf/artigos85/art04/art04.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2011

INVESTIGAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO CONTRA H1N1 EM GESTANTES

Patrícia Roxo SILVA⁷²

Luciana Pereira SILVA⁷³

No Brasil, os primeiros casos de Influenza A/H1N1 foram identificados em maio de 2009. No Estado de São Paulo, em 2009, foram confirmados 12.002 casos de Influenza Pandêmica H1N1. Destes tivemos 578 óbitos, entre estes, 56 em gestantes. A infecção pelo vírus da Influenza A/H1N1 causa um efeito deletério maior em gestantes do que na população geral, incluindo um maior risco de óbito. Esse vírus atinge as células pulmonares de forma violenta, levando a complicações graves, e as gestantes por sofrerem alterações fisiológicas próprias da gestação, como redução da capacidade residual funcional pulmonar e comprometimento imunológico da imunidade mediada por células, ficam mais suscetíveis a contrair o vírus (DUARTE et al, 2009).

O estudo tem por objetivo demonstrar as reações adversas da vacina Influenza A/H1N1 em gestantes imunizadas. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem quantitativa, o qual envolve uma coleta sistemática de informações numéricas, sendo utilizado um questionário. O local da coleta de dados foram três unidades básicas de saúde do município de Assis-SP, sendo entrevistadas 117 gestantes vacinadas até o momento. Das gestantes entrevistadas, 0,8% precisou de internação hospitalar, pois apresentou SRAG, mas o diagnóstico para H1N1 neste caso deu negativo, evoluindo para melhora do quadro, seguido de alta hospitalar; 3,4% apresentaram sonolência nos três dias seguidos pós-vacina; 30,8% apresentaram reação local, como dor e vermelhidão; e 65% relataram não apresentar evento adverso importante algum. Dessa forma, os resultados dessa pesquisa buscaram contribuir para o conhecimento dos eventos adversos que venham existir da vacina, comprovando que a vacina traz à gestante mais benefícios do que malefícios.

⁷² Graduanda do Curso de Enfermagem – FEMA – Assis-SP.

⁷³ Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas - FEMA - Assis-SP. Contato: paroxo@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Informe Epidemiológico **Influenza A (H1N1)**, Ano 1, nº 7, agosto 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolo de Manejo Clínico e Vigilância Epidemiológica da Influenza. Versão II, edição de 15 de julho de 2009. Disponível em: <www.saude.gov.br>.

BRASIL. SECRETARIA DA SAÚDE RIO GRANDE DO SUL. Cevs/Divisão de Vigilância Epidemiológica, DAS/ Seção de Saúde da Mulher, DAS/Estratégia de Saúde da Família. NOTA TÉCNICA: Atendimento à Gestante – Prevenção e Controle da Influenza A (H1N1) – Outubro, 2009.

DUARTE, PAD, et al. Pacientes com infecção por vírus A (H1N1) admitidos em unidades de terapia intensiva do Estado do Paraná, Brasil, 2009. In: **Rev. Bras. Ter. Intensiva**. 2009; 21 (3): 231-236.

MEDRONHO, R. Influenza A (H1N1) e sua disseminação pelo mundo. Jornada de Iniciação Científica, 2009.

MANCINI, D. A. P.; TAVARES, V. R.; ESPINDOLA, C. O. M. Investigação Sorológica da Influenza A e B em Estudantes Universitários, Brasil. In: **Rev. Saúde públ.**, S. Paulo, 25: 468-72, 1991.

BELLEI, NJ. Pandemia Influenza. Setor Vírus Respiratórios. Infectologia. UNIFESP. 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Pandemic Influenza in pregnant women Influenza. Pandêmica em mulheres grávidas. Briefing – Nota 5 Pandemia de H1N1 2009. The Lancet. EUA, 2009.

RIBEIRO, AS, BRASILEIRO, GS, SOLEIMAN, LNC, SILVA, CC, KAVAGUTI, CS. Síndrome Respiratória Aguda Grave Causada por Influenza A (Subtipo H1N1). *J Bras Pneumol*. 2010;36(3):386-389.

TEMPORAO, José Gomes. O enfrentamento do Brasil diante do risco de uma pandemia de influenza pelo vírus A (H1N1). In: **Epidemiol. Serv. Saúde** [online]. 2009, vol.18, n.3, pp. 201-204. ISSN 1679-4974. doi: 10.5123/S1679-49742009000300001.

World Health Organization. Avian influenza [text on the internet]. Genebra: WHO; 2005 [cited 2005 Nov 1]. Available from: <http://www.who.int/br/disease/avian_influenza/en>. Acesso em: ago. 2011.

Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/materia/index.php?matid=16643>>.

Acesso em: ago. 2011.

JAMIESON, D. G. et al. H1N1 2009 Influenza Vírus Infection During Pregnancy in the USA. Lancet 2009; published on line July 29, 2009.

O USO DE INDICADORES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NOS PROCESSOS GERENCIAIS DE ENFERMAGEM

Joel Junior de MORAES⁷⁴

Paula Fernandes CHADI⁷⁵

O desenvolvimento e a evolução da ciência e tecnologia têm provocado mudanças na enfermagem.

O foco na qualidade dos serviços empresariais, em particular nos serviços de saúde, tem buscado oferecer uma assistência livre de riscos e danos, com o princípio de atender com satisfação e qualidade o cliente, e conferir segurança aos prestadores de serviços. O objetivo dessas ações é o de amenizar e reduzir os desvios na assistência ao cliente.

Para o Ministério da Saúde (2006), qualidade é definida como o grau de atendimento a padrões estabelecidos frente às normas e aos protocolos com conhecimentos técnicos e científicos atuais. Para se atingir e conseguir “qualidade” é preciso ter sistematizado todos os processos e práticas de acordo com a modernidade em saúde [1] [2] [3].

O objetivo de melhorar o desempenho e a qualidade assistencial teve nas últimas décadas o maior desenvolvimento e procura dos Programas de Acreditação Hospitalar constituídos por diversos sistemas de avaliação que visam verificar as reais condições estruturais, bem como os processos que são estabelecidos previamente dentro de padrões determinados.

O desenvolvimento da concepção gerencial hoje exigida do profissional enfermeiro atribui-lhe a execução de atividades que exigem dele liderança e capacidade de tomada de decisão, obrigando-o a ter ferramentas para esse desempenho.

No contexto prático profissional, porém, esse profissional depara-se com inúmeras dificuldades em relação às tomadas de decisões no uso gerencial dos indicadores, mesmo tendo inúmeras sinalizações e indícios do tipo de assistência prestada ao cliente. Por sua vez, a assistência sem mensuração impossibilita que a enfermagem tenha sua atuação planejada e sistematizada, resultam

⁷⁴ Graduando de Enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (IMESA/FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: joeljrmoraes@hotmail.com.

⁷⁵ Docente do Curso de Enfermagem - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (IMESA/FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: pchaditondatti@hotmail.com.

disto prejuízos de grandes amplitudes, tanto para a instituição quanto para os profissionais, familiares, clientes, entre outros [4].

Para que o planejamento em gestão seja feito por meio de um sistema de informação, podemos pensar em indicadores, o que seria um bom começo, porém isto não é tão simples devido à necessidade de se definir quais são esses indicadores e para que finalidade. Sua definição nem sempre é compreendida de forma adequada e na assistência sem medidas de avaliação não se tem um parâmetro relevante, por isso a necessidade de se construir e utilizar indicadores como ferramentas para o processo de gestão [5].

O estudo tem como objetivos: descrever os indicadores utilizados na enfermagem; como se formula um indicador para enfermagem; como é o processo de validação e avaliação dos indicadores; como os indicadores podem ser usados como fonte de mudanças e melhorias no processo de trabalho da enfermagem. A questão a ser abordada no trabalho não está somente vinculada ao sistema de medição de desempenho de uma instituição se ela é primordial ou não e sim a medição sistemática, seguindo um conceito estrutural planejado, em que a capacidade de uma instituição em apresentar resultados faz a diferença. A proposta visa a definir como o indicador em sua utilização possibilita que rotineiramente se consiga acompanhar a qualidade do serviço no atendimento de enfermagem [6].

REFERÊNCIAS

- [1] MARQUIS, Bessie L; HUSTON, Carol J. **Administração e Liderança em enfermagem: Teoria e Prática**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- [2] NASCIMENTO, Camila et al. Indicadores de Resultados da Assistência: Análise dos Eventos Adversos durante a Internação Hospitalar. In: **Lat. Americano Enferm**; 2008. **ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO**. Disponível em: <<https://www.ona.org.br/Pagina/23/Historico>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- [3] ALMEIDA, H.; Programa de Qualidade do Governo Federal aplicado à saúde. *Revista de Administração em Saúde (RAS)*, São Paulo, v. 3, n. 12, p. 5-10, jul./set. 2001.
- [4] MATSUDA, L. M.; ÉVORA, Y. D. M. Gestão da Equipe de Enfermagem de uma UTI: A satisfação profissional em foco. In: **Revista Ciência Cuidado em Saúde**. 2003; 2(1): 11-8.

[5] JUNIOR, G. D. G.; Vieira, M. M. F. **Qualidade total e administração hospitalar: explorando disjunções conceituais**. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 7 (2): 325 – 334, 2002327. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n2/10251.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

[6] MOURA, Maria E. B. et al. Infecção hospitalar: estudo de prevalência em um hospital público de ensino. In: **Rev. bras. enferm.** [online]. 2007, vol.60, n.4, p. 416-421. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010407072008000400016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.>. Acesso em: 06 set. 2011.

QUALIDADE DE VIDA NA PERCEPÇÃO DE IDOSOS DO PROGRAMA *AGITA ASSIS*

Camilla FERNANDES

Caroline Lourenço de ALMEIDA

A população brasileira está envelhecendo de forma rápida desde o início da década de 1960. Fatores como a redução da mortalidade geral e, em especial, a mortalidade infantil, a diminuição do índice da fecundidade e o aumento da expectativa de vida estreitam progressivamente a base da pirâmide populacional, fazendo aumentar a população idosa brasileira. Esse crescimento ocorreu de forma acelerada e possui características diferentes daquelas experimentadas pelos países desenvolvidos. Esta pesquisa teve como objetivo identificar as informações recebidas pelos participantes do programa *Agita Assis* sobre qualidade de vida. Por meio desta, foram avaliados os hábitos e a consciência desses participantes quanto à qualidade de vida, através de um roteiro de entrevista, a qual foi transcrita e analisada pelo método de Bardin.

No total, foram 15 idosos com idade superior a 60 anos que participaram do programa na USF, no Parque Universitário, da cidade de Assis. Desses, 100% responderam a um questionário semiestruturado, suas respostas foram gravadas e, posteriormente, analisadas. Dos participantes, 67% eram mulheres e 33% homens. Todos declararam praticar exercícios físicos regularmente.

Os dados obtidos com esta pesquisa mostraram uma maior prevalência de mulheres ativas entre os participantes do Programa *Agita Assis*. Pôde-se perceber que este programa: ajuda na prevenção e no tratamento de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, arteriosclerose, artrose, artrite, entre outras, nos distúrbios mentais e até na redução medicamentosa terapêutica; eleva a autoestima do indivíduo; estimula-o a ter bons hábitos, a aprender a conviver em comunidade; melhora sua disposição para atividades cotidianas, promovendo um envelhecimento com melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R. O Envelhecimento da população mundial: um desafio novo. In: **Revista de Saúde Pública**, 1997.

CHAIMOWICKZ, F.A. Saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: Problemas, projeções e alternativas. In: **Revista de Saúde Pública**, 1997.

LUECKENOTTE, A **avaliação em gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Reichann & Affonso Editores, 2002.

RAMOS, L.R. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. In: **Revista de Saúde Pública**, 1997.



INFORMÁTICA

A APRENDIZAGEM DE PROGRAMAÇÃO A PARTIR DE UM AMBIENTE COGNITIVO E MOTIVADOR

Priscila Rodrigues da SILVA⁷⁶

Luiz Carlos BEGOSSO⁷⁷

Scratch é uma nova linguagem de programação de uso livre, desenvolvida em 2006 pelo laboratório do MIT (Massachusetts Institute of Technology) na linguagem Squeak, inspirada na linguagem LOGO. O Scratch apresenta uma nova concepção no ensino de programação [1].

Uma das principais características do Scratch é a fácil criação de aplicações por crianças e pessoas que não possuem conhecimento prévio sobre qualquer linguagem de programação, é indicada para pessoas que possuem curiosidade sobre programação, sendo esta característica uma forma motivacional cujo único limite é a criatividade [2].

A figura 1 ilustra um loop definido por um número randômico de 1 a 5:

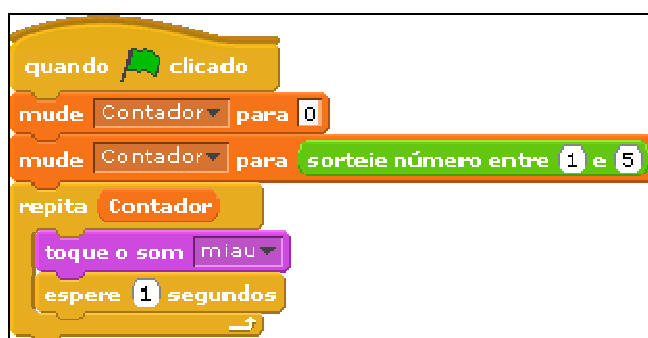


Figura 1. Exemplo de programa criado com o Scratch.

O presente projeto tem por objetivo a geração e a condução de um módulo de ensino para estudantes de idade entre 11 e 13 anos. Ao final do curso, espera-se que os estudantes tenham adquirido habilidades básicas de programação de computadores. O curso está em fase de realização, ocorrendo uma vez por semana durante o período de aproximadamente dois meses, os temas abordados nas aulas são os seguintes:

⁷⁶ Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Contato: priscila.rodrigues@hotmail.com.br.

⁷⁷ Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Contato: begosso@femanet.com.br.

- (i) Movimentação de sprites
- (ii) Sensores de sprite
- (iii) Armazenamento e recuperação de dados
- (iv) Matemática e comparações lógicas
- (v) Comandos condicionais e de repetição
- (vi) Mudança no comportamento e aparência de sprites
- (vii) Comandos de som

Os alunos receberam a proposta de dois desafios que foram solucionados sem a ajuda do instrutor. O primeiro desafio consistia em movimentar uma bola pelo eixo x, até que um ícone específico fosse clicado, a maioria dos alunos conseguiu realizar o exercício.

No desafio seguinte, os alunos tiveram um pouco mais de dificuldade. O exercício proposto requeria pensamento sistemático que agregava comandos de controle e sensores. A partir desses comandos, os estudantes precisavam fazer com que uma bola se movimentasse no eixo y, mas desta vez havia um objeto como obstáculo, dessa forma, eles tiveram que construir um programa para detectar tal situação e fazer com que a bola se movimentasse da borda superior até o objeto.

Resultados preliminares deste estudo apontam para o fato de que o Scratch requer habilidades de cognição e criatividade para a resolução de problemas lógicos, e que a partir desta ferramenta é possível aprender as primeiras exigências solicitadas nas disciplinas de programação de computadores.

REFERÊNCIAS

- [1] FORD JR., Jerry Lee. **Scratch programming for teens**. Course Technology PTR, 2008.
- [2] BADGER, Michael. **Scratch 1.4: beginner's guide**. Birmingham: Packt Publishing, 2009.

A IMPORTÂNCIA DAS FORMAS NORMAIS PARA O ENSINO DE MODELAGEM DE DADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

Erik Correa SANTOS⁷⁸

Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO⁷⁹

Pretende-se com esta proposta de trabalho esclarecer aos alunos dos cursos de graduação a importância e diferença que existe entre um banco de dados projetado com o uso das formas normais e outro sem aplicação desse conceito. O trabalho mostra as vantagens e desvantagens desse método.

Tendo em vista a preocupação com o armazenamento das informações é que surge esta pesquisa, cujo objetivo é mostrar de forma clara esses conceitos, proporcionando aos alunos essas técnicas que auxiliam no desenvolvimento do banco de dados. O armazenamento das informações faz perceber que o projeto de bancos de dados pode ser uma tarefa extremamente complexa, sendo que a normalização é apoio útil neste processo. É importante destacar que, para se projetar um banco de dados normalizado, o profissional dessa área deve estar familiarizado com os conceitos básicos de normalização.

De acordo com [1] a normalização, o procedimento consiste em eliminar elementos de dados redundantes e repetitivos, evitando assim possíveis falhas no projeto, tais como inconsistência e redundância dos dados. Este processo consiste em seis regras, mas, na maioria dos projetos, são aplicadas somente as 1FN, 2FN, 3FN, criadas por [1], o que garante uma estrutura organizada de forma que consiga aplicar as restrições de integridade. Esse trabalho ainda se completa com o uso da normativa IDEF1X, criada por [4]. Essa linguagem e métodos para modelagem da informação, baseada no modelo entidade-relacionamento, possui cinco fases: normativa, entidades, relacionamentos, chaves, atributos e notas.

Essa normativa com as formas normais é indispensável para construções de um projeto de banco de dados de alta qualidade. Segundo Reingruber e Gregory [3], a importância da modelagem da

⁷⁸ Coordenadoria de Informática – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: erik-correa@hotmail.com, apoletto@femanet.com.br.

⁷⁹ Coordenadoria de Informática – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: erik-correa@hotmail.com, apoletto@femanet.com.br.

informação tem sido subestimada. Mas, devido aos sistemas de informação, a cada dia adquire-se um aumento tanto em tamanho, quanto em complexidade, logo, essa história está sendo mudada.

De modo geral, os desenvolvedores estão dando uma maior importância a essa fase, que é considerada hoje por muitos a mais delicada de um projeto, procurando evitar os problemas que são causados por uma modelagem deficiente. Assim, a busca por Bancos de Dados normalizados e profissionais capacitados tem aumentado significativamente pela importância de armazenar grande quantidade de informações e manipular corretamente os dados.

Considerando todo esse panorama, foi elaborado um questionário para verificar as dificuldades que os alunos dos cursos de Ciência da Computação e Análise de Sistema da FEMA encontram na elaboração da modelagem dos dados antes das aulas de normalização de dados. O questionário foi aplicado para aproximadamente noventa alunos. O resultado obtido até o momento foi de extrema importância para análise do conhecimento dos alunos.

Questionário 1 (Quadro + 5 questões)

Perguntas	1	2	3	4	5	6
a. Identificar as entidades	11	25	47	7	4	0
b. Identificar os atributos	17	28	34	13	2	0
c. Definir as chaves primárias	21	27	18	21	6	1
d. Definir as chaves estrangeiras	11	20	25	25	11	2
e. Identificar os relacionamentos 1-1 (um para um)	14	22	35	13	9	1
f. Identificar os relacionamentos 1-N (um para vários)	13	20	30	20	10	1
g. Identificar os relacionamentos N-M (vários para vários)	8	18	31	21	14	2

Legenda para as respostas: [1] Nenhuma dificuldade. [2] Rara dificuldade. [3] Pouca dificuldade.

[4] Muita dificuldade. [5] Alta dificuldade. [6] Não consegue identificar.

1) Você confunde a definição de um atributo com a definição de uma entidade, ou seja, ao invés de definir/identificar uma entidade acaba por definir/identificar um atributo ou vice-versa?

[] Sim [] Não [] às vezes.

- 2) Na elaboração de seus modelos, por alguma vez você definiu relacionamentos redundantes?
[] Sim [] Não
- 3) Na elaboração de seus modelos, por alguma vez você definiu atributos redundantes?
[] Sim [] Não [] às vezes.
- 4) Durante a elaboração de seus modelos, você definiu atributos para o aspecto tempo (atributos temporais)? [] Sim [] Não
- 5) No que você sente maior dificuldade? Tente explicar por quê.

A pesquisa está em fase de tabulação do Questionário 1, no sentido de obter dados referentes às dificuldades apresentadas. O segundo questionário será aplicado logo após as aulas sobre Normalização de Dados. Por final, será realizada uma análise da tabulação dos dois questionários no sentido de apresentar as melhoras que os alunos obtiveram com a aplicação do conceito de normalização na elaboração do projeto de banco de dados. Em suma, pretende-se traçar um comparativo quantitativo antes e após os conhecimentos obtidos e revisados em relação aos questionamentos do Questionário 1 e da Normalização de Dados.

REFERÊNCIAS

- [1] DATE, Christopher J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Elsevier, 2003.
- [2] SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. **Sistemas de Bancos de Dados**, 5. ed. Trad. Daniel Vieira. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Elsevier, 2006.
- [3] REINGRUBER, Michael C.; GREGORY, William W., **A modelagem de dados manual, uma abordagem de melhores práticas para a construção de modelos de qualidade de dados**. New York: Editora Wiley, 1994.
- [4] NIST (National Institute of Standards and Technology). Federal Information Processing Standards Publication 184. **Integration Definition for Information Modeling (IDEF1X)**. Gaithersburg, MD (USA), Dezembro 1993.

APLICABILIDADE DO FIREWALL DE BORDA CISCO PIX SECURITY APPLIANCES NO CONTEXTO CORPORATIVO

Thiago Marco da Silva ARTERO⁸⁰

Fábio Eder CARDOSO⁸¹

A informação, dentro de qualquer segmento, pode ser considerada o ativo mais importante, quer no âmbito tecnológico, quer no âmbito pessoal. Todos os dias, pessoas e equipamentos trocam informações constantemente, visto que a informação pode ser caracterizada de forma intuitiva, subjetiva, qualitativa e quantitativa.

A proteção das informações no universo tecnológico é de extrema importância e as boas práticas no uso de equipamentos que proveem garantias devem estar em constante aprimoramento e acompanhamento. As características básicas da segurança da informação, confidencialidade, integridade e disponibilidade, precisam ser preservadas em todo o seu conjunto, evitando que as ameaças concretizem-se e os referidos ativos tecnológicos tenham suas vulnerabilidades expostas a tais riscos.

Dentro deste contexto, o presente trabalho propõe a utilização de um *Firewall* de borda da tecnologia *Cisco Systems (PIX - Private Internet eXchange)* como forma de manter os principais recursos computacionais de uma corporação livre de possíveis ameaças como: invasão, roubo, fraude, entre outras. Por padrão, o *firewall* de borda tem por finalidade prevenir o acesso externo às redes locais, bem como a saída de dados provenientes dela [2].

O *firewall Cisco Pix Security Appliances* tem a função de filtrar e controlar o tráfego de pacotes que existem na rede de computadores e, desta maneira, testar os dados que estão sendo enviados com diferentes níveis de segurança, verificando se são confiáveis ou não.

Existem vários tipos de *firewall* que auxiliam pessoas e empresas na proteção de suas informações, entre eles, destacam-se os *firewalls* de aplicação e os *firewalls* de rede. Este, particularmente, é o alvo deste trabalho.

⁸⁰ Laboratório de Redes de Computadores - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis- SP – Brasil. Contato: thiago.artero@hotmail.com.

⁸¹ Laboratório de Redes de Computadores - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis- SP – Brasil. Contato: fabioeder.professor@gmail.com.

O *firewall* de borda tem por finalidade a prática de filtro de pacotes na rede e é utilizado amplamente em redes locais. Este modelo filtra a entrada de pacotes na rede interna protegendo-a e controlando o tráfego dela proveniente [2]. O trabalho básico deste modelo é de controlar o fluxo de pacotes entre redes interna e externa. Exemplos disso são a *Internet* (zona não confiável) e a rede interna de uma empresa (zona confiável). A figura 01 ilustra a topologia utilizando um *firewall* de borda:

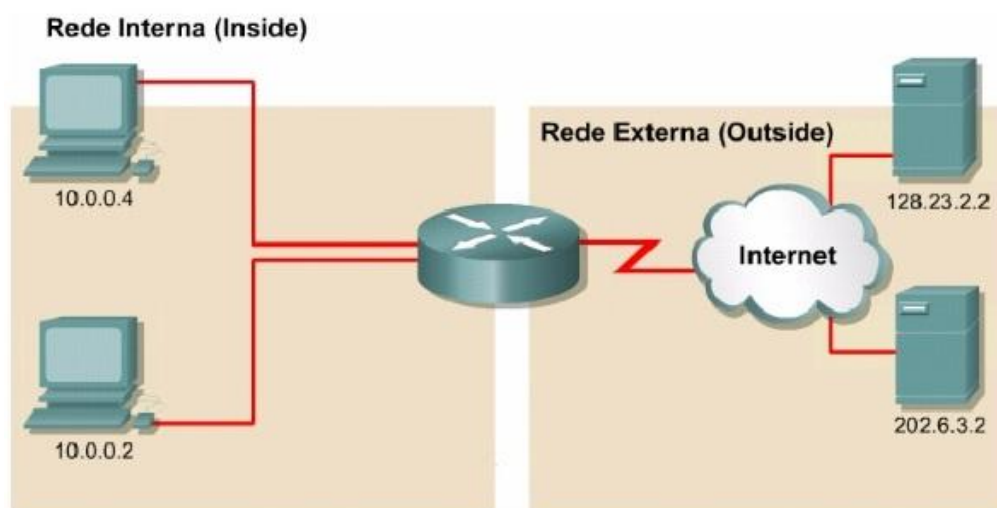


Figura 01 – *Firewall* de borda [1].

Pesquisas constatam que, em média, o acesso a redes sociais pode levar um usuário a desperdiçar seu tempo em até 20% [4]. Assim, o mau uso deste importante ativo pode causar a ociosidade corporativa, o aumento significativo de pragas virtuais, como vírus, trojans, spyware, entre outros, e o consumo de banda de transmissão, resultando em um processo improdutivo.

A fundamentação deste trabalho está na implementação de rotinas de segurança que fazem uso da *appliance Cisco PIX* como base. Por meio dele, pretende-se apresentar uma alternativa para coibir os acessos indevidos à *Internet*, bem como possíveis invasões oriundas da rede externa.

REFERÊNCIAS

- [1] *Cisco PIX Firewall Command Reference*. Cisco Systems Inc. Disponível em <http://www.cisco.com/application/pdf/en/us/guest/products/ps3918/c2001/ccmigration_09186a00801cd79b.pdf>. Acesso em: 06 set. 2012.
- [2] *Cisco IOS Reference Guide*. Cisco Systems Inc. Disponível em <<http://www.cisco.com/warp/public/620/1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

[3] WARNER, Russ. **Employees Really Do Waste Time at Work** <<http://www.forbes.com/sites/cherylsnappconner/2012/07/17/employees-really-do-waste-time-at-work>>. Acesso em: 14 set. 2012.

APLICAÇÕES REFLEXIVAS EM ARDUINO E GOOGLE ANDROID PARA CONSTRUÇÃO SIMPLIFICADA DE PROJETOS BASEADOS EM COMPUTAÇÃO FÍSICA E MOBILIDADE

Guilherme de Cleve FARTO⁸²

Este trabalho tem por objetivo apresentar um projeto baseado em programação reflexiva para possibilitar a integração da plataforma de computação física Arduino com a tecnologia Google Android, de forma a contribuir para o desenvolvimento simplificado de sistemas eletrônicos e computacionais. Para a realização deste trabalho, tornou-se necessário estudar e aplicar diversos conceitos, entre os quais se destacam eletrônica digital e computação física com Arduino, programação reflexiva, redes sem fio com Bluetooth, reconhecimento de comandos por voz, integração com rede social Twitter, e desenvolvimento móvel com Google Android.

Arduino é uma plataforma open-source de prototipagem eletrônica, que engloba hardware e software, e possui como características principais os conceitos de flexibilidade, fácil utilização e amplas possibilidades para implementação de dispositivos e componentes eletrônicos [1]. A plataforma Arduino foi escolhida pela facilidade de uso e quantidade de recursos disponíveis para o desenvolvimento de soluções eletrônicas, além de estar em exponencial crescimento e possuir uma alta contribuição das comunidades acadêmica e técnica. Pelo fato de a programação de circuitos eletrônicos ser em alto nível, o uso de Arduino torna a computação física ainda mais similar ao desenvolvimento de software.

A computação móvel oferece a vantagem da conectividade e poder de uso, em qualquer local e momento, tornando-se um recurso importante não apenas pessoal, mas também profissional. A escolha de uma plataforma ideal para o desenvolvimento de um projeto móvel significa optar por uma solução que forneça os melhores benefícios levando-se em consideração custos, eficiência e tempo de implementação [2]. A moderna plataforma de Google Android tem revolucionado o mercado global de aplicações móveis por ser a primeira de código-fonte aberto que se fez notar pelos maiores mercados de telefonia e telecomunicações do mundo, fazendo uso de Java e um ambiente de alto nível e produtividade [3].

⁸² Departamento de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil). Contato: guilherme_computacao@yahoo.com.br

Assim como na tecnologia Java, Google Android também possui uma API de reflexão, tornando possível a implementação de aplicativos capazes de obter informações sobre classes, atributos, métodos e construtores, além de demais metainformações presentes em classes Java. Entre diversas vantagens existentes, é possível destacar a criação de aplicativos mais dinâmicos, redução na quantidade de código-fonte, minimização de erros e facilidade de manutenção.

Após as fases de levantamento teórico e estudo, iniciou-se o desenvolvimento dos aplicativos divididos em duas etapas. Em uma primeira, implementou-se o mecanismo de reflexão para ser utilizado em quaisquer projetos com Arduino, criando um leque muito extenso de sua utilização: funções, servos-motores, motores, sensores, shields, entre outros componentes relacionados à computação física. A partir desse momento, em uma segunda etapa, tornou-se possível implementar uma aplicação Google Android, também amparada nos conceitos de programação reflexiva, responsável pelo gerenciamento de ações e eventos integrados ao projeto Arduino, fazendo-se uso de redes Bluetooth.

Por meio da aplicação Android, é possível definir os modelos de troca de informações entre o aplicativo móvel e o circuito eletrônico desenvolvido com Arduino. Na versão atual do projeto, encontram-se implementados os seguintes modos de integração:

- Evento de botão: enviar um determinado conjunto de informações ao pressionar um botão criado dinamicamente pelo usuário.
- Comando por voz: identificar e enviar um comando específico por meio de uma API de reconhecimento de comandos por voz.
- Instrução enviada por Twitter: receber e enviar, por meio de Threads, instruções a partir de mensagens (tweets) enviadas pela rede social Twitter.

A Figura 1 ilustra a integração das tecnologias utilizadas neste trabalho:

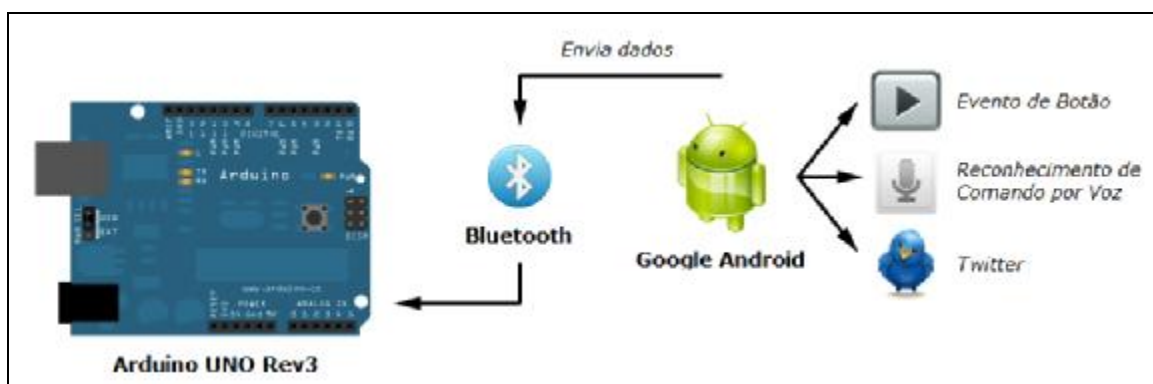


Figura 1. Arquitetura simplificada da integração de tecnologias utilizadas

Por fim, como existem poucos trabalhos sobre Arduino e Google Android na literatura, espera-se que a visão geral sobre o funcionamento desse possível ambiente de computação física e mobilidade seja transmitida e contribua para novos trabalhos realizados em centros acadêmicos e técnicos sobre assuntos tecnológicos modernos e com tendência de crescimento e evolução.

REFERÊNCIAS

- [1] **Arduino HomePage** – Disponível em <<http://www.arduino.cc/>>. Acesso em: 17 jul. 2012.
- [2] LECHETA, Ricardo R. **Google Android - Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010.
- [3] ABLESON, W. Frank; SEN, Robi; KING, Chris; ORTIZ, C. Enrique. **Androin In Action**. 3. ed. Manning Publications, 2012.

APLICATIVO PARA RECONHECIMENTO DE FACES HUMANAS

Patrick Francis Gomes ROCHA⁸³

Marisa Atsuko NITTO⁸⁴

O objetivo deste projeto é desenvolver um aplicativo para reconhecimento de faces humanas, utilizando métodos e técnicas conhecidos na literatura. O reconhecimento facial é uma das técnicas mais utilizadas na biometria tanto para a segurança da informação, como para segurança de nossa sociedade. Um sistema de processamento de imagem eficaz deve ser aquele que seja capaz de identificar uma face e suas características através de uma determinada imagem, do mesmo modo que o ser humano identifica uma pessoa simplesmente olhando para uma determinada fotografia, ou mesmo em uma transmissão de vídeo (DANTAS, 2003; NETO, 1997).

Na primeira fase do projeto foi realizado um estudo bem amplo com a finalidade de definir quais os métodos de tratamento de imagens mais adequados para o desenvolvimento do aplicativo para reconhecimento facial e o armazenamento dessas imagens em um banco de dados (ROCHA; NITTO, 2011; ROCHA, 2011). A figura 1 mostra a arquitetura adotada neste projeto para o desenvolvimento do aplicativo biométrico de reconhecimento facial:

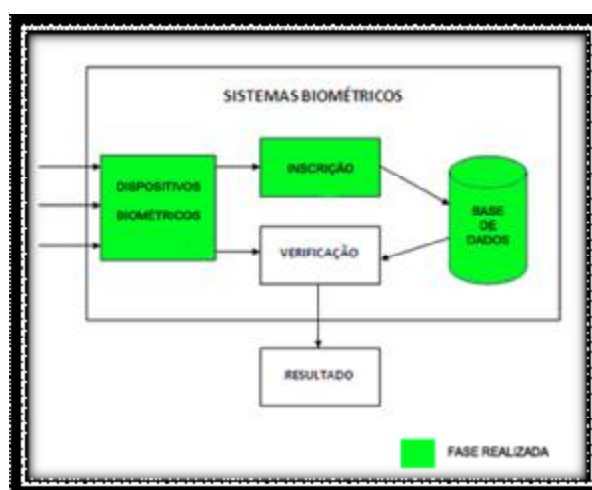


Figura 1: Arquitetura de um aplicativo biométrico

⁸³ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: pfrocha@msn.com.

⁸⁴ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil. Contato: mnitto@femanet.com.br.

O reconhecimento de faces humanas é um problema bastante complexo para ser implementado, devido a diversos fatores como: diferentes variações de orientação e tamanho da imagem, condições de iluminação do ambiente, diferenças na aparência, na expressão facial e na cor da pele, entre outros fatores que influenciam a extração de características (SUNG; POGGIO, 1998).

Na segunda fase do projeto, está sendo desenvolvido o aplicativo de detecção e reconhecimento facial de uma imagem retirada através de um *webcam* ou câmera para reconhecer suas características e compará-las com as de um banco de dados. Nesse projeto utiliza-se a biblioteca OpenCV, para o processamento de imagens de grande eficácia e obtenção de excelentes resultados no reconhecimento de características. Para tanto, utiliza-se também os *HaarCascade* (MARENGONI; STRINGHINI, 2009). A função *HaarCascade* é utilizada para o reconhecimento da face e das características do indivíduo. Essa função é composta por arquivos .xml com os padrões pré-reconhecidos de uma face, tais como: boca, nariz, olhos, entre outras. Os testes realizados para a detecção de faces tem sido satisfatório e a parte de reconhecimento ainda está em fase de conclusão.

REFERÊNCIAS

- DANTAS, G. F. L. **Sistemas Biométricos de Identificação pela Imagem Facial**. Disponível em: <www.logicengenharia.com.br/mcamara/alunos/Biometria.pdf>. Acesso em: nov. 2010.
- SUNG, K. K.; POGGIO, T. **Example-Based Learning for View-Based Human Face Detection**, *IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence*, vol.20, n.1, 1998.
- NETO E. L. A. **Sistemas de Identificação Pessoal Utilizando Técnicas de Reconhecimento e Verificação Facial Automáticas**, 1997.
- ROCHA, P. F. G.; NITTO, M. A., **Aplicativo Para Reconhecimento de Faces Humanas**, IV Fórum de Ciência e Tecnologia, Fema-Imesa, Assis, SP, 2011.
- ROCHA, P. F. G. **Aplicativo Para Armazenamento e Tratamento de Imagens de Faces Humanas**, Relatório do Programa de Iniciação Científica, Fema-Imesa, Assis, SP, 2011.
- MARENGONI, M.; STRINGHINI, D. **Tutorial: Introdução à Visão Computacional Usando OpenCV**, RITA, Vol. XVI, Número 1, 2009.

BOAS PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES COM SEGURANÇA

Bruno Yokio TATSUMI⁸⁵

Fábio Eder CARDOSO⁸⁶

O presente trabalho aborda a importância de se adotar práticas de segurança durante o desenvolvimento de softwares. Essas se justificam, pois tornam a aplicação desenvolvida mais eficaz, impedindo que as informações, que impulsionam as tomadas de decisões dentro de uma organização, sejam inconsistentes e atrapalhem os processos empresariais. Além disso, ajudam a garantir a continuidade do negócio.

De acordo com Roberto Valabrega [7], o cenário empresarial encontra-se em profunda dependência dos softwares, uma vez que estas aplicações geram informações úteis para as tomadas de decisões de grande importância para a saúde da organização. Portanto, a segurança dessas ferramentas é imprescindível, tendo em vista que, se os dados nelas contidos estiverem incorretos, resultarão em decisões erradas e, conseqüentemente, em perda financeira. Partindo desses pressupostos, nota-se que usuários mal intencionados estão enxergando nessa dependência uma oportunidade de se aproveitarem e terem acesso a informações sigilosas. Thibodeau [6] mostra que muitos incidentes de segurança da informação provêm de pessoas internas à empresa, ou seja, os próprios funcionários tentam apropriar-se de informações secretas para se beneficiarem ou até mesmo para simplesmente prejudicar a empresa em que trabalham.

Portanto, é de suma importância que a alta administração das empresas tome medidas contra esses ataques, certificando que o software estará protegido quando for atacado. Investir em segurança durante a fase de desenvolvimento do software é imprescindível para garantir a continuidade do negócio [2].

Machado e Alencar [3] informam que a segurança deverá ser incorporada no software, desde o início do projeto. Para auxiliar nesta tarefa, Owasp Foundation [4] orienta que é preciso primeiro

⁸⁵ Departamento de Informática – Fatec- Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – Ourinhos – SP – Brasil.
Contato: bruno.yokio@gmail.com.

⁸⁶ Departamento de Informática – Fatec- Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – Ourinhos – SP – Brasil.
Contato: fabioeder.fatec@gmail.com

saber diferenciar a abordagem a um sistema, realizada por uma equipe de desenvolvimento, da abordagem adotada pelo usuário mal intencionado, que está interessado em atacar determinada aplicação.

A equipe de programação normalmente desenvolve seu trabalho com base nas funcionalidades exigidas, enquanto que um atacante se preocupa mais com o que a aplicação pode, ilicitamente, realizar, partindo do princípio de que tudo que não está expressamente proibido é permitido [5].

Após definidos os métodos, aplicar-se-á a prática do ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Action*), que tem como foco o melhoramento contínuo baseado em quatro passos [1]:

- Planejamento: Momento em que serão estabelecidos os procedimentos pertinentes à segurança da informação, aos quais serão incorporados no software.
- Implementação: Colocar em prática o que se foi planejado.
- Monitoramento: Verificar a eficácia do que se foi implementado.
- Atuação: Tomar ações corretivas a cada passo.

REFERÊNCIAS

[1] Associação Brasileira de Normas Técnicas. ISO/IEC 27002. Rio de Janeiro: 2005.

[2] CANONGIA, C.; MANDARINO JUNIOR, R. **Segurança cibernética: o desafio da nova Sociedade da Informação**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/349/342>. Acesso em: 03 set. 2012.

[3] MACHADO, R.; ALENCAR, W. **Níveis de segurança para processos de desenvolvimento de software seguro**. Disponível em: <<http://www.sirc.unifra.br/artigos2010/7.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2012.

[4] Owasp Foundation. **Melhores Práticas de Codificação Segura OWASP Guia de Referência Rápida**. 2007.

[5] SEVERINO, A. J. **Metodologia Científica**. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

[6] THIBODEAU, P. **Há sempre alguém para culpar por um problema de TI. CIO**. Disponível em: <<http://cio.uol.com.br/gestao/2012/03/01/ha-sempre-alguem-para-culpar-por-um-problema-de-ti/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

[7] VALABREGA, R. **Por que usar um software de Gerenciamento de Projetos?** Disponível em: <http://www.artigonal.com/ger-de-projetos-artigos/porque-usar-um-software-de-gerenciamento-de-projetos-5712784.html>. Acesso em: 01 set. 2012.

**CONCEITO DE JOGOS DIGITAIS:
SIMULADORES PARA FUTUROS MOTORISTAS**

Sergio Massahiro TANIKAWA⁸⁷

Renato Soares da SILVA⁸⁸

Este artigo tem como objetivo demonstrar os benefícios da utilização de um ambiente virtual unido a um conjunto de hardware na forma de simulador que venha a auxiliar o aluno de autoescola durante o processo de aprendizado, possibilitando um melhor entendimento da legislação de trânsito.

Atualmente, para que seja concedida ao cidadão a carteira nacional de habilitação (CNH), há a necessidade de que este seja aprovado em um conjunto de testes de aptidão, entre eles: físicos, psicológicos, teórico e prático.

Justifica-se esta pesquisa, tendo em vista o atual código de trânsito brasileiro (*novo código de trânsito brasileiro*), no qual há a previsão da implantação de simuladores de trânsito nas autoescolas, segundo a resolução 74/98. Esta resolução regulamentou o uso de simuladores de direção ou veículos estáticos em 11 de outubro de 2011. Apesar de o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN ter editado a Portaria nº 808, que estabelece os requisitos mínimos para a homologação do equipamento, não se estabeleceu ainda a data para a obrigatoriedade de sua implantação.

Como metodologias de pesquisa foram feitas consultas baseadas em meios eletrônicos, artigos, obras impressas, ferramentas e componentes de hardware, buscando-se como base conceitos de alguns modelos de simuladores existentes em diversas áreas e suas aplicações.

Por meio deste estudo, espera-se demonstrar a possibilidade da construção de um simulador de direção e que seu uso pode ter como resultado o aprimoramento e a melhor qualificação dos futuros condutores. A aplicação deste equipamento pode possibilitar ao futuro condutor um melhor entendimento das regras e leis de trânsito vigentes, de uma forma mais real possível, sem causar danos a outros condutores ou pessoas. Este tipo de ambiente virtual tem como benefício o fato de

⁸⁷ Faculdade de Tecnologia de Ourinhos (FATEC) – Ourinhos-SP-Brasil. Contato: sergio.tanikawa01@fatec.sp.gov.br.

⁸⁸ Faculdade de Tecnologia de Ourinhos (FATEC) – Ourinhos-SP-Brasil. Contato: renatosoares_online@yahoo.com.br.

que o condutor pode cometer inúmeras vezes erros fatais, sem danos à parte alguma. Como se pode notar, esse ambiente pode até servir ser socioeducativo.

REFERÊNCIAS

- [1] 6 CESVI BRASIL. **Dados gerais do Brasil.** Disponível em: <http://www.cesvibrasil.com.br/seguranca/biblioteca_dados.shtm#mortalidade>. Acesso em: 04 abr. 2012.
- [2] DAYUBE, Renan. **Você poderá ter o simulador de direção das auto-escolas na sua casa.** Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2011/04/voce-podera-ter-o-simulador-de-direcao-das-auto-escolas-na-sua-casa.html>>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- [3] DETRAN. **Portarias.** Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/download/Portarias/2011/PORTARIA_DENATRAN_808_11.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2012.
- [4] FENEAUTO. **Notícias.** Disponível em: <<http://www.feneauto.org.br/noticia?noticia=1760>>. Acesso em: 27 mar. 2012.
- [5] IDENA MARTINS, João Kleber. DA SILVA, Marcos Danilo. ALVEZ BOLSAM, Mauricio Jose. **Simulador para autoescola.** Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0315_0980_01.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.
- [6] OLHAR DIGITAL. **Simuladores de direção já fazem parte da rotina das autoescolas.** Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/produtos/central_de_videos/simuladores>. Acesso em: 16 mar. 2012.
- [7] PESSOA, Felipe. **Dirija carretas pelas principais estradas da Europa [Euro Truck Simulator].** Disponível em: <<http://euro-truck-simulator.softonic.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- [8] Detran. **Primeira habilitação.** Disponível em: <<http://www.detrان.rj.gov.br/documento.asp?cod=143>>. Acesso em: 11 set. 2012.

CRIMES VIRTUAIS: UTILIZANDO OS RECURSOS DA INTERNET COM SEGURANÇA

Eliézer Rafael Ferreira BENINI⁸⁹

Edio Roberto MANFIO⁹⁰

O objetivo dessa pesquisa é abordar um assunto importante e do interesse da maioria dos brasileiros que utilizam a internet no seu dia a dia, informando-lhes sobre alguns tipos de crimes virtuais existentes. Também, pretende-se mostrar maneiras para a prevenção.

Utilizada por milhões de pessoas, a internet é um grande veículo de informação e o seu uso vem crescendo com o passar dos anos, estando cada vez mais fácil e acessível para qualquer tipo de pessoa, independente de sua classe social. Atualmente, as pessoas utilizam os recursos da internet para fazer coisas rotineiras, como conversar com amigos, fazer compras, pagar contas e também para efetuar operações bancárias, desde simples visualizações de saldo até transações mais complexas. Com esse crescimento e essa popularização da internet, surgem também os chamados crimes virtuais. O início dos crimes virtuais ocorreu na década de 1960 quando foram notificados pela imprensa os primeiros casos do uso do computador para cometer delitos [1]. Mesmo com o início dos crimes cometidos através do computador, na década de 1980, o computador não passava de uma máquina comum para a ciência jurídica, pois estava protegido (hardware e software) pela legislação referente à propriedade intelectual [4]. Porém, naquela época, o uso dos computadores era restrito a um pequeno grupo de pessoas.

Hoje em dia, o computador e a internet possuem um papel estratégico e de extrema importância no cotidiano de todas as pessoas, tornaram-se peças fundamentais para qualquer empresa e inclusive dentro das residências de milhares de pessoas [3].

Aproximadamente oito milhões de brasileiros acessam a internet. Dentro de dois anos, esse número pode chegar a quinze milhões. Os benefícios da modernidade e a celeridade alcançados com a rede

⁸⁹ Aluno do curso de Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – FATEC – Campus Ourinhos/SP. Contato: eliezerafael@gmail.com.

⁹⁰ Professor Mestre Docente pesquisador do Departamento de Comunicação - FATEC – Campus Ourinhos/SP. Contato: edio@femanet.com.br.

mundial trazem, na mesma proporção, a prática de ilícitos penais que vêm confundindo não só as vítimas como também os responsáveis pela persecução penal. [2]

Sendo assim, não somente as vítimas estão confusas sobre os crimes virtuais, mas as autoridades responsáveis por punir tais infrações também estão, pois não sabem em quais leis tipificam tais crimes.

Por essa falta de leis, a internet é vista por muitos como um território sem punições e normas. Movidas pelo anonimato, muitas pessoas abusam de seus conhecimentos para tirar proveito da inexperiência e até da inocência de várias pessoas que têm acesso à internet. Outras acabam utilizando os recursos da internet para difamar ou humilhar algumas pessoas por questões raciais, sexuais, religiosas ou por motivos pessoais.

Porém percebendo o crescente número dessas ações ilícitas, os governos de diversos países criaram leis ou enquadraram os crimes virtuais em leis já existentes para que seja possível a punição das pessoas que estão por trás dessas ações.

Concluiu-se, após este estudo, que o fato da criminalidade ter chegado até aos meios eletrônicos de comunicação como a internet, gerou uma grande preocupação das autoridades de várias nações, pois o número de pessoas que se habituaram a utilizar a internet em diversas funções do seu cotidiano aumentou a cada dia. Logo, trataram de criar ou ajustar leis existentes para enquadrar esses crimes para que haja uma punição adequada para os infratores. Verificou-se também que a melhor maneira de evitar ser vítima desses crimes é utilizar a internet de maneira segura, ou seja, procurando não fornecer dados pessoais para sites de pouca confiança, não receber e-mails de pessoas desconhecidas, não visualizar supostas fotos comprometedoras suas ou de pessoas conhecidas, e ter cuidado ao acesso a links e propagandas.

Muitas pessoas acreditam que ao acessar a internet de sua casa e possuindo um antivírus atualizado já as deixa totalmente seguras e que nada ruim poderá acontecer. Mas acessar a internet é como atravessar uma avenida muito movimentada, pois mesmo estando na faixa destinada aos pedestres devemos sempre olhar para todos os lados e estar muito atentos a tudo o que está acontecendo, afinal, possuindo essa visão e deixando um pouco a inocência de lado, o internauta estará bem preparado para o mundo virtual.

REFERÊNCIAS

[1] COELHO, V. M. B. G. (2008). **Crimes Na Internet**. Local. Disponível em: <<http://www.fadiva.com.br/Documentos/publicacoes/2008/12.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

- [2] DAOU, A. J. (2011) **Os Novos Crimes De Informática**. Local. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29433-29451-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.
- [3] GUIMARÃES, J. A. C. (2003). **Crimes informáticos: subsídios para uma reflexão ética na formação e atuação de profissionais da informação**. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo_print.php?cod=68>. Local. Acesso em: 25 out. 2011.
- [4] NATARELLI, T. V. P. N. (2010). **Compras on-line e segurança jurídica: garantias ao consumidor nas transações eletrônicas**. Local. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/cardernopesquisa/article/view/195>>. Acesso em: 25 out. 2011.

CURSOS DE INFORMÁTICA PARA JOVENS E O PROJETO INTEGR@ASSIS

Gleice JUSTE⁹¹

Almir Rogério CAMOLESI⁹²

O Projeto Integr@Assis começou em 2007 em parceria com a Fundação Telefônica e a Sociedade Filantrópica Nosso Lar. Esse projeto atende, prioritariamente, adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas, tais como: Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Os adolescentes da comunidade em geral também fazem parte do público-alvo do Projeto Integr@Assis [1].

O projeto Integr@Assis oferece aos adolescentes várias oficinas, entre elas, podemos destacar Academia com Saúde, Natação, Slackline, Boxe, Futebol, Pedagogia e Multimídia, Lan House Social, Profissionalização, Arte e Renda, Break, Clown, Roda de Conversa com os familiares, Inclusão Digital, entre outras [2].

As oficinas são possíveis devido ao financiamento que esse projeto recebe da Fundação Telefônica. Com esse financiamento, é possível atender 105 adolescentes da comunidade em geral, e 190 que cumprem as medidas, destes 58 já a cumpriram e [3].

Um destaque entre as oficinas é a de Inclusão Digital que se iniciou em Fevereiro de 2008 com uma sala de informática que atendia a 17 adolescentes por turma, de segunda a sexta-feira, nos períodos diurno e vespertino. No início, foram oferecidos cursos de Informática Básica que tinham por objetivo apresentar o Sistema Operacional *Linux* e o pacote *Office BrOffice*. Em seguida, ofertou-se o desenvolvimento de Blog. Este curso habilita o adolescente a ser capaz de criar, gerenciar e manter um blog pessoal. Os adultos também foram assistidos pelo projeto com um curso de Informática Básica. Este curso tinha como público-alvo os familiares dos adolescentes atendidos pelo projeto e também a Comunidade em geral [4].

Todos os cursos do projeto são focados no uso do Sistema Operacional *Linux* e ferramentas para esse sistema. Nos cursos, apresenta-se aos adolescentes uma nova opção de um sistema gratuito, mostrando que este é tão bom quanto os software comerciais (pagos) existentes no mercado.

⁹¹ Coordenadoria de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: glejuste@hotmail.com.

⁹² Coordenadoria de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: camolesi@femanet.com.br.

Com o passar do tempo, novos cursos foram surgindo, como por exemplo, os cursos de HTML, Desenvolvimento de Sites com JOOMLA, Configuração de PC, Desenvolvimentos de Games com Game Maker, Edição de Imagens etc.

Atualmente, o projeto possui duas salas de informática que atendem 58 adolescentes. Estes participam dos seguintes cursos: Informática Básica, Edição de Imagens com Gimp (fornece ao aluno uma ferramenta para editar fotografias e imagens, criar imagens, montagens e efeitos diversos) e Desenvolvimento de Games e Animações com Alice 3D⁹³. Este último tem como objetivo apresentar uma forma de programar aos adolescentes de uma maneira sutil por meio de uma ferramenta com elementos pré-programados que permite a criação de jogos e animações. Nesse ambiente, os participantes do curso podem desenvolver o raciocínio lógico e têm conhecimento de lógica computacional.

Assim, a cada dia que passa, a oficina de Inclusão Digital está caminhando para colaborar com o aumento de interesse por parte desses jovens para a área da informática e da programação, em específico. O objetivo é continuar trabalhando com cursos voltados para criação de jogos e inserir novos módulos para que os adolescentes deem continuidade ao seu aprendizado.

REFERÊNCIAS

- [1] Projeto Integr@Assis. Disponível em: <<http://www.nossolar-assis.org.br/index.php/projetos/integrassis>>.
- [2] Portal Rede Ciranda. Disponível em: <<http://www.redecirandaassis.org.br/>>.
- [3] XAVIER, A. L. P. **Projeto Integr@Assis**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCrian%C3%A7aseAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/bf9678cd-f104-4373-b298-84de70da3bce/Default.aspx>>.
- [4] **Ciranda: A primeira revista da rede de atendimento da criança e do adolescente de Assis**. Edição Especial, Rede Ciranda da Criança e Adolescente de Assis, ano 1, nº 1, Fevereiro de 2011.

⁹³ <http://www.alice.org/>

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO PARA ENSINO DE INFORMÁTICA EM TV DIGITAL

Luis Gustavo de Oliveira MAZZO⁹⁴

Almir Rogério CAMOLESI⁹⁵

Com base no censo 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 95,1% (178,8 milhões de usuários) dos domicílios brasileiros possuem TV [1], entretanto, apenas 39,3% (76 milhões de usuários) dos domicílios possuem internet [1]. O acesso à TV Digital no Brasil vem se tornando mais comum [2], com o número de 39,6 milhões de usuários, aproximando-se de maneira rápida à quantidade de usuários de internet no Brasil, sendo que, em 2000, eram apenas 3,4 milhões [1].

Com a integração da TV Digital ao cotidiano brasileiro, benefícios escolares e educativos podem ser extraídos deste fato, como o uso da mesma para a área do aprendizado. Com o foco em melhorar o acesso à internet e ao material escolar, e a formação de profissionais qualificados, originou-se a ideia da junção de TV Digital e aprendizado, para que todos os domicílios que usufruem desse tipo de televisão possam adquirir os benefícios da internet, tenham acesso a livros, cursos e respondam a questionários (acadêmicos e profissionais).

Neste contexto encontra-se o objetivo deste trabalho que culmina no desenvolvimento de um aplicativo para TV Digital. Esse aplicativo tem por finalidade realizar uma pesquisa sobre o nível de conhecimento, relacionado à área de informática, em seu nível básico, intermediário e avançado, de estudantes do ensino médio e superior. O aplicativo deve inicialmente apresentar um questionário com o foco de avaliar o conhecimento de uma pessoa sobre os conceitos de informática. Depois da avaliação, será oferecido um conteúdo sobre o assunto com o auxílio de textos, imagens, áudio e vídeo.

O usuário poderá utilizar o material para adquirir conhecimentos sobre o assunto e, por fim, será realizado um novo questionário referente ao assunto apresentado. Tal questionário servirá para avaliar como foi o aprendizado da pessoa em relação aos seus conhecimentos iniciais. Para a

⁹⁴ Coordenadoria de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: mazzo_cao@hotmail.com.

⁹⁵ Coordenadoria de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: camolesi@femanet.com.br.

elaboração dos questionários, utilizou-se de questões obtidas em pesquisas realizadas pelo IBGE e por instituições não governamentais a respeito do conhecimento sobre informática do brasileiro. O aplicativo desenvolvido tem o nome de *Quiz Digital* e contém 10 perguntas que serão realizadas ao final de cada módulo (básico, intermediário ou avançado).

Para o desenvolvimento do aplicativo, foi utilizada a plataforma GINGA-NCL [3] de TV Digital, tendo como linguagem base NCL 3.0 e para o ambiente de desenvolvimento, testes e auxílio foram utilizadas as ferramentas: NCL Composer e o Eclipse Indigo.

Com o desenvolvimento deste trabalho, pode-se comprovar que a plataforma de desenvolvimento Ginga-NCL permite o desenvolvimento de aplicações para TV Digital que necessitem de interação, conforme as necessidades do aplicativo definido. Como trabalhos futuros, serão realizados testes do aplicativo definido para avaliar o aprendizado das pessoas ao utilizarem os recursos de TV Digital e verificar se o mesmo atende suas necessidades de interação. Estudos também devem ser realizados sobre a plataforma de desenvolvimento Ginga-Java, recentemente lançada.

REFERÊNCIAS

- [1] Blog do JJ. **Panorama da mídia no Brasil em 2011**. Disponível em: <<http://www.blogdojj.com.br/2012/02/07/panorama-da-midia-no-brasil-em-2012>>. Acesso em: setembro 2012.
- [2] Site Oficial da TV Digital, Vantagens da TV Digital. Disponível em: <<http://www.dtv.org.br/index.php/sobre-a-tv-digital/vantagens-da-tv-digital/>>. Acesso em: Setembro 2012.
- [3] BARBOSA, S. D. J.; SOARES, L. F. G. **Tutorial: TV Digital Interativa se faz com Ginga: fundamentos, padrões, autoria declarativa e usabilidade**. Anais das Jornadas de Atualizações em Informática. Organizado por Kowaltowsky, T e Breitman, K. Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, Rio de Janeiro, Editora Puc-Rio, 2008.
- [4] GINGA. **Middleware Aberto do Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital (ISDB-T_B)**. Disponível em: <<http://www.ginga.org.br/pt-br>>. Acesso em: dezembro 2011.

DESENVOLVIMENTO DE JOGO *BLOCK MAN* USANDO *ALLEGRO***Matheus Mattioli MORO⁹⁶ ⁹⁷****Almir Rogério CAMOLESI⁹⁸**

Uma das áreas que mais cresce na área de entretenimento é a de jogos eletrônicos. A cada dia, mais e mais pessoas demandam por aplicações para passar o tempo e se divertir. Atualmente, a quantidade de aplicativos desta área tem crescido muito e deverá crescer ainda mais nos próximos anos. Com os grandes acontecimentos que ocorrerão em nosso país, por exemplo, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, surgirão ainda mais a necessidade de realizar novos jogos baseados nestes acontecimentos e nos seus cenários. Devido à demanda existente por jogos e a grande quantidade de empresas que atuam na área e necessitam de mão de obra especializada, elaborou-se este trabalho que tem por objetivo o estudo dos conceitos e das ferramentas para desenvolvimento de jogos [1].

Para a realização deste trabalho, foi proposta a criação do jogo (*Block Man*). Tal jogo deve estimular o raciocínio lógico e a coordenação motora dos jogadores ao brincarem com o mesmo. O jogo consiste de uma interface que possui alguns blocos, contudo não é permitido aos personagens que se movimentem sobre eles (ultrapassem). Para o jogo ocorrer, devem existir dois jogadores e a missão de cada um é bloquear a passagem do outro jogador (prendê-lo). Vence o jogo aquele que conseguir prender o outro primeiro. A Figura 1 ilustra a interface do jogo:

⁹⁶ Coordenadoria de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: matheusmmoro@hotmail.com.

⁹⁷ Agradecimentos: Primeiramente agradeço a minha família que me incentivou na realização de meus estudos, aos meus amigos e aos professores que me apoiaram no desenvolvimento deste projeto.

⁹⁸ Coordenadoria de Informática do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)/Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: camolesi@femanet.com.br.

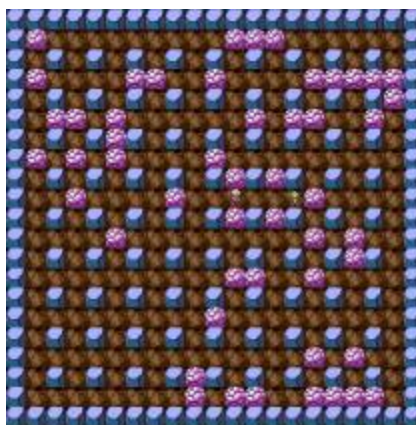


Figura 1. Cenário do Jogo.

Para o desenvolvimento do jogo, inicialmente foram realizados estudos sobre a biblioteca Allegro [2] e [3]. Também durante este período foram estudados conceitos relacionados ao desenvolvimento de jogos e o uso da linguagem C++ [4] neste contexto.

Depois de realizados os estudos nas tecnologias escolhidas, foi elaborada a implementação do jogo. Para tal, utilizou-se a linguagem C++ e a biblioteca Allegro com o ambiente de programação DevC++. Durante o desenvolvimento do projeto, foram utilizados recursos como imagens, sons, temporizadores e entrada de dados por meio de mouse e/ou teclado. Para a construção do cenário, foi utilizada uma estrutura de dados do tipo matriz e em cada célula da matriz foram associadas imagens (obtidas na internet). As imagens são apresentadas na tela, conforme as características definidas para cada ponto da matriz. A matriz também é utilizada para o desenvolvimento da lógica do jogo.

O jogo produzido é simples e permite que os jogadores estimulem tanto o raciocínio lógico, quanto a coordenação motora, conforme definido no projeto inicial. Em relação ao aprendizado, conclui-se que o desenvolvimento do jogo ajudou a melhorar os conhecimentos de programação e os conceitos de aprendizado de como os jogos são construídos. Como trabalhos futuros serão adicionadas novas fases e melhorias nas técnicas para visualização. Estudos também relacionados ao uso da tecnologia adaptativa para a inserção de algoritmos que permitam o jogo modificar seu comportamento em tempo de execução, também devem ser realizados.

REFERÊNCIAS

[1] PAZINATTO, F. A. C. **Notas de aula:** Estruturas Básicas de um Jogo. Curso de Ciência da Computação, IMESA-FEMA, Assis, SP, Maio de 2012.

- [2] **Allegro – A Game Programming Library**. Disponível em: <<http://alleg.sourceforge.net/>>. Acesso em: setembro 2012.
- [3] MOTA, T. C. **A Biblioteca Gráfica Allegro**. Disponível em: <<http://equipe.nce.ufrj.br/adriano/c/apostila/allegro/docs/allegro.html#indice>>. Acesso em: maio 2012
- [4] STROUSTRUP, B. **A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO C++**. Bookman, 2000.

DETECÇÃO DE ANOMALIAS EM REDES DE COMPUTADORES UTILIZANDO MINERAÇÃO DE DADOS

Atair Alves CAMARGO JUNIOR⁹⁹

Victor Vavalle ROSSI¹⁰⁰

Patricia Bellin RIBEIRO¹⁰¹

Renato Pereira IMAISUMI¹⁰²

Fábio Eder CARDOSO¹⁰³

Miguel José das NEVES¹⁰⁴

Kelton Augusto Pontara da COSTA¹⁰⁵

Atualmente, muitas pesquisas na área da computação estão sendo desenvolvidas, sendo possível destacar, neste contexto, a utilização de alguns métodos, como as Redes Neurais Artificiais e Processos de Mineração de Dados, com o objetivo de minimizar os efeitos danosos em anomalias detectadas em redes de computadores.

Mineração de dados é parte do processo em KDD (*Knowledge Discovery in Databases*) que objetiva a seleção das técnicas a serem utilizadas para localização de padrões nos dados, tendo como finalidade a busca dos referidos padrões relacionados a um interesse exclusivo [1].

Neste trabalho, tendo uma base de dados rotulada, ou seja, uma base que contempla as anomalias já identificadas, propõe-se, na base de dados denominada KDDCup [2], que contém vinte e três

⁹⁹ Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: atair.junior@fatec.sp.gov.br.

¹⁰⁰ Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: vic.v.rossi@gmail.com.

¹⁰¹ Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: patricia.ribeiro3@fatec.sp.gov.br.

¹⁰² Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: renato.imaisumi@fatec.sp.gov.br.

¹⁰³ Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: fabioeder.fatec@gmail.com.

¹⁰⁴ Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: miguel.mkj@gmail.com.

¹⁰⁵ Departamento de Computação – (FATEC) - Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: kelton.costa@gmail.com.

classes de anomalias, a aplicação do processo de mineração de dados, através da ferramenta Weka, com intuito de analisar e quantificar os tipos de anomalias presentes na base de dados estudada, auxiliando no processo da gerência de redes. Neste sentido, o presente estudo aborda um processo de mineração de dados extraído de uma base de dados rotulada; a KDDCup.

Os experimentos realizados utilizaram 10% da base KDDcup, que contém quarenta e dois atributos de dados e um atributo de classificação, a fim de determinar a normalidade no conteúdo destes. Esta base de dados foi criada com o objetivo de prover melhoria nos softwares desenvolvidos para a segurança em redes de computadores, visto que os ataques analisados foram: DDoS (*Dynamic Denial of Service*), R2L (*Remote to Local*), R2R (*Remote to Root*) e ProBing [3].

Para análise e quantificação dos tipos de anomalias presentes na base de dados KDDcup, foi utilizado o processo de mineração de dados, realizado através da ferramenta Weka. Esta ferramenta consiste em um software desenvolvido na Universidade de Waikato na Nova Zelândia, escrito em linguagem Java, possui chave de licença pública e código aberto. Os dados das anomalias podem ser carregados no Weka, utilizando o formato de Arquivo de Atributo Relação (ARFF). Nesse arquivo, cada coluna é definida com um tipo de dado, por exemplo, numérico ou caractere, em cada linha, dados são fornecidos, com seus respectivos tipos, delimitados por vírgulas.

O presente trabalho utiliza a base de dados KDDcup, convertida em formato de valores separados em vírgulas (CSV – *Comma Separated Values*), no formato ARFF, compatível com o programa minerador de dados Weka. Mesmo a base KDDcup, possuindo quarenta e dois atributos, nos experimentos foram utilizados apenas cinco, sendo eles: Protocolo, Serviço, Dados da origem, Dados do destino e Contagem de conexões. Esses atributos foram obtidos através de algoritmos de seleção interna ao WEKA, uma vez que estas características são mais relevantes para os testes. Esta pré-seleção teve como objetivo entender facilmente o domínio de cinco atributos que envolvem diferentes tipos de combinações de protocolos e serviços, conforme a Tabela 1. Para a realização da mineração de dados, foi utilizada a técnica Discretize. Após o filtro, foi selecionado o algoritmo (J48) de árvores de decisão.

Atributos	Descrição	Tipo
Protocol Type	Protocolo utilizado (tcp, udp, icmp)	Discreto
Service	Serviço de rede para o	Discreto

	destino (http, telnet)	
Src Bytes	Bytes de dados transmitidos da origem para o destino	Contínuo
Dst Bytes	Bytes de dados transmitidos do destino para a origem	Contínuo
Count	Número de conexões com o mesmo host no máximo de 2 segundos	Contínuo

Tabela 1. Cinco tipos de atributos de rede.[2]

Após a mineração de dados utilizando o algoritmo J48, foi possível obter, com base em um total 494021 amostras, uma taxa de acerto de 99,83%, utilizando 5 atributos de entrada de tráfego em redes, Tabela 1, e validando a aplicação com a utilização da técnica *cross-validation*.

Neste trabalho, foi possível demonstrar a vantagem do uso de técnicas inteligentes em redes de computadores para detecção de anomalias.

REFERÊNCIAS

- [1] FAYYAD, U. M.; PIATESKY, Shapiro, G.; SMYTH, P. From Data Mining to Knowledge Discovery: An Overview. In: **Advances in Knowledge Discovery and Data Mining**, AAAI Press, 1996.
- [2] ROSSET, S.; INGER, A. KDD-Cup 99:Knowledge Discovery. In: **A Charitable Organization's Donor Database**. SIGKDD Explorations. Copyright 2000 ACM SIGKDD, January 2000. Volume 1, Issue 2 – page 85.
- [3] SOUZA, Eusam P. **Estudo sobre sistema de detecção de intrusão por anomalias: uma abordagem utilizando redes neurais**. Dissertação. Universidade Salvador - BA. 2008.

ESTUDO DA METODOLOGIA DE TUNING EM BANCO DE DADOS ORACLE

Vagner Freitas RIGO¹⁰⁶

Alex Sandro Romeo de Souza POLETTTO¹⁰⁷

A finalidade deste trabalho é discutir assuntos relacionados à Tuning, uma importante área de atuação do banco de dados que trata do ajuste fino de desempenho, conceito este que se encontra em grande desenvolvimento e aplicação atualmente, diante do grande volume de dados que são gerados pelas empresas que utilizam da Tecnologia da Informação. Pelo fato desse grande número de informações e da precisão de constante acesso às mesmas, encontra-se a necessidade de utilização do tuning, como uma forma de aprimoramento destas consultas aos Bancos de Dados, que precisam ser realizadas da maneira mais satisfatória possível, com alto desempenho de resposta e menor tempo.

O termo “tuning”, que traduzido friamente significa “sintonia”, encaixou-se no cenário de tecnologia a partir do momento em que somaram o uso das informações armazenadas para tomadas de decisões gerenciais estratégicas, com o aumento no volume de dados consideravelmente, e com a preocupação com a velocidade do tempo de resposta. Esses três requisitos fizeram com que se intensificassem os estudos sobre o aumento de desempenho e surgisse, então, a valorização da sintonia e do refino do banco de dados [1].

Após um banco ser desenvolvido e começar a operar, o uso real das aplicações, das transações, das consultas e das visões, revela fatores e áreas de problemas que podem não ter sido considerados durante o projeto físico inicial. As informações de entrada para o projeto físico podem ser revisadas por meio da coleta de estatísticas reais sobre os padrões de uso. A utilização dos recursos, bem como o processamento interno do SGBD podem ser monitorados para revelar gargalos, tais como a disputa pelos mesmos dados ou dispositivos. Os volumes de atividades e os tamanhos dos dados podem ser bem mais estimados [2].

¹⁰⁶ Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: vagner.rigo@hotmail.com.

¹⁰⁷ Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: apoletto@femanet.com.br.

Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo, expor os conceitos gerais sobre banco de dados e atender aos conceitos específicos da tecnologia Tuning. Realizar propostas de instruções e implementações com as melhores técnicas de tuning, tendo em vista que as perdas de desempenho estão definidas nos processos abaixo, conforme ilustrado na Figura 1, onde a maior parte (60%) dos problemas de desempenho das aplicações que acessam Bancos de Dados pode ser evitada otimizando-se as instruções SQL das aplicações:

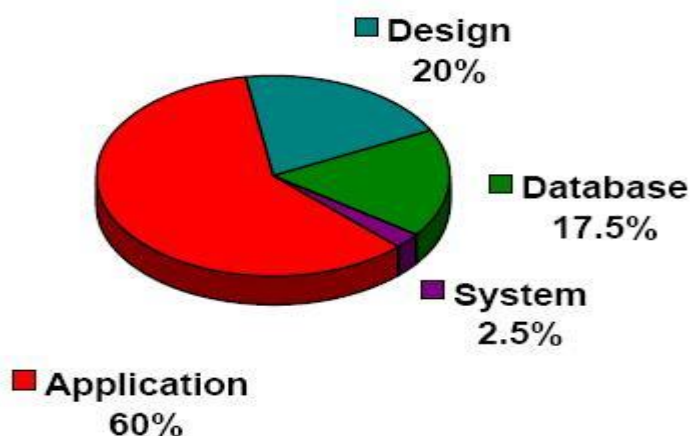


Figura 1. Média percentual de problemas de performance por área de atuação.

Continuando o gráfico, percebe-se que 20% do projeto de Banco de Dados de uma aplicação devem garantir a consistência e integridade dos dados, sem deixar de considerar itens como segurança e performance, dados redundantes e inválidos, ausência de dados requeridos, entre outros; em 17,5% há o nível de Banco de Dados (instância), em que a preocupação deve ser com os parâmetros configurados no Banco de Dados, a fim de retirar o melhor desempenho possível; com 2,5% vem o nível de Sistema Operacional (SO), que interfere muito pouco no desempenho do Banco de Dados, tendo como possibilidade de Tuning a largura de banda, alocação de espaço em disco, e próprios parâmetros do SO.

Com isso, pode-se verificar a importância da preocupação com o processo como um todo, desde o projeto de implantação, para obter a máxima performance no sistema, neste mesmo sentido [3], que frisa a relevância do tuning, sendo necessária a preparação de uma estratégia de performance quando da elaboração do projeto.

REFERÊNCIAS

- [1] SOUSA, Humberto Delgado de. O conceito de tuning aplicado em instruções SQL dentro de um Banco de Dados Oracle. 2011. 80p. Monografia (graduação) – Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo: Campus Memorial Barra Funda, 2011.
- [2] CARNEIRO, A. P.; FREITAS, A. L. C.; MOREIRA, J. L. Artigo Científico: TUNING - Técnicas de Otimização de Banco de Dados Um Estudo Comparativo: Mysql e Postgresql, FURG - Rio Grande do Sul, 2006.
- [3] IKEMATU, Ricardo Shoiti. Realizando Tuning na Base de Aplicações. Disponível em: <<http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1592>>. Acesso em: 10 maio 2012.

GREENFOOT: UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS

Ariane de Oliveira SILVA¹⁰⁸

Luiz Carlos BEGOSSO¹⁰⁹

O *Greenfoot* é um software que foi desenvolvido em JAVA por pesquisadores da Universidade de Kent, na Inglaterra, e da Universidade de Deakin, na Austrália, no ano de 2006. O software tem como objetivo o ensino introdutório de programação orientada a objeto, com base no princípio de permitir que pessoas sem muito conhecimento neste tipo de programação possam desenvolver seus próprios projetos e aprendam conceitos através do desenvolvimento de jogos.

Segundo Kölling e Henriksen (2005), um dos problemas principais em ambientes de programação tradicionais reside no fato de que o comportamento dos objetos não pode ser diretamente observado. O Greenfoot se tornou popular, pois além de conter cenários com muitos detalhes visuais, ferramentas fáceis de manusear, também proporciona uma interação direta com o usuário que pode observar, no cenário construído, as mudanças realizadas no código que afetaram o comportamento do objeto. Essa facilidade do uso do software tem como objetivo chamar a atenção de alunos que ainda não estão comprometidos com programação e facilitar também o trabalho dos professores.

Este trabalho tem por objetivo aplicar os conceitos da Programação Orientada a Objetos, através do software Greenfoot, a estudantes que desejam aprender este tipo de programação.

Al-Bow et al (2008) relatam ter utilizado o Greenfoot com 17 estudantes que não possuíam experiência em programação orientada a objetos. Após um período de utilização do software, os autores constataram significativo aprendizado de aspectos relacionados aos princípios de orientação a objetos.

Em uma outra experiência de utilização do Greenfoot, relatada por Gallant e Mahmoud (2008), um grupo de pesquisadores reuniu alguns estudantes para realizarem o projeto *Going To The Moon*, um dos cenários Greenfoot, para através deste projeto manter os alunos interessados e envolvidos no processo de aprendizagem de programação. No final deste projeto, os pesquisadores esperam

¹⁰⁸ Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Contato: ariane_silva@hotmail.com.

¹⁰⁹ Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Contato: begosso@femanet.com.br.

formar jovens realmente interessados e com habilidades em programação, para assim ajudarem a dar continuidade ao Greenfoot com a criação de novos cenários.

Vahldick e Mattos (2008) relatam que pesquisadores utilizaram caixas de sapato, confeccionadas com abas externas para fixação de tiras de papel, para anotações das características dos objetos. Na tampa da caixa, foram anotados o nome do objeto e o tipo do objeto, na lateral, o que se pode fazer com o objeto, ou seja, a lista de métodos, e dentro da caixa, os atributos desse objeto. Notou-se que essa abordagem foi muito útil para os alunos, pois mais adiante foi observado que eles não costumavam mais utilizar as caixas para executar os exercícios de orientação a objeto.

A partir das observações dos casos relatados e das deficiências que os alunos possuem em compreender os conceitos envolvidos na programação de computadores nas séries iniciais dos cursos de computação, espera-se que este trabalho possa contribuir com os estudos nesta área.

REFERÊNCIAS

KÖLLING, Michael; HENRIKSEN, Poul. *Game Programming in Introductory Courses With Direct State Manipulation*, 2005.

AL-BOW et al. *Using Greenfoot and Games to Teach Rising 9th and 10th Grade Novice Programmers*. University of Denver, 2008.

GALLANT, Rand J.; MAHMOUD, Qusa H. *Using Greenfoot and a Moon Scenario to Teach Java Programming in CS1*. University of Guelph-Humber, Toronto, ON, Canadá M9W 5L7, 2008.

VAHLDICK, A.; MATTOS, M. M. *Relato de uma Experiência no Ensino de Algoritmos e Programação Utilizando um Framework Lúdico*. In: **XIX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, 2008, Fortaleza. *XIX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação*, 2008.

O EMPREGO DE MAPAS MENTAIS NA ENGENHARIA DE REQUISITOS

Danielle Matias MATUDA¹¹⁰

Luiz Carlos BEGOSSO¹¹¹

Introdução

Segundo Pressman (2006), a Engenharia de Requisitos, por meio dos processos nela envolvidos, visa a auxiliar os analistas de sistemas, bem como os engenheiros de software, a mensurar o domínio e a maneira mais apropriados para a solução das questões que posteriormente irão trabalhar.

Uma das etapas mais difíceis e suscetíveis a erros, que entorna a Engenharia de Requisitos, é o Levantamento de Requisitos. Esta fase compreende o contato direto que o analista de sistemas tem com o usuário, a fim de identificar quais são as necessidades, restrições e os princípios que o software deverá atender.

De antemão, espera-se que o usuário saiba tudo o que deseja a respeito do sistema a ser desenvolvido, como por exemplo, os objetivos do sistema, qual será o uso na rotina da empresa, entre outras informações de alta relevância. Contudo, na prática, nem sempre acontece desta maneira. De acordo com Sommerville (2007), os motivos podem ser diversos: o usuário pode não saber o que deseja do sistema em termos detalhados e específicos, o relato de requisitos não é realista, diferentes tipos de usuários relatam diferentes tipos de requisitos, determinantes políticos que podem influenciar os requisitos, entre outros.

A metodologia dos Mapas Mentais foi desenvolvida na década de 1960, pelo psicólogo e escritor inglês Tony Buzan. Esta técnica, de acordo com Buzan (2009), consiste em auxiliar no armazenamento, organização e priorização de informações. Buzan (2005), menciona que, com a utilização de muitas cores, desenhos, símbolos e setas o Mapa Mental torna-se muito mais estimulante.

¹¹⁰ Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil. Contato: daniellem.matuda@gmail.com.

¹¹¹ Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil. Contato: begosso@gmail.com.

A partir dos estudos realizados na Engenharia de Requisitos e com técnicas dos Mapas Mentais, este trabalho propõe a elaboração de um mapa mental que, potencialmente, conduza o analista de sistemas a recolher os requisitos dos usuários com menor grau de dificuldade possível.

O trabalho

De acordo com Muller (2010), entre os cinco maiores motivos apontados como causa de softwares desastrosos, os problemas ligados aos requisitos aparecem em duas posições da lista. Com esta informação, é possível mensurar o quão frágil é o processo de Levantamento de Requisitos. Um software é desenvolvido a partir dos requisitos propostos, então, se houver falhas nos mesmos, e não forem identificadas e corrigidas a tempo, corre-se o risco do projeto inteiro falhar.

No meta mapa mental aqui proposto, estão presentes as principais técnicas de Levantamento de Requisitos que o analista poderá utilizar, bem como as particularidades de percurso de cada um dos métodos. Cada técnica vigente no meta mapa tem suas principais características destacadas, como o tipo de cada estrutura, as formas de representações possíveis para cada método, os materiais essenciais, as relações, entre todos os demais tópicos inerentes, que estão presentes nas técnicas. Dessa forma, o meta mapa mental aqui proposto direciona o analista diretamente às práticas do Levantamento de Requisitos.

A Figura 1 ilustra o meta mapa mental proposto para o auxílio no Levantamento de Requisitos:

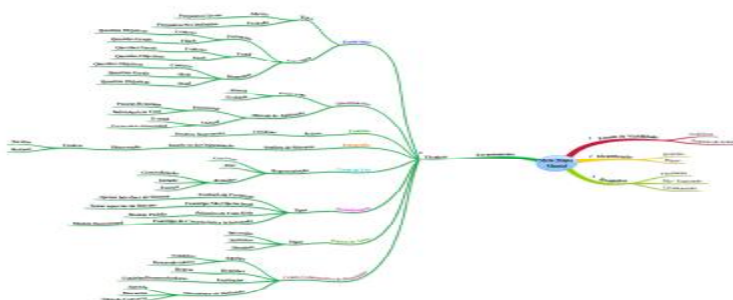


Figura 1 . Meta Mapa Mental para o Levantamento de Requisitos

REFERÊNCIAS

- [1] PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de Software**. 6ª Ed. Tradução de Rosângela Dellosso Penteadó. São Paulo: Editora McGraw – Hill Interamericana do Brasil Ltda, 2006.

- [2] SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 8. ed. Trad. Selma Shin Shimizu Melnikoff, Reginaldo Arakaki, Edílson de Andrade Barbosa. São Paulo: Editora Pearson, 2007.
- [3] BUZAN, Tony. **Mapas Mentais**. Tradução de Paulo Polzonoff Junior. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2009.
- [4] BUZAN, Tony. **Mapas Mentais e sua elaboração**. Tradução de Euclides Luiz Calloni, Cleusa Margô Wosgrau. São Paulo: Editora Pensamento - Cultrix LTDA, 2005.
- [5] MULLER, Peter. **Requirements Elicitation**. Zurich. Disponível em <<http://www.pm.inf.ethz.ch/education/courses/kse/archive/2011/lectures>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE FOCADO NA QUALIDADE PESSOAL

Denis Mendonça LADEIRA¹¹²

Luiz Ricardo BEGOSSO

Este trabalho tem o objetivo genérico de identificar os benefícios obtidos com a adoção de um processo pessoal de desenvolvimento de software para a melhoria da qualidade dos produtos de software desenvolvidos por pequenas equipes ou profissionais individuais.

Para se alcançar este objetivo genérico, os objetivos específicos deste projeto são: realizar um estudo sobre o Processo Pessoal de Desenvolvimento de Software (PSP), apresentá-lo de forma metodológica para futuros estudos, referenciando todas as características deste modelo e registrando-o por completo e, por último, aplicá-lo em um piloto, a fim de que demonstre suas principais características.

As organizações de desenvolvimento de software possuem uma série de mecanismos para auxiliá-las no gerenciamento e melhoria da qualidade dos seus produtos. Para se alcançar a qualidade dos produtos de software, é fundamental que seu processo de desenvolvimento seja construído com parâmetros qualitativos. Para as grandes organizações, torna-se razoável a adoção de modelos de gestão com conceitos da Qualidade Total que reflitam na garantia da qualidade, porém, para as pequenas empresas ou organizações individuais de desenvolvimento de Software, a adoção de tais práticas é extremamente difícil.

Uma das soluções propostas para a melhoria da qualidade do software produzido pelas pequenas empresas ou organizações individuais relaciona-se com a adoção formal de um processo de desenvolvimento de software. O PSP – Personal Software Process (HUMPHREY, 1995) é uma alternativa que tem se mostrado bastante eficiente neste sentido, sendo que sua adoção incorpora benefícios aos desenvolvedores individuais ou às pequenas equipes de desenvolvimento de software.

¹¹² Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: denis_mend@hotmail.com.

O PSP é um processo que auxilia o profissional de desenvolvimento de Software a controlar, administrar e melhorar o modo como se desenvolve um software. Para tanto, apresenta-se como uma estrutura de formulários, diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento de software.

Este modelo é estruturado em quatro fases de melhoria do processo, divididas em sete níveis, e a evolução é feita de maneira incremental, com os níveis superiores adicionando características aos níveis já implantados, minimizando assim, o impacto na mudança do processo pessoal e proporcionando o amadurecimento do engenheiro de software no modelo.

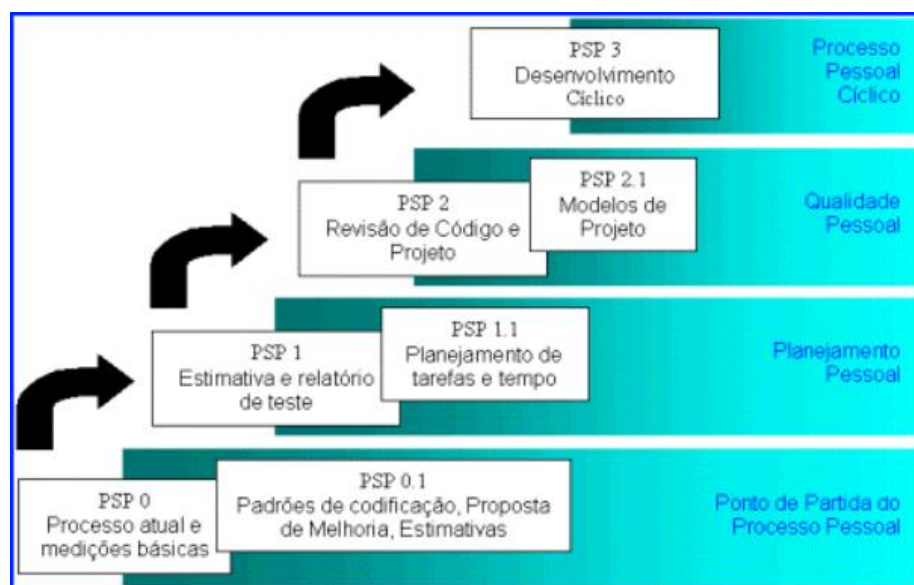


Figura 1. Níveis do PSP.

Todos os níveis possuem scripts que guiam o profissional através do processo, os scripts são compostos de maneira incremental, ou seja, aos scripts superiores são adicionadas características que os diferem dos scripts inferiores. A primeira fase além de oferecer uma base para todo o processo, fornece dados históricos que servem para medir o trabalho, padrões e propostas de melhorias. As duas fases subsequentes proveem de soluções que cooperam para o planejamento e qualidade pessoal no que diz respeito ao desenvolvimento de produtos de software. A última fase tem como objetivo subdividir um programa maior em pedaços, escalonando-os para que cada incremento seja de alta qualidade.

REFERÊNCIAS

- [1] HUMPREY, Watts S. A Discipline for a Software Engennering. USA: Addison Wesley, 1995.
- [2] SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2003.
- [3] KAN, Stephen H. Metrics and Models in Software Quality Enginnering. USA: Addison Wesley, 2006.

PERÍCIA FORENSE COMPUTACIONAL

Sérgio Rosa da SILVA JUNIOR¹¹³

Fábio Eder CARDOSO¹¹⁴

Devido à crescente demanda de crimes virtuais, surgiu a necessidade de se criar uma eficiente ferramenta tanto para identificação de tais crimes, quanto dos respectivos criminosos. Além disso, buscou-se criar estratégias de redução de riscos de ataques virtuais. Ao todo, um milhão de pessoas são atingidas diariamente. Anualmente, o prejuízo global é de U\$ 388 bilhões, enquanto somente no Brasil esse valor chega a U\$\$ 63,3 bilhões, equivalente a R\$ 104,8 bilhões [2].

A forense computacional é o ramo da criminalística que compreende a aquisição, prevenção, restauração e análise de evidências computacionais, sejam os componentes físicos ou dados que foram processados eletronicamente e armazenados em mídias computacionais. A grande diferença entre os crimes tradicionais e os crimes virtuais reside no *modus operandi*, pois crimes virtuais utilizam de dispositivos eletrônicos, computadores, redes e da internet para a ação ou omissão do ato [2].

Convencionalmente, é comum definir a computação forense como um conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para encontrar evidências em um computador [1]. Portanto, um dos principais objetivos deste tipo de perícia pode ser definido como a coleta de vestígios relacionados ao crime investigado, os quais possibilitem, depois de uma completa investigação, a formulação de conclusões sobre o caso.

A computação forense, na área de criminalística, visa a determinar toda a relação, causas, meios, autoria e consequências de um incidente que envolve computador, também, objetiva a reunião de provas, informações, identificação, rastreamento e comprovação da autoria de ações criminosas, ou seja, auxílio total/parcial na investigação.

As evidências podem ser encontradas em vários recursos computacionais como, por exemplo, mídias digitais, discos rígidos, memórias e até dispositivos de redes de computadores que são usados como ferramentas para auxiliar na execução do crime. De modo geral, a computação acabou

¹¹³ Laboratório de Redes de Computadores - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: sergio@softcomassis.com.br.

¹¹⁴ Laboratório de Redes de Computadores - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: fabioeder.professor@gmail.com.

servindo como um apoio na execução de crimes comuns como estelionatos, fraudes, roubos de senhas, pedofilia, entre outros.

Cada vez mais, advogados utilizam evidências digitais em tribunais e câortes a fim de defenderem seus clientes. O ministério público, ao contrário, utiliza as evidências a fim de acusá-los. Entretanto, para que sejam consideradas provas válidas, o perito deve realizar o processo de investigação cuidadosa e sistematicamente, desse modo, preservando as evidências e as documentando detalhadamente, com a finalidade de autenticá-las [3].

As provas eletrônicas baseadas em computador apresentam grandes desafios únicos para que assegure a sua admissão no tribunal. É indispensável que sejam utilizados procedimentos forenses que, por sua vez, incluem quatro conceitos: coleta, exame, análise e relatórios. Para esses procedimentos, são necessárias ferramentas de apoio (*softwares*), que auxiliam o perito a realizar suas tarefas na aquisição de imagens, *logs* de acessos, áudio digital, vídeos. Enfim, para cada tipo de informação a ser recuperada há uma aplicação forense específica.

A proposta deste trabalho é, justamente, apresentar algumas ferramentas utilizadas no processo de perícia forense. No contexto apresentado, será utilizada como metodologia, a técnica de simulação de caso, por meio da qual será realizada a perícia forense completa, desde a fase de coleta até a fase de relatórios e como ferramenta de aplicação FDTK (*Forense Digital Toolkit*), que é um sistema operacional baseado no *Kernel* da distribuição *Ubuntu Linux*. O referido sistema tem como finalidade a prática forense computacional, uma vez que detém um conjunto completo de ferramentas *Open Source* para a prática pericial e apresenta resultados precisos.

Referências

- [1] CALOYANNIDES, Michael A. **Computer forensics and privacy**. Boston: Artech House, 2001.
- [2] FREITAS, Andrey Rodrigues. **Perícia forense aplicada à informática**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.
- [3] PEREIRA et al. Forense Computacional: Fundamentos, Tecnologias e Desafios Atuais. **In: VII SIMPÓSIO BRASILEIRO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS**, 2007. Rio de Janeiro, Brasil, p. 03-53.

PESQUISA SOBRE MONGODB, UMA BASE DE DADOS ORIENTADA À DOCUMENTOS QUE UTILIZA ORIENTAÇÃO À OBJETOS

Érion Ricardo BARASUOL¹¹⁵

A finalidade da presente proposta de trabalho é apresentar os principais conceitos e características sobre MongoDB, uma base de dados do tipo NoSQL. Já que este tipo de tecnologia, apesar de não ser nova, é tendência entre *softwares web* que necessitam de: alta capacidade de armazenamento e redundância a falhas, facilidade de aumentar desempenho, tamanho de armazenamento, entre outras características.

Segundo Tiwari (2011), durante os últimos cinco anos, NoSQL e os conceitos de gerenciamento de grandes dados têm sido generalizados e utilizados por companhias como: Facebook (“Rede Social”), Netflix (“Video Locadora Virtual”), Yahoo, Ebay (“Empresa de Comercio Eletrônico”), IBM (“Desenvolvedora de Softwares”), e muitas outras. Além disso, essas novas empresas contribuem para o crescimento do NoSQL e produtos open-source.

Segundo Banker (2012), MongoDB proporciona um desenvolvimento mais ágil do que muitos modelos relacionais, um dos motivos pelo qual o jornal *The New York Times* ter aderido a ele. Uma das razões mais óbvias para esse desenvolvimento ágil é o fato dele não possuir um *schema* fixo, permitindo inserir informações sem a necessidade de seguir um padrão para todos. Em resumo, empresas buscam desenvolver *softwares* de qualidade com o menor esforço possível em menos tempo, o que torna esse banco de dados um objeto de estudo para a classe de desenvolvedores de modelos NoSQL que, por vezes, complementa alguns ciclos de desenvolvimento em equipes.

Tendo como base esse objeto de estudo, a proposta de trabalho é mostrar como bases de dados não relacionais, em especial MongoDB, podem ser muito mais fáceis de manipular. Um exemplo pode ser notado na manipulação extensiva e exaustiva dos dados e, com isso, fica claro que não é um competidor dos modelos relacionais, mas uma alternativa de evolução em termos de tecnologia.

O trabalho divide-se em 2 etapas, pesquisa e implementação, que são ilustradas mais abaixo na Figura 1 – Etapas de desenvolvimento do estudo.

¹¹⁵ FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis - Assis - SP – Brasil. Contato: erionrb@gmail.com.

Na etapa A, será abordado os conceitos sobre NoSQL e suas vantagens. MongoDB também o será, mas como base de dados NoSQL, pois é o principal tema do trabalho. Sobre ele serão expostas muitas de suas características e funcionalidades. Morphia um *Object Mapper* (*framework* para persistência de dados no banco) também tem sua importância, facilitando a manipulação dos objetos java para o MongoDB, de uma maneira mais fácil do que observada hoje por similares em bancos de dados relacionais. Todos esses serão também observados, utilizando uma linguagem de desenvolvimento orientada a objetos, Java, para expressar a facilidade em manipular objetos com um *bind* de ligação mais claro entre linguagens e banco de dados.

Na Etapa B, ocorrerá a implementação de um sistema de reservas acadêmicas, como forma de comprovação dos estudos elaborados na Etapa A.

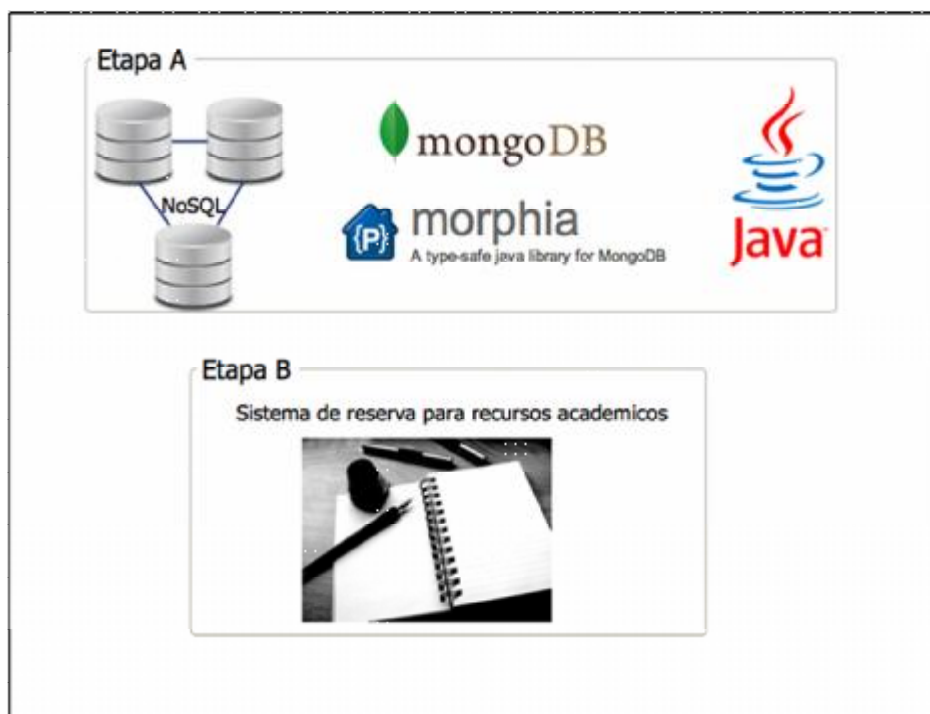


Figura 1 – Etapas de desenvolvimento do estudo.

REFERÊNCIAS

Banker, Kyle. **MongoDB in Action**. Shelter Island: Manning, 2012.

Chodorow, Kristina; Michael Dirolf. **MongoDB The Definitive Guide**, First Edition. Gravenstein Highway North: O'Reilly, 2010.

Documentação MongoDB e Tutorial para implementação em linguagem Java. Disponível em: <<http://www.mongodb.org/display/DOCS/Java+Language+Center>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

IBM - D'Emic, John. **Persistência de modelo de domínio com Morphia e MongoDB.** 2011. Disponível em: <<http://www.ibm.com/developerworks/br/library/j-morphia/>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

MongoDB - **10gen. Java Driver Concurrency.** 2012. Disponível em: <http://www.java.com/pt_BR/download/faq/whatis_java.xml>. Acesso em: 3 jun. 2012.

Oracle. **O que é a tecnologia Java e por que é necessária?** 2012. Disponível em: <http://www.java.com/pt_BR/download/faq/whatis_java.xml>. Acesso em: 27 maio 2012.

Tiwari, Shashank. **Professional NoSQL.** Indianapolis: John Wiley & Sons, 2011.

PREVENÇÃO DO ATAQUE *MAN IN THE MIDDLE* ASSOCIADO AO MÉTODO ARP *SPOOFING* EM REDES LOCAIS

Fábio Eder CARDOSO¹¹⁶

Regiane Aparecida Rodrigues dos SANTOS¹¹⁷

Com o uso massivo de dispositivos conectados às redes de computadores, mais especificamente, com a disseminação de redes locais que se conectam aos serviços de Internet, a provisão de segurança da informação tornou-se fator de extrema importância. Isto se deve ao fato de que os dispositivos apresentam vulnerabilidades, as quais são constantemente exploradas pelas mais diversas modalidades de ameaças, sendo uma delas o ataque de homem no meio: *Man In The Middle* (MITM).

O MITM é um modelo de ataque que, na maioria das vezes, a presença do invasor não é detectada. Apresenta como característica principal a obtenção das mensagens transmitidas entre computadores que estão conectados entre si e compartilhando recursos. O atacante infiltra-se entre os dispositivos comunicantes podendo ler, inserir e modificar as mensagens [2].

Neste contexto, a vítima acredita que está comunicando diretamente com outro computador quando, na realidade, a comunicação é interceptada por um *hacker*. O resultado deste processo é que o atacante, de forma transparente, pode não somente interceptar as informações confidenciais, mas, também, injetar e manipular um determinado fluxo de dados para obter maior controle sobre o *host* da vítima. A figura 01 ilustra o presente método:

¹¹⁶ Departamento de Computação – (FATEC) Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: fabioeder.fatec@gmail.com.

¹¹⁷ Departamento de Computação – (FATEC) Faculdade de Tecnologia de Bauru – SP. Contato: regiane_rsantos@hotmail.com.

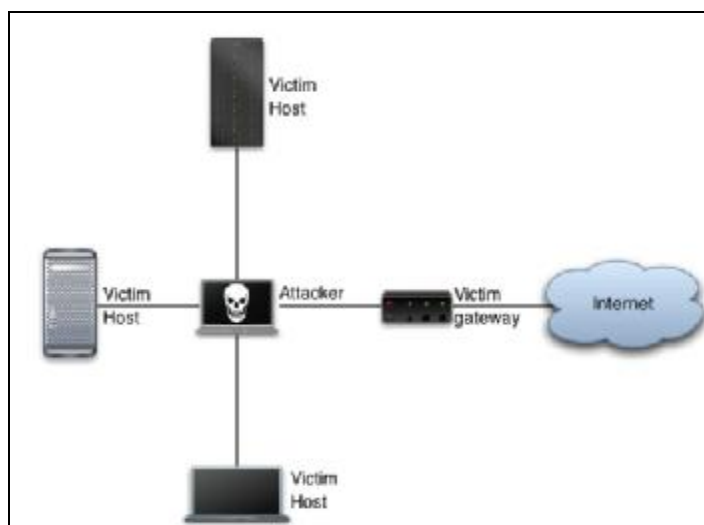


Figura 01 – Intercepção *Main-In-The-Middle* [3].

Conforme figura 01, o ataque pode ser dividido em dois fluxos, sendo eles: *full duplex* quando ambos os sentidos da comunicação são interceptados pelo atacante; ou *half duplex* quando apenas um sentido é interceptado, seguindo o outro pela rota normal [3].

Este tipo de ataque é muito abrangente, podendo empregar várias técnicas que utilizam protocolos de comunicação entre computadores. Entre os ataques pesquisados, o *ARP Spoofing* foi o método escolhido para a realização do estudo, visto que é muito utilizado em redes locais (LAN - *Local Area Network*) e sua análise proporciona a implementação de técnicas de segurança para evitar possíveis fraudes.

O *ARP Spoofing* ocorre em redes locais, uma vez que o endereço ARP (*Address Resolution Protocol*) é um protocolo de comunicação de rede local que converte endereços IP (*Internet Protocol*) para endereços MAC (*Media Access Control*) [1]. O método funciona com o envio de solicitações ARP adulteradas, conhecido como envenenamento, interceptando todas as comunicações que os *hosts* tentem efetuar. Com a manipulação das tabelas ARP, o endereço IP de destino é associado ao endereço MAC do host invasor, ou seja, a máquina do atacante irá interceptar as mensagens, uma vez que clona o endereço IP do *host* de destino. Com isso, a estação vítima, ao tentar comunicar com a estação de destino, acaba comunicando-se com a estação atacante. Toda a comunicação será interceptada, e a estação atacante pode repassar as informações corretas ou alterá-las.

O propósito deste trabalho é a utilização de ferramentas e métodos para evitar que tais ataques ocorram, bem como desenvolver procedimentos seguros por meio do uso de rotinas de detecção de

intrusão. Uma das aplicações utilizadas para evitar que o ataque *ARP Spoofing* ocorra é o *ARPOn*. Esta é uma solução que controla as conexões, autenticando o protocolo ARP entre os hosts, de modo que cada host possua, particularmente, seu endereço IP e endereço MAC correspondente [3]. É uma técnica utilizada em redes locais ponto-a-ponto e ponto-multiponto.

Com o uso desta tecnologia, previne-se o ataque de homem de meio e, assim, os *hosts* se comunicam com segurança, mantendo o atacante sem autenticação e comunicação na rede, possibilitando um nível de confiabilidade e integridade aceitável.

REFERÊNCIAS

- [1] ERIKSSON, Mattias. **An Example of a Man-in-the-middle Attack Against Server Authenticated SSL-sessions.** Stockholm, Sweden. Disponível em: <<http://www8.cs.umu.se/education/examina/Rapporter/MattiasEriksson.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2012.
- [2] MEYER, Ulrike; WETZEL, Susanne. A man-in-the-middle attack on UMTS. In: **Wise '04 Proceedings of the 3rd ACM workshop on Wireless security.** New York, NY, USA, 2004, p. 90-97.
- [3] PASQUALE, Andrea Di. **ARPOn: ARP Handler Inspection.** Disponível em: <<http://arpon.sourceforge.net/>>. Acesso em: 07 set. 2012.

UMA ARQUITETURA DE SOFTWARE BASEADA EM WEB SERVICES

Marisa Atsuko NITTO¹¹⁸

Daniel Paulo de ASSIS¹¹⁹

Este trabalho tem como objetivo apresentar um conjunto de tecnologias, chamadas *Web Services* (serviços *web*), para suporte em aplicações orientadas a serviços. Essa tecnologia está sendo muito utilizada devido às suas vantagens, por exemplo, a sua adequação a ambientes heterogêneos (multiplataformas) como a internet. Outra vantagem é que permite que os códigos possam ser reutilizados.

Para desenvolver alguma aplicação utilizando serviços *web*, é necessário conhecer outras tecnologias que compõem a arquitetura em quatro camadas: XML (*Extensible Markup Language*), SOAP (*Simple Object Application Protocol*), WSDL (*Web Service Definition Language*) e UDDI (*Universal Discovery Description Integration*), que são responsáveis pela publicação e localização dos serviços (MCGOVERN et al., 2003; GRAHAM et al., 2001; HANSEN, 2007).

Para desenvolver um aplicativo utilizando a tecnologia de Arquitetura Orientada a Serviço baseado em Web Services, a linguagem de programação utilizada para a implementação do aplicativo deve ser Java, com o servidor de aplicações *web* Apache Tomcat e banco de dados PostgreSQL.

Neste projeto, utilizar-se-á o aplicativo desenvolvido no programa de iniciação científica 2011 como um estudo de caso. O aplicativo desenvolvido foi integração de um aplicativo *web* em Java com o Google Maps API (ASSIS, 2011; ASSIS; NITTO, 2011).

O desenvolvimento deste projeto tem grande relevância, tendo em vista que os serviços *web* têm facilitado em muito a vida dos desenvolvedores de aplicações *web* devido à integração que elas proporcionam.

Além disso, o crescimento da internet como o maior canal de comunicação e tráfego de informações aponta para um mercado promissor. Além disto, o desenvolvimento de softwares e aplicativos que utilizam essa tecnologia torna-se uma experiência única que faculta melhor preparo para o mercado

¹¹⁸ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: mnitto@femanet.com.br.

¹¹⁹ Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: dpainformatica@gmail.com.

de trabalho. O desenvolvimento de Web Services orientado a serviços é uma realidade nos dias atuais. A tendência é que eles continuem no mercado por um bom tempo devido a sua grande capacidade de integrar diferentes tecnologias.

A figura 1 mostra o funcionamento simplificado de um *Web Service*:

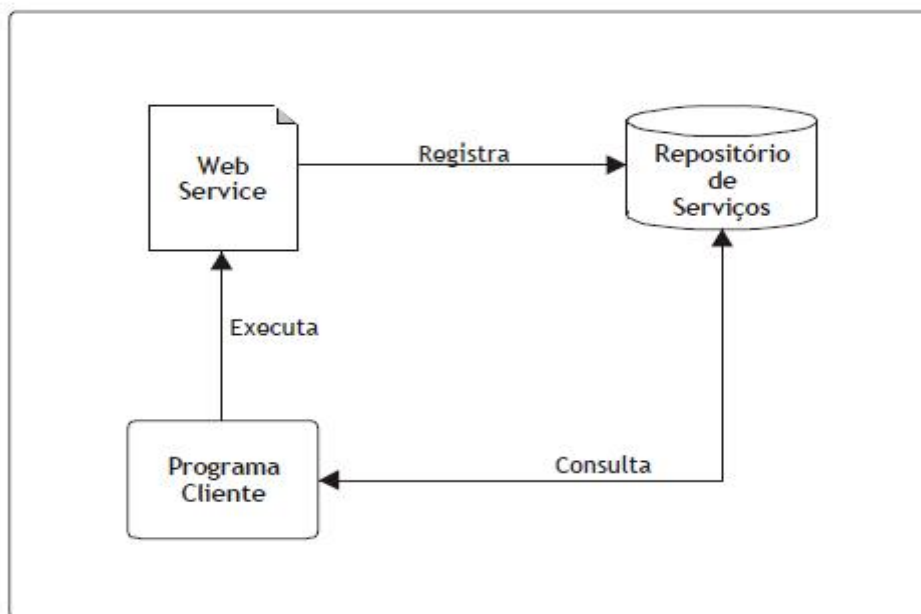


Figura 1. Funcionamento simplificado de um Web Service (AYALA et al., 2002).

Os *Web Services* ou serviços *web* são aplicações de software que podem ser acessadas remotamente, usando diferentes linguagens baseadas em XML. Podem ser publicados, localizados e chamados pela Internet. Normalmente, os serviços *web* são identificados por um URL (*Uniform Resource Locators*), exatamente como qualquer outro site *web*. O que torna os serviços *web* diferentes dos sites *web* comuns é a capacidade de integração de várias plataformas.

O resultado esperado com o desenvolvimento deste projeto é que o aplicativo funcione satisfatoriamente e as técnicas, bem como os métodos utilizados para a sua modelagem e implementação sirvam de base para futuros trabalhos na área. Espera-se também que, com os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento deste projeto, adquira-se competência para futuramente atuar nesta área.

REFERÊNCIAS

AYALA, D. et al. **Professional Open Source Web Services**. UK: Wrox Press Ltda, 2002.

ASSIS, D. P. de; NITTO, M. A.. **Integração de Um Aplicativo Web em Java Com o Google Maps API**, IV Fórum de Ciência e Tecnologia, Fema-Imesa, Assis, SP, 2011.

MCGOVERN et al., **Java Web Services Architecture**, Morgan Kaufmann Publishers, 2003.

UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE ANDROID PARA O DIMENSIONAMENTO DE BIODIGESTORES PARA TRATAMENTO DE DEJETOS DE ANIMAIS E GERAÇÃO DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTE

Riccardo Barbosa BERTO¹²⁰

Paulo Henrique Mendonça PINTO¹²¹

Um dos maiores problemas da pecuária é a geração de excrementos animais. Sem tratamento e disposição adequada, esses materiais podem contaminar os aquíferos, o solo, bem como outros animais e as pessoas. O tratamento dos dejetos através da biodigestão anaeróbia surge como alternativa simples, ambientalmente aceitável e com possibilidade de uso do biogás, e do biofertilizante. A complexidade dos cálculos e a necessidades de informações técnicas, dificultam ao pequeno produtor o emprego desta técnica. A tecnologia dos telefones celulares e as facilidades de acesso permitem a introdução de ferramentas de auxílio aos produtores rurais. O objetivo do presente trabalho foi desenvolver um programa para dimensionamento de biodigestores tubulares através de tecnologia disponível em telefone celular.

Os excrementos de animais podem conter bactérias patogênicas, fosfatos, nitratos e matéria orgânica em quantidades excessivas [1]. O biodigestor apresenta-se como alternativa barata e eficiente para a redução da carga orgânica e de organismos patogênicos. Pelo seu uso, pode-se reduzir até 85% dos coliformes termotolerantes e 95% dos fungos contidos nos dejetos de animais, com possibilidades de biofermentação [2]. Além disto, pode-se produzir biogás e biofertilizantes [3].

O biogás é uma fonte renovável de energia, utilizada como gás doméstico para geração de eletricidade ou calefação [4]. Android é um sistema operacional baseado no núcleo Linux para dispositivos móveis, atualmente muito utilizados nos telefones celulares e tablets.

De acordo com Oliver [5], é possível calcular as dimensões do biodigestor usando a Equação 1, sendo necessária a carga diária de matéria orgânica inserida no biodigestor e o tempo de retenção hidráulica, ou seja, o tempo necessário para a biodigestão do substrato, conforme se ilustra a seguir:

¹²⁰ Faculdade de Tecnologia de Ourinhos. Contato: riccardoberto@hotmail.com.

¹²¹ Faculdade de Tecnologia de Ourinhos. Contato: phmp@uol.com.br.

$$VB = VC \times TRH$$

Equação 1

Onde: VB = Volume do biodigestor (m³);

VC = Volume de carga diária (matéria orgânica + água) (m³ dia⁻¹);

TRH = Tempo de retenção hidráulica (dias.)

Foi utilizado o tempo de 30 dias como padrão para o tempo de retenção hidráulica.

Os dados propostos por Oliveir [5] foram utilizados para a formulação do programa, que foi implantado em telefone celular. O programa permitiu o dimensionamento imediato para projetos em terrenos argilosos. O volume do projeto é a capacidade (volume) máxima do biodigestor e o volume útil é o volume calculado com nível de trabalho de 25cm abaixo da borda. Este procedimento previne o transbordamento do biodigestor por excesso de carga ou por formação de espumas. O programa apresenta na tela os dados calculados que deverão ser utilizados na construção do biodigestor que deverá seguir o perfil apresentado em uma tela do programa. Esses dados permitem a elaboração do projeto do biodigestor e, em função dos volumes ou demais dados, a construção de dois ou mais biodigestores.

REFERÊNCIAS

- [1] VÁZQUEZ, B., MANJARREZ, R. 1993. Contaminación del agua subterránea por la actividad porcícola. Tecnología del Agua, Barcelona, v. 109. p 38-43.
- [2] MARCHAIM, U. Biogas processes for sustainable development. In: FAO Agricultural Services Bulletin, 95., 1992. 232 p.
- [3] LUCAS JÚNIOR, J.; SILVA, F. M. Aproveitamento de resíduos agrícolas para a geração de energia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA, 27.1998. Poços de Caldas. Anais... Lavras/Mg: UFLA, SBEA, 1998, p. 63-67.
- [3] BROWN, N. Biogas systems in development. Appropriate technology [S.L.: s.n.], 1987. v.14, n.3, p. 5-7. 1987.

- [4] OLIVEIRA, L. R. P. Biodigestor. In: VII Simpósio Goiano de Avicultura e II Simpósio Goiano de Suinocultura – Avesui Centro-Oeste, 2005. Goiânia/GO, 2005, p. 4-8.
- [5] OLIVER, et al. Manual de Treinamento em Biodigestão. Instituto Winrock – Brasil, 2008.

WEB SEMÂNTICA, ONTOLOGIAS E LINGUAGEM *OWL*: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FERRAMENTA *PROTÉGÉ*

Julio LÍVERO JUNIOR¹²²

Alex Sandro Romeo de Souza POLETTTO¹²³

Com a constante evolução da *World Wide Web*, eclodem novos padrões de desenvolvimento das páginas web. Em 2001, Berners-Lee, Hendler e Lassila [1] publicam um artigo na revista *Scientific American*, no qual descrevem os cenários futuros da Web Semântica. Estar atento a essas mudanças é de fundamental importância para os profissionais de Ciência da Computação.

Dessa forma, o presente projeto tem por finalidade fazer um estudo de caso sobre a ferramenta de construção e edição de ontologias *Protégé*, por meio da análise da linguagem *OWL* (*Web Ontology Language*), demonstrando como a ferramenta implementa a arquitetura de ontologias, com base em levantamento bibliográfico referente à Web Semântica, Ontologias e *OWL*.

Sendo assim, pretende-se analisar como os conceitos de Web Semântica e de linguagens, nas quais essa Web é formada, são incorporados por ferramentas de desenvolvimento de ontologias. Justifica-se essa abordagem devido à necessidade crescente de maior troca e reutilização de informações entre sistemas, entre pessoas e sistemas e usuários.

A Web Semântica surge como uma possível solução para a estruturação semântica dos dados na web, viabilizando o processamento da informação por parte das máquinas. Se uma máquina possuir a capacidade de analisar a estrutura semântica de um documento, não interpretará apenas os caracteres que compõem esse documento, compreenderá o sentido deste documento. O que proporcionará a realização de sofisticadas tarefas para os usuários.

Esse tipo de Web tem sua base formada em Ontologias. Conforme Oliveira: “A tentativa de associar conceitos em um ambiente eletrônico da mesma forma com que é feito no cérebro humano é o grande desafio da representação do conhecimento. Para tanto, as ontologias revelam-se numa solução promissora para fazer com que os computadores representem e encontrem informações de

¹²² Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: livero.julio@gmail.com.

¹²³ Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: apoletto@femanet.com.br.

uma forma intuitiva, como fazem os humanos” [3]. Com o uso de ontologias, então, é possível representar o conteúdo das informações, através de um vocabulário que especifica entidades, como são agrupadas e quais relações possuem.

Para a construção da proposta de trabalho, optou-se pelo uso da linguagem *OWL*, focalizando a sublinguagem *OWL-DL*. A *OWL* é projetada para ser utilizada em aplicações que precisam processar o conteúdo de informações, ao invés de apenas apresentá-las. A *OWL* facilita a interpretação do conteúdo da Web pela máquina, fornecendo vocabulário adicional em conjunto com uma semântica formal [2]. *OWL DL* suporta aqueles usuários que querem o máximo de expressividade, mantendo completude computacional (todas as conclusões são garantidos para ser computável) e poder de decisão (todas as computações terminarão em tempo finito).

A partir desses conceitos, vê-se a necessidade de analisar a ferramenta escolhida como foco deste projeto de pesquisa. Para tal, faz-se necessária a escolha de um domínio de conhecimento para a aplicação das propriedades englobadas pela *OWL*. Dessa forma, optou-se pelo domínio Veículos, com base na Portaria 1101/2011, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), que estabelece a Classificação de Veículos conforme Tipo/Marca/Espécie. A Figura 1 exemplifica parte do domínio escolhido:

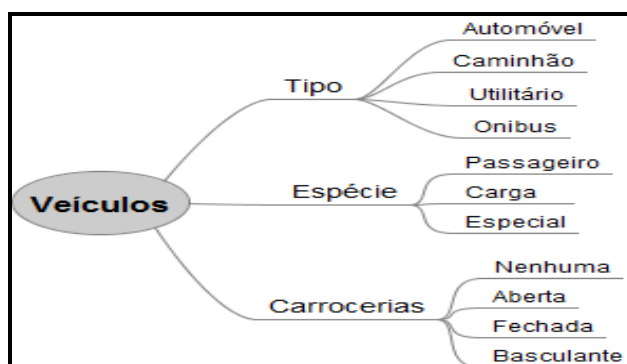


Figura 1. Domínio da Ontologia criada

Verifica-se que a ferramenta de edição de Ontologias Protégé contempla os requisitos abordados pela W3C para a construção da Web Semântica, apoiados na linguagem *OWL*. A escolha da ferramenta por desenvolvedores, certamente, trará benefícios na construção de ontologias pautadas em *OWL*. Nota-se, também, que a escolha por uma das sublinguagens *OWL* dependerá do grau de aprofundamento no domínio esperado pelos desenvolvedores de ontologias.

Por fim, tem-se que as ontologias são alicerces da Web Semântica e, certamente, tornar-se-ão o que a HTML representa nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- [1] BERNERS-LEE, Tim; HENDLER, James; LASSILA, Ora. The Semantic Web: a new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. Scientific American. 2001. Disponível em: <<http://www.jeckle.de/files/tblSW.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- [2] MCGUINNESS, Deborah L.; HARMELEN, Frank Van. **OWL Web Ontology Language Overview**. The World Wide Web Consortium (W3C). 2004. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/2004/REC-owl-features-20040210/>>. Acesso em: 05 abr. 2012.
- [3] OLIVEIRA, Edgard Costa. **Autoria de documentos para a Web Semantica: um ambiente de produção de conhecimento baseado em ontologias**. 2006, 260p. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4794/1/2006_Edgard%20Costa%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2012.



QUÍMICA

ALTERAÇÃO DA SUPERFÍCIE DE NANOPARTÍCULAS DE MAGNETITA EM FERROFLUIDO

Gabriela Aparecida de Araújo PEREIRA¹²⁴

Idécio Nogueira da SILVA¹²⁵

Visto que, atualmente, a nanociência e a nanotecnologia vêm nos sendo apresentadas como a ciência do futuro que suscita vasto campo de pesquisa e possui diferentes aplicações (inclusive em nosso cotidiano). Este trabalho tem por objetivo a preparação de nanopartículas de ferro (magnetita) para a formação do ferrofluido, a sua estabilização e sua ligação a moléculas fluorescentes.

Uma das aplicabilidades da nanociência nos dias de hoje é a obtenção de ferrofluido da magnetita (Fe_3O_4), por exemplo. O emprego de nanopartículas de ferro participa de estudos da biomedicina, em especial no carregamento de drogas para o organismo, pela separação magnética do DNA/RNA, agentes de contraste em imagem por ressonância magnética (MRI) [1,2] (figura 1) e visualização *in vivo* [3]. Também, no tratamento de câncer [4], já que o ferrofluido pode ser controlado por meio de um campo magnético, no qual, quase que, instantaneamente, muda seu estado de líquido para sólido. Devido a essa propriedade, as nanopartículas de ferro podem se ligar a moléculas fluorescentes. Nesse processo, essas partículas podem ser utilizadas em estudos de distribuição do ferro em tecido vivo. Nesse caso, direcionam-se as partículas com o emprego de um ímã, tendo sua localização exata através da fluorescência:



Figura 1: Endossomas magnéticos formadas no interior de células através de nanopartículas magnéticas, que podem auxiliar nos estudos de MRI e tratamento de câncer por hipertermia [2].

¹²⁴ Departamento de Química – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) Assis – SP – Brasil. Contato: gabriela.pereira@live.com.

¹²⁵ Departamento de Química – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) Assis – SP – Brasil. Contato: insilva@femanet.com.br

Devido ao seu arranjo cristalino, a magnetita é a mais indicada na produção do ferrofluido, isto porque, fica mais fácil de produzi-la e sintetizá-la através do processo escolhido para o trabalho que é a coprecipitação química, além das grandes vantagens que apresenta, sendo as principais: homogeneidade do produto, uniformidade e pouca aglomeração das partículas (visto que, para que se possa ocorrer a ligação com a molécula fluorescente, é necessária a estabilização do material)

A coprecipitação química é um dos métodos mais utilizados para a obtenção do ferrofluido a partir da magnetita. O método é bastante simples e consiste basicamente na mistura de sais de ferro, para a formação da magnetita em solução aquosa e na adição de um hidróxido para que ocorra a precipitação [5]. A maior parte das metodologias indica o uso de Hidróxido de Tetrametilamônio (Figura 2). O hidróxido, enquanto surfactante, adere à superfície da magnetita e cria uma repulsão; conseguindo causar a estabilização do colóide (ferrofluido) [6].

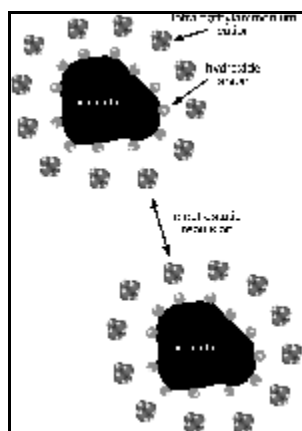


Figura 2: Ferrofluido aquoso estabilizado por hidróxido de tetrametilamônio [6].

Após alcançada a estabilização do material, pode-se tentar ligá-lo às partículas fluorescentes, como a Rodamina.

Referências

- [1] HANNICKEL, Adriana. **Estudo de nanopartículas de magnetita obtidas pelos métodos de coprecipitação, biossíntese e moagem.** Dissertação de Mestrado do Instituto Militar de Engenharia; Rio de Janeiro – RJ; 2011, p. 20/23.

- [2] GOMES, Juliano de Andrade. **Estudo das propriedades estruturais locais de fluídos magnéticos: da nanopartícula à dispersão**. Tese de doutorado em cotutela entre a Universidade de Brasília e Université Paris VI; Brasília–DF; 2007, p. 1/9-14/17.
- [3] MARTINA, Marie-Sophie et al. Generation of Superparamagnetic Liposomes Revealed as Highly Efficient MRI Contrast Agents for in Vivo Imaging. In: **J. AM. CHEM. SOC.**; v. 127, nº. 30, 2005, p. 10676-10685.
- [4] TEIXEIRA, Álvaro Vianna N. de C. **Espalhamento por dispersões diluídas de ferrofluidos e géis poliméricos**. Tese de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais e Université Joseph Fourier (França); 2002, p. 1-6.
- [5] FERREIRA, Roberta Viana. **Síntese e Caracterização de Nanopartículas Magnéticas Funcionalizadas com Núcleo Magnético de Magnetita**. Dissertação de mestrado do Departamento de Química do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte–MG; 2009, p.15/24.
- [6] BERGER, P; ADELMAN, N. B.; BECKMAN, K; CAMPBELL, D.; ELLIS, A.; LISENSKY; G. Preparation and Properties of an Aqueous Ferrofluid; *Journal of Chemical Education*, Vol. 76, No. 7, p.943/948; Julho de 1999.

ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E QUANTIFICAÇÃO DE FENÓLICOS E FLAVONÓIDES TOTAIS EM DIFERENTES EXTRATOS DE *MYRCIARIA CAULIFLORA*

Jéssica T. D. RIBEIRO¹²⁶

Myrceia A. TILGER¹²⁷

Luciana P. SILVA¹²⁸

Regildo M. SILVA¹²⁹

Os radicais livres são produzidos em muitos processos fisiológicos e exercem funções importantes no organismo [1]. Porém, como demonstrado em vários estudos, quando em concentração excedente ao normal, essas espécies podem provocar danos celulares [2]. Muitos estudos têm indicado que compostos obtidos pela alimentação podem conter o avanço de radicais livres e outros oxidantes, entre tais compostos com propriedades antioxidantes encontram-se algumas substâncias como fenólicos e flavonoides, que podem ser encontrados em diversas fontes vegetais [3,4].

As frutas são uma boa fonte de compostos antioxidantes, principalmente a Jabuticaba (*Myrciaria cauliflora* Berg). O objetivo deste trabalho é avaliar a atividade antioxidante dos extratos etanólicos e hidroetanólico de *Myrciaria cauliflora*, e quantificar os fenóis e flavonóides presentes nestes extratos. As folhas de *M. oleifera* foram coletadas na região de cerrado do Vale do Médio Paranapanema, com concentração na área do município de Assis. Após liofilização, foram feitas diluições alcoólicas e hidroalcoólicas destas folhas secas e, em seguida, filtrado e diluído nas concentrações de 25, 50, 75, 100, 250, 500 e 1000µg/mL.

Para a determinação da atividade antioxidante, foi realizado o teste de DPPH. Os experimentos foram realizados em triplicata. Os extratos foram diluídos em solução de 1mL de tampão acetato (pH 5,5 e 100mM), 1,25mL de etanol P.A., 250µL de solução de DPPH. Os extratos reagiram com o radical DPPH por um período de 30 minutos em ambiente de pouca luminosidade e em seguida submetidos ao espectrofotômetro UV-Vis a um comprimento de onda de 517nm. O cálculo da atividade antioxidante foi realizado de acordo com a fórmula: Atividade antioxidante (%) =

¹²⁶ Universidade Paulista – Assis – SP, Curso de Farmácia. Contato: jessicatdr@hotmail.com.

¹²⁷ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de Ciências Biológicas, Laboratório de Fitoterápicos. Contato: myrceiatilger@hotmail.com.

¹²⁸ Universidade Paulista – Assis – SP, Curso de Farmácia. Contato: sraregildo@yahoo.com.

¹²⁹ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de Ciências Biológicas, Laboratório de Fitoterápicos. Contato: regildos@yahoo.com

$[(A_{controle} - A_{amostra}) / A_{controle}] \times 100$, onde $A_{amostra}$ é a absorvância das amostras após 30 minutos e $A_{controle}$ é a absorvância do DPPH. A quantificação de fenóis totais foi realizada pelo método de *Folin-Ciocalteu*, utilizando-se ácido gálico como padrão de comparação. A cada 0,5mL de amostra, foram adicionados 5mL de água destilada e 0,25mL do reagente de *Folin-Ciocalte*. Após 3 minutos foi adicionado 1mL de solução de Na_2CO_3 saturada a 10%, e a mistura foi armazenada por 1 hora. A absorvância foi medida a 725nm, usando um espectrofotômetro UV-Vis. Todos os testes foram realizados em triplicata e os resultados expressos em mg de ácido gálico por g de extrato seco. A dosagem de flavonóides totais dos extratos foi realizada em triplicata. Uma alíquota de 250 μL dos extratos nas diversas concentrações foi misturada com 1,25mL de água destilada e 75 μL de uma solução de NaNO_2 a 5%. Logo após, 150 μL de uma solução de $\text{AlCl}_3/\text{H}_2\text{O}$ a 10%, e 0,5mL de uma solução de NaOH 1M foram adicionadas. As absorvâncias das amostras foram mensuradas a 510nm. Os resultados foram expressos em mg de rutina por g de extrato seco.

Foram realizadas análises estabelecendo adequadamente o proposto pelas metodologias referidas acima. Sendo assim, o teste do DPPH demonstrou que o extrato hidroetanólico apresentou a maior atividade antioxidante na concentração de 250 $\mu\text{g}/\text{mL}$ de 89,44%. Já para o extrato etanólico foi constatada a maior atividade de 80,76% na concentração de 10000 $\mu\text{g}/\text{mL}$. A quantificação de fenóis totais pelo método de *Folin ciocauteu* mostrou que o extrato na concentração de 10000 $\mu\text{g}/\text{mL}$ apresentou 6,39EAG/g de extrato (hidroetanólico) e 3,48EAG/g de extrato (etanólico) na mesma concentração. Já a determinação de flavonóides totais demonstrou que o extrato na concentração de 10000 $\mu\text{g}/\text{mL}$ apresentou 7,34 ER/g de extrato (hidroetanólico) e 2,21 ER/g de extrato (etanólico) na mesma concentração.

Tabela 1 - Atividade antioxidante (AA%) e determinação de fenóis (FeT) e flavonóides (FIT) totais dos extrato etanólico e hidroetanólico de *Myrciaria cauliflora*.

Concentração ($\mu\text{g}/\text{mL}$)	<i>Extrato etanólico</i>			<i>Extrato hidroetanólico</i>		
	AA%	FeT	FIT	AA%	FeT	FIT
1000	41,81	2,04	1,62	87,55	4,76	3,18
3000	70,21	3,05	1,68	87,07	4,89	3,86
5000	79,63	3,19	1,85	84,70	5,51	5,07
10000	80,77	3,48	2,21	79,26	6,39	7,34

Extrato Bruto	80,98	3,53	2,40	76,31	6,4	8,72
---------------	-------	------	------	-------	-----	------

De acordo com a análise dos resultados obtidos foi possível concluir que as cascas de Jabuticaba avaliadas apresentam atividade antioxidante e isto possivelmente está correlacionado com a presença de fenóis e flavonóides nos extratos avaliados, porém a maior atividade antioxidante foi observada no extrato hidroetanólico.

REFERÊNCIAS

- [1] REYNERTSON, K. A.; JIANG, H. Y .B.; BASILE, M. J.; KENNELLY, E. J. Quantitative analysis of antiradical phenolic constituents from fourteen edible Myrtaceae fruits. **Food Chemistry**, v. 109, 2008, p. 883-890.
- [2] KUSKOSKI, E. M.; ASUERO, A. G.; MORALES, M. T.; FETT, R. Frutos tropicais silvestres e polpas de frutas congeladas: atividade antioxidante, polifenóis e antocianinas. **Ciência Rural**, v. 36, 2006, p. 1283-1287.
- [3] SOUZA, C. M. M; ROCHA E SILVA, H. Fenóis totais e atividade antioxidante de cinco plantas medicinais. **Química Nova**, v. 30, nº.2, 2007, p. 351-355.
- [4] WANG, C.; CHANG C.; TANG H. L.; SHYUY T. Free radical scavenging and tyrosinase inhibiting activities of extracts from sorghum distillery residue. **Journal of Bioscience and Bioengineering**, v.111, 2011, p. 1-4.

DESENVOLVIMENTO DE NANOCÁPSULAS PARA INCOPORAÇÃO DO FÁRMACO

Adrienne Francisca JAEGER¹³⁰

Silvia Maria Batista de SOUZA¹³¹

A nanotecnologia está presente em várias áreas, como cosmética, farmacêutica, medicina, eletrônica, ciência da computação, biologia e mecânica. Os avanços nas pesquisas na área de liberação controlada refletem uma tendência tecnológica mundial, cujo termo é originário de uma unidade de medida que equivale a 10^{-9} metros (um milionésimo de milímetro).

Esse trabalho tem como objetivos: produzir nanocápsulas para a incorporação do fármaco anfotericina B; estudar o mecanismo de formação das nanocápsulas, bem como a eficiência de incorporação do fármaco.

O termo nanopartícula aplicado à liberação controlada de substâncias é amplo e englobam algumas estruturas diferentes, como as nanoesferas e as nanocápsulas. Denomina-se nanoesferas aqueles sistemas em que o fármaco encontra-se homogeneamente disperso ou solubilizado no interior da matriz polimérica. Dessa forma, obtém-se um sistema monolítico, onde não é possível identificar um núcleo diferenciado. As nanocápsulas são constituídas por um invólucro polimérico disposto ao redor de um núcleo oleoso, podendo o princípio ativo estar dissolvido neste núcleo e/ou adsorvido à parte polimérica [1].

Esse tipo de liberação controlada proporciona vantagens como: maior eficácia terapêutica, liberação progressiva e controlada do princípio ativo, proteger a substância ativa de possíveis degradações por diminuir seu contato com o restante da formulação, proporcionando um maior desempenho da substância, diminuição significativa da toxicidade e maior tempo de permanência na circulação de um fármaco [2].

A leishmaniose é uma doença infecciosa zoonótica, amplamente distribuída em todo o mundo. Segundo a organização mundial de saúde, 90% dos casos de leishmania visceral (a forma mais

¹³⁰ Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: adrienne_jaeger@hotmail.com.

¹³¹ Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: souzasmb@femanet.com.br.

severa da doença), são registrados em Bangladesh, Nepal, Índia, Sudão e no Brasil. No Brasil, encontram-se disseminada nas regiões nordeste, centro-oeste e sudeste [3].

A droga de primeira escolha utilizada no tratamento da leishmaniose é o antimonial pentavalente. Já a Anfotericina B é a droga de segunda escolha, empregada quando não se obtém resposta ao tratamento com antimonial ou na impossibilidade de seu uso. A Anfotericina B é um fármaco potente utilizado no tratamento da Leishmaniose e, apesar de sua eficácia, seu uso é limitado devido às reações adversas que causa no organismo, tais como: náusea, febre, calafrios e intoxicação renal, pois apresenta alta toxicidade [4].

Para a realização desse trabalho, preparou-se duas fases: (a) a fase orgânica b) a fase aquosa. Foram produzidos nanocápsulas na ausência e presença de anfotericina B. O organograma do procedimento experimental está apresentado na figura 1.



Figura 1 - Esquema do procedimento experimental

Para a visualização da formação de nanocápsulas, retirou-se uma alíquota da solução contendo as possíveis nanopartículas e adicionou-se em uma lâmina de microscópio e verificou-se a formação dessas pequenas partículas. Os resultados de microscopia demonstraram a formação de pequenas estruturas esféricas, porém outros métodos de caracterização devem ser utilizados para confirmar se as estruturas observadas são nanocápsulas.

REFERÊNCIAS

- [1] SHAFFAZICK, S. R.; GUTERRES, S. S.; FREITAS, L. L.; POHLMANN, A. R. Caracterização e estabilidade físico-química de sistemas poliméricos nanoparticulados para administração de fármacos. **Química Nova**, v. 26, nº. 5, 2003, p. 726-737.
- [2] OLIVEIRA, R. B., LIMA, E. M. Polímeros na Obtenção de Sistemas de liberação de Fármacos. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v 3, nº. 1, 2006, p. 29-35.
- [3] RATH, S.; TRIVELIN, L. A.; IMBRUNITO, T. R.; TOMAZELA, D. M.; JESÚS, M. N.; MARZAL, P. C. Antimoniais empregados no tratamento da leishmaniose: estado da arte, **Química Nova**, v. 26, nº. 4, 2003, p. 550-555.
- [4] FILLIPIN, F. B., SOUZA, L. C. Eficiência terapêutica das formulações lipídicas de anfotericina B. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas* **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 42, n. 2, abr./jun., 2006, p. 167-194.

FÁRMACOS NO AMBIENTE AQUÁTICO: PREVISÕES DO SEU DESTINO AMBIENTAL

Patrícia Cavani Martins de MELLO¹³²

Mary Rosa Rodrigues de MARCHI¹³³

Recentemente, considerável interesse tem sido desenvolvido sobre a presença de produtos farmacêuticos nas águas superficiais, subterrâneas e nos mananciais de abastecimento [1].

A chegada destas substâncias ao ambiente ocorre por fontes específicas, como os efluentes da indústria farmacêutica, ou inespecíficas, que caracterizam seu descarte inadequado, como os terrenos baldios. A avaliação criteriosa das características físico-químicas das moléculas e de dados do local de estudo, são fatores determinantes para um adequado delineamento experimental [2].

O objetivo deste trabalho será o de apresentar as características que tornam os fármacos poluentes emergentes do século XXI, os riscos associados, suas rotas no ambiente, assim como formas de gerenciamento que levem à minimização das contaminações ambientais.

As peculiaridades que tornam os fármacos poluentes emergentes incidem em suas composições, pois possuem: polimorfismo, metabolismo, estrutura molecular e ionização. A capacidade de uma molécula em adquirir mais de uma forma ou estrutura cristalina torna um fármaco uma molécula polimorfa, criando assim consequências em suas propriedades de biodisponibilidade, solubilidade, taxa de dissolução, ponto de fusão, cor, filtrabilidade, densidade, viscosidade. Em relação ao metabolismo é conhecido que precursores e metabólitos possuem características distintas e os produtos excretados terão diferentes efeitos e/ou destinos no ambiente. A heterogeneidade das estruturas moleculares dos fármacos tornam mais complicados seus estudos sobre efeitos e disposição final no ambiente. Devido à estrutura molecular peculiar das moléculas, cada uma deve ser estudada separadamente. A presença de um heteroátomo e a composição multifuncional dos fármacos os tornam polares e ionizáveis. Estas propriedades são dependentes do pH e no ambiente aquático, como se sabe, as fontes difusas de poluição, o leito de gênese do rio e o ambiente

¹³² Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: patricia_cavani@hotmail.com.

¹³³ Departamento de Química - Instituto de Química – Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Araraquara - SP – Brasil. Contato: marymarchi@gmail.com.

atmosférico contribuem para grandes variações no pH da água e com a presença de íons que podem desencadear em transformações nas moléculas [2].

A modelagem matemática da distribuição e destino dos fármacos no ambiente, embora apresente certo nível de incerteza, é parte integrante e complementar nas investigações de exposição aos riscos ambientais, pois promove uma pesquisa simples e de baixo custo, que permite estimar as concentrações e os processos de transporte dos fármacos no ambiente, baseando-se em equações matemáticas e transportes de massa [3].

Alguns grupos de fármacos residuais, como os antibióticos e as substâncias estrogênicas, têm sido mais amplamente discutidos. Os antibióticos têm sido tema de debates devido ao seu potencial de desenvolvimento de bactérias resistentes no meio ambiente e por terem um uso muito difundido. A importância dos estrogênios reside no seu potencial de afetar adversamente o sistema reprodutivo de organismos aquáticos, levando alguns deles à feminização. Um ponto crítico neste tema é saber se existe um nível elevado dessas substâncias no meio ambiente, que seja suficiente para exercer efeitos adversos em seres vivos [4] e enquanto este ponto não é estabelecido, formas de gerenciamento dos riscos e da minimização da presença dos fármacos no ambiente devem ser levadas em consideração [2].

REFERÊNCIAS

- [1] LAPWORT, D.J., BARAN, N., STUART, M.E., WARD, R.S. Emerging organic contaminants in groundwater: A review of sources, fate and occurrence. **Environmental Pollution**, v. 163; 2012, p. 287-303.
- [2] KÜMMERER, K., 2008. **Pharmaceuticals in the Environment: Sources, Fate, Effects and Risks**. Springer-Verlag. 521 p.
- [3] SCHOWANEK D, WEBB, S. Exposure simulation for pharmaceuticals in European surface waters with GREAT-ER. **Toxicol Letter**, v. 131; 2002, p. 39–50.
- [4] BILA, M. D., DEZOTTI, M. Fármacos no meio ambiente. **Química Nova**, v. 26, nº.. 4, 2003, p. 523-530.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA NO BALNEÁRIO MUNICIPAL DE QUATÁ/SP

Danieli Gonçalves de ANDRADE¹³⁴

Patrícia Cavani Martins de MELLO¹³⁵

Segundo Bettega et al. [1], entre os maiores impactos na qualidade dos recursos hídricos estão os despejos de esgotos domésticos não tratados, o chorume proveniente dos aterros sanitários, os defensivos agrícolas vindos de áreas agricultáveis e despejos industriais. Este tipo de contaminação expõe os banhistas ao risco de doenças e, sendo assim, as exigências feitas pela legislação ambiental se refletem na qualidade das águas referente à balneabilidade [2]. O Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece as condições de balneabilidade dos corpos d'água brasileiros de acordo com o que é disposto na Resolução CONAMA n° 274, de 29 de novembro de 2000 [3].

Este trabalho teve como objetivo monitorar a qualidade da água do Balneário Municipal de Quatá-SP, comparando com os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Foram escolhidos quatro pontos de coleta, sendo um próximo ao balneário municipal de Quatá. Os outros três pontos de coleta se referiram à montante da água que abastece o balneário, o centro do balneário onde há maior densidade de banhistas e à jusante do balneário. O período de amostragem foi estabelecido de acordo com o histórico de maior uso do balneário pelos banhistas, entre novembro de 2011 e maio de 2012, totalizando sete coletas. Os frascos, as técnicas de preservação das amostras, acondicionamento, transporte e técnicas de coleta e análise, seguiram as normas descritas pelo Standard Methods For Water and Wastewater [4]. Foram analisados os parâmetros coliformes fecais e *E. coli* (técnica de tubos múltiplos NMP - número mais provável), DBO – demanda bioquímica de oxigênio (incubadora BOD acoplada com equipamentos para medida de DBO, modelo Oxi-top[®], Merck), DQO - demanda química de oxigênio (oxidação química com ácido sulfúrico e dicromato de potássio), fósforo total (método espectrofotométrico com digestão ácida da amostra, posterior tratamento com antimônio tartarato de potássio e quantificação no λ de 660 nm), N_t - nitrogênio total (método espectrofotométrico, com digestão ácida, posterior reação

¹³⁴ Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: dani_lurdinha_101@hotmail.com.

¹³⁵ Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: patricia_cavani@hotmail.com.

com nitroprussiato de sódio e quantificação no λ de 660 nm); nitrato (método espectrofotométrico, usando ácido fenoldissulfônico e quantificação no λ de 410 nm); nitrito (método espectrofotométrico com sulfanilamina/n(1-naftil) etilenodiamina e quantificação no λ de 543 nm) pH (potenciômetro Digimed MPA 205), temperatura - T (em campo, com termômetro de coluna de mercúrio); oxigênio dissolvido - Od (em campo com oxímetro Lutron modelo DO-5510) e óleos e graxas (método gravimétrico com extração com solvente orgânico).

A balneabilidade de águas de recreação de contato primário teve sua condição avaliada nas categorias própria e imprópria, sendo que as consideradas próprias podem ainda ser subdivididas nas categorias: excelente, muito boa ou satisfatória. Os resultados apresentados demonstram que, no período do estudo, a qualidade da água não teve valores acima dos estabelecidos pela resolução 274, enquadrando-se como de excelente qualidade para o seu fim. No período observado, nenhuma das amostras apresentaram teores de coliformes fecais acima de 250 por 100mL. Os resultados de DBO e DQO observados, não se constituíram como um risco à saúde humana. Os valores observados de F_t e N_t , não se apresentaram altos, indicando que a água está, de certa forma, protegida pelas matas ciliares que cercam a área.

REFERÊNCIAS

- [1] BETTEGA, J. M. P. R.; MACHADO, M. R.; PRESIBELLA, M.; BANISKI, G.; BARBOSA, C. A.. **Métodos analíticos no controle microbiológico da água para Consumo humano**. 2004. Universidade Tuiuti do Paraná/ UTP, Paraná-PR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-70542006000500019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 set. 2011.
- [2] PEREIRA, Lauro Charlet; TOCCHETTO, Marta Regina Lopes. **Balneabilidade e Riscos à Saúde Humana e Ambiental**. 2004. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/balneabilidade_e_riscos_%C3%A0_saude_humana_e_ambiental.html>. Acesso em: 22 set. 2011.
- [3] MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA**. Resolução nº 274, de 29 de Novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2011.
- [4] AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA). **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 20. ed. Washington: American Public Health Association; AWWA; WPCF, 2005. 1569 p.

PREPARAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS LUMINESCENTES DE SILÍCIO

Raphael Oliveira dos SANTOS¹³⁶

Idécio Nogueira da SILVA¹³⁷

Este trabalho tem por objetivo o estudo de técnicas de preparação de nanopartículas luminescentes e a preparação de nanopartículas luminescentes de silício.

Para investigar a estrutura e função de células, geralmente, são utilizadas técnicas de fluorescência, como a imunofluorescência, em que uma molécula fluorescente é ligada a um anticorpo e o tecido é corado com o anticorpo marcado [1].

Quantum dots são nanopartículas emissoras de luz. Apresentam muitas vantagens em relação aos corantes orgânicos e proteínas fluorescentes, tais como tamanho e emissão (que podem ser sintonizados do visível ao infravermelho), e alto nível de brilho e foto estabilidade [2].

A figura abaixo mostra as diferentes cores dependentes do tamanho da partícula para pontos quânticos de CdTe [3]:



FIGURA 1: Variação das cores de emissão de pontos quânticos de CdTe.

¹³⁶ Departamento de Química – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) Assis – SP – Brasil. Contato: raphael4423@terra.com.br.

¹³⁷ Departamento de Química – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) Assis – SP – Brasil. Contato: insilva@femanet.com.br.

Para obtenção do silício, sílica e magnésio foram previamente triturados em um moinho de esferas de aço com pesos de 1g para a sílica e 1,4 de magnésio. Após triturado, a mistura foi submetida a aquecimento para redução da sílica pelo magnésio, resultando em uma reação exotérmica. À mistura resultante foi adicionado HCl, a 25%, e após resfriamento, este foi submetido novamente a aquecimento e filtragem.

As quantum dots serão preparadas utilizando-se a metodologia de Erogbogbo [4].

Para preparação de quantum dots, 30 mg de pó de silício que foram dispersos em 3 mL de metanol com sonicação, foram adicionados 11 mL de uma mistura ácida, contendo HF (48% m/m) e HNO₃ (69% m/m) (10/1, v/v) para gravura inicial. Posteriormente, à medida que a gravura for se desenvolvendo, o tamanho da partícula será diminuído, resultando em uma fotoluminescência que envolve luzes do vermelho para o amarelo e depois do amarelo para o verde. Quando atingida a cor desejada de emissão, a gravura será diminuída pela adição de 20 mL de metanol.

As partículas serão coletadas por filtração e lavadas com mistura de metanol água (1:3) para remover o ácido. As partículas serão lavadas com metanol puro e, em seguida, será adicionado o reagente (estireno) usado para a hidrosililação foto iniciada. O produto final será suspenso em solução aquosa com cloreto de cetilamônio.

Nos primeiros testes, ao submeter as partículas de silício ao ataque feito com a mistura ácida, não houve a formação de quantum dots, devido ao tamanho das partículas de silício utilizada. Foi necessária a produção e utilização de um moinho de esferas de aço, conhecido como “moinho de bola”, para diminuir e triturar as partículas de silício para posterior aplicação do procedimento. Se possível serão feitos testes de produção de quantum dots de Cádmio.

REFERÊNCIAS

- [1] BRANDES, R.; FIGUEREDO, V. M.; CAMACHO, S. A.; BAKER, Anthony J.; WEINER, M. W. In: **Biophys. J.** 65, 1993, p. 1973-1982.
- [2] Chan, W. C. W.; Maxwell, D. J.; Gao, X. H.; Bailey, R. E.; Han, M. Y.; Nie, S. M. **Curr. Opin. Biotechnol.** 13, 2002, p. 40–46.
- [3] Fernanda Oliveira Silva, Livia Cristina de Souza Viol, Diego Lourençoni Ferreira, José Luiz Aarestrup Alves e Marco Antônio Schiavon. **Química Nova**, 33, 2010, p. 1933-1939.
- [4] Folarin Erogbogbo, Ken-Tye Yong, Indrajit Royb, GaiXia Xu, Paras N. Prasad, MarkT. Swiharta. **ACS Nano**. 2, 2008, p. 873–878.

UTILIZAÇÃO DE BIOFERTILIZANTE DE ESTERCO DE BOI E RESÍDUOS INDUSTRIAIS NO CULTIVO DE ALFACE E COUVE

Dyonathan Santos FRANCISCO¹³⁸

Gilcelene BRUZON¹³⁹

Introdução

A preocupação pela busca de insumos menos agressivos ao meio ambiente, que possibilitem o desenvolvimento de uma agricultura menos dependente de produtos industrializados, vem crescendo em todo Brasil e, com isto, uma variedade de biofertilizantes está sendo desenvolvida [1].

A utilização do biofertilizante é uma prática econômica e útil para pequenos e médios produtores de hortaliças. Seu uso por vários anos proporciona o acúmulo de nitrogênio orgânico no solo aumentando a disponibilidade para as plantas [2].

Atividades industriais são responsáveis pela geração de resíduos orgânicos e inorgânicos, e dar um destino a estes resíduos tornou-se obrigatório, o que despertou o interesse pelo estudo de sua aplicação no cultivo de plantas e produção de biofertilizante [3].

Para a degradação dos resíduos, são utilizados biodigestores. Estudos mostram que o biofertilizante, além de ser um adubo orgânico sem presença de ovos, sementes de pragas e agentes causadores de doenças, são condicionadores do solo, melhorando suas propriedades físico-químicas e biológicas [4].

O programa Nacional de produção do Biodiesel, lançado pelo Governo Federal, introduziu o biodiesel no setor energético brasileiro e, com isto, houve o aumento do glicerol bruto. Cada 100 litros de biodiesel produzidos gera 10 quilos de glicerol [5].

O objetivo deste trabalho é aplicar diferentes concentrações de glicerol, resíduo da produção de biodiesel, na produção de biofertilizante de esterco e avaliar sua influência na cultura de alface e couve nos diferentes solos da região de Assis.

¹³⁸ Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: dyonathan_francisco@hotmail.com.

¹³⁹ ¹ Departamento de Química - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil. Contato: gilcebruzon@hotmail.com.

Materiais e métodos

Os experimentos foram divididos em três etapas. Na primeira etapa, foi produzido o glicerol a partir da produção de biodiesel, utilizando óleo usado. Na segunda etapa, fez-se a biodigestão, utilizando esterco de boi e garrafas Pet para construção dos biodigestores. Na terceira etapa, realizou-se o cultivo de alface e chicória, utilizando o biofertilizante nos diferentes solos da região de Assis.

Resultados e discussão

Na primeira etapa, foram produzidos 900 mL de glicerol, utilizando 9L de óleo usado (figura 1).



Figura 1 – Separação do biodiesel e glicerol

A segunda e terceira etapas estão em andamento, assim os resultados serão divulgados posteriormente.

REFERÊNCIAS

- [1] MEDEIROS, D. C.; LIMA, B.; BARBOSA, M. R.; CAVALCANTE, J. G. N.; MARQUES, L. F. Produção de Mudanças de Alface com Biofertilizantes e Substratos. **Revista: Horticultura Brasileira**, Julho-Setembro, 2007, p. 09-14.
- [2] ARAUJO, Evanduir N. de; OLIVEIRA, Ademar P. de; CAVALCANTE, Lourival F.; PEREIRA, Valter E; BRITO, Noelma M. de Brito; NEVES Cynthia M. de L.; SILVA produção de

pimentão adubado com esterco bovino e biofertilizante. **Revista Brasileira de engenharia agrícola e ambiental**, v.11, n.5, 2007, p.466–470.

[3] LOPES, L. F.; COSTA, C. S.; D' OLIVEIRA, P. S.; GIL, L. G. Utilização agrícola de lodo industrial como fonte de zinco na cultura do crisântemo. **Revista Horticultura Brasileira**, Brasília, v.22, n.3, jul-set, 2004, p.620-623.

[4] MAGRINI, Eva Flaviane; CAMATTI-SARTORI, Valdirene; FINKLER, Raquel; TORVES, Jaqueline; VENTURIN, Leandro, Características químicas e avaliações microbiológicas de diferente fases de maturação do biofertilizante Bokash. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/agrarian/article/view/1136/741>>. Acesso em: set 2012.

[5] LARSEN, Christina. **Co-Digestão Anaeróbia de Glicerina Bruta e Efluente de Fecularia**. 2009. 88p. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – Programa de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOSTE – Campos Cascavel, 2009.